

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**AS METAMORFOSES DO TRABALHO URBANO: O  
CASO DOS COMERCIANTES INFORMAIS DE  
SANTA MARIA – RS (1980-2011)**

**Dissertação de Mestrado**

**Matheus Rosa Pinto**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**AS METAMORFOSES DO TRABALHO URBANO: O CASO  
DOS COMERCIANTES INFORMAIS DE SANTA MARIA-RS  
(1980-2011)**

**Matheus Rosa Pinto**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História –  
Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**

**Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado**

**AS METAMORFOSES DO TRABALHO URBANO: O CASO DOS  
COMERCIANTES INFORMAIS DE SANTA MARIA – RS (1980-2011)**

elaborada por

**Matheus Rosa Pinto**

como requisito parcial para obtenção do grau de

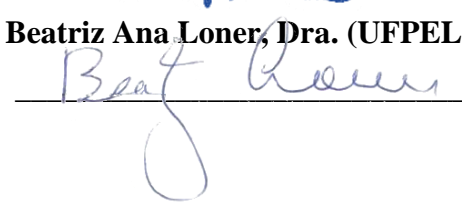
**Mestre em História**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Phil Jorge Luiz da Cunha, Dr. (Presidente/Orientador)**

  
\_\_\_\_\_  
**Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)**

  
\_\_\_\_\_  
**Beatriz Ana Loner, Dra. (UFPEL)**

  
\_\_\_\_\_  
Santa Maria, 24 de agosto de 2015.

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **AS METAMORFOSES DO TRABALHO URBANO: O CASO DOS COMERCIANTES INFORMAIS DE SANTA MARIA – RS (1980-2011)**

Autor: Matheus Rosa Pinto

Orientador: Dr. Phil Jorge Luiz da Cunha

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de Agosto de 2015.

O trabalho desenvolvido visa elucidar pontos relevantes sobre a evolução do comércio informal nas ruas de Santa Maria, tendo como recorte temporal os anos de 1980 e 2011, contemplando o período do desenvolvimento efetivo do comércio informal nas principais ruas da cidade, passando pela fundação do Camelódromo Municipal, em 1991, abordando seus desdobramentos, até a construção do Shopping Independência, em 2010, tal como seus primeiros tempos de atividades. Dentro deste recorte escolhido serão abordadas as relações entre os envolvidos no processo, o posicionamento governamental, questões relacionadas ao crescimento urbano e situação econômica da cidade. Além do mencionado, o trabalho tem em seu desenvolver apontamentos sobre a história da cidade de Santa Maria, análise do quadro econômico vigente no Brasil no recorte da pesquisa, reflexões sobre a metodologia empregada e discussões sobre o conceito de informalidade. A pesquisa contou com financiamento CAPES.

**Palavras-chave:** Comércio Informal; Santa Maria; Camelódromo; Economia; Informalidade.

## **ABSTRACT**

Master's thesis in history  
Federal University of Santa Maria

### **AS METAMORFOSES DO TRABALHO URBANO: O CASO DOS COMERCIANTES INFORMAIS DE SANTA MARIA – RS (1980-2011)**

Author: Matheus Rosa Pinto

Advisor: Dr. Phil Jorge Luiz da Cunha

Date and Place of Defense: Santa Maria, August 24, 2015.

The work aims to elucidate relevant points about the evolution of informal trade in the Santa Maria streets, with the time frame the years 1980 and 2011, covering the period from the effective development of informal trade on the main streets of the city, through the foundation Camelódromo Municipal in 1991, addressing its consequences, to the construction of Shopping Independence in 2010, as its first activity times. Within this crop chosen will address the relationships between those involved in the process, the government positioning, issues related to urban growth and economic situation of the city. In addition to the above, the work has to develop his notes about the history of the city of Santa Maria, the current economic scenario analysis in Brazil in crop research, reflections on the methodology employed and discussions on the concept of informality. The research was CAPES funding.

**Keywords:** Informal Trade; Santa Maria; Camelódromo; Economy, Informality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. ENTRE CRISES E ESQUINAS: O COMÉRCIO INFORMAL EM SANTA MARIA (1981-1991) .....</b>	<b>14</b>
<b>2. DA SOLUÇÃO AO PROBLEMA: AS ATIVIDADES NO CAMELÓDROMO E OS RUMOS ATÉ O SHOPPING INDEPENDÊNCIA (1991-2004).....</b>	<b>37</b>
<b>3. O CAMELÓDROMO AO SHOPPING: AS MUDANÇAS DO COMÉRCIO INFORMAL EM SANTA MARIA (2005-2011).....</b>	<b>62</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Os momentos enfrentados pela economia brasileira, especialmente a partir da metade da década de 1970, não poderiam ser descritos, de maneira alguma, com termos positivos. Os processos de esgotamento financeiro, juntamente com o aumento das fragilidades internas - antes atenuados e mascarados pelo “milagre econômico<sup>1</sup>” - transformaram-se em problemas predominantes e assustadores do contexto e, com isso, enterraram inúmeras expectativas de dias melhores para um grande número de brasileiros.

Durante este íterim, o mercado de trabalho apresentou-se como um dos segmentos mais abalado pelos reveses da economia. O contingente de desempregados não parava de aumentar, a inflação alcançava pontos nunca antes imaginados e as medidas governamentais em nada surtiam efeito: pelo contrário, pareciam, em várias situações, ampliar ainda mais o leque de fragilidades e demonstravam, cada vez mais, que o gigante continental não estava preparado para maiores voos em que muitos acreditavam no passado próximo.

Enfrentando tais carências, a população logo tratou de buscar soluções para o quadro vigente e, neste contexto, ganhou fôlego o processo de migração interna – campo-cidade e/ou cidade-cidade. Sendo assim, a “cidade grande” passou a ser vista, ainda mais, como um local de oportunidades. Acerca do aumento das hordas migratórias, podemos compreender que este fenômeno acabou por fragilizar o quadro enfrentado, pois, utilizando um raciocínio simples, quanto mais pessoas na cidade, maior a disputa pelos postos de trabalho existentes e, levando em conta que a economia vivenciava um grandioso período de recessão, com grande incapacidade no surgimento de novas oportunidades de emprego, maior era o número de desempregados.

Essa conjuntura favoreceu o crescimento do setor informal no trabalho urbano, fenômeno que tornara-se comum em médios e grandes centros urbanos em momentos de crise.

---

<sup>1</sup> Brum (1999), afirma que o “milagre” fez com que, o Brasil ingressasse numa fase de acelerado crescimento econômico. As altas taxas de expansão da economia por anos sucessivos geram um clima de entusiasmo e otimismo contagiante, logo capitalizado pelos escultores da imagem do governo e batizado como o “milagre brasileiro”. É o período das “vacas gordas” da economia, que se prolonga até 1973. [...] A expansão da economia brasileira é também beneficiada pela conjuntura econômica mundial, francamente favorável. O setor público recupera o crédito no exterior e a capacidade de investir e define grande projetos. [...] Os grupos econômicos internacionais, até então cautelosos, sentem-se agora seguros e estimulados e passam a investir parte de seus excedentes de capital. A legislação restritiva, o aparelho repressivo, o controle sobre os sindicatos e a política de compreensão salarial asseguram mão-de-obra barata e bem “disciplinada”, sem qualquer possibilidade de reivindicação ou de rebeldia cívica. O Brasil é um verdadeiro “paraíso” para o capital e os negócios (p. 165-166).

A carência de oportunidades, além do aumento das disputas, fez com que a informalidade torna-se um caminho, mesmo que tortuoso, inseguro e irregular a ser trilhado.

Contudo, a informalidade apresentou-se não apenas como uma saída emergencial. Com o passar dos anos, o setor ganhou maior destaque e amplitude, passando a ser visto como um segmento importante da economia das cidades. Neste sentido, a pesquisa em questão visa elucidar como o fenômeno da informalidade, na cidade de Santa Maria, desenvolveu-se e apontar algumas de suas principais características.

Dito isto, acenamos que o trabalho em fora dividido em 3 partes:

O primeiro capítulo da dissertação intitulado, “Entre crises e esquinas: o comércio informal em Santa Maria (1981-1991), buscará discutir como deu-se o surgimento e o crescimento das atividades informais nas principais ruas da cidade, observando as principais características deste fenômeno que modificou profundamente o âmbito trabalhista da cidade. O recorte temporal em questão engloba o período de ampliação dos trabalhos informais nas ruas até a fundação do Camelódromo Municipal, em 1991.

O segundo capítulo intitulado, “Quando a solução torna-se problema: a trajetória do Camelódromo de Santa Maria (1991-2004), tem como objetivo compreender os principais desdobramentos das atividades informais no centro comercial da cidade, apresentando como a utilização deste espaço influenciou no processo de crescimento da categoria na cidade e quais seus principais atributos.

O terceiro capítulo intitulado, “Do Camelódromo ao Shopping: as mudanças do comércio informal em Santa Maria (2005-2011), tem como objetivo a compressão dos principais motivos que levaram a fundação do Shopping Independência e a desativação do antigo Camelódromo na Avenida Rio Branco. Além disso, serão discutidas de que maneira deu-se o processo, suas formas e a participação dos interessados nestes acontecimentos.

Além disso, no decorrer de todos os capítulos algumas questões são permanentes e respondidas de acordo com o recorte temporal em questão. Entre elas podemos destacar:

- De que maneira que se deram os primeiros anos das atividades informais na cidade.
- Elucidar as diferenças existentes entre os trabalhadores informais envolvidos (artesãos, ambulantes, camelôs).



- Analisar como se deram as relações entre os informais, o setor formal e outros segmentos da sociedade santamariense.
- Compreender de qual maneira se desenrolou o posicionamento do governo municipal acerca das questões envolvendo o comércio informal da cidade.
- Elucidar o posicionamento do governo municipal e suas medidas relacionadas ao segmento informal do mercado de trabalho da cidade.
- Captar como os desdobramentos das atividades informais na cidade levaram ao recrudescimento das relações dos envolvidos no processo.

A partir de agora, abordaremos de forma sintética algumas questões relacionadas a metodologia empregada no conceber do trabalho em questão, pois, discordando de Maquiavel, os meios que justificam os fins.

As principais fontes utilizadas na elaboração do trabalho foram: Jornais (O Expresso e A Razão) entre os anos de 1980-2011, documentos da Prefeitura Municipal de Santa Maria (Leis Municipais 4237/99, nº 4291/00, nº 4847/05), reportagens disponíveis na internet (Jornal A Razão, no site *Clicbrs* e também no portal da Prefeitura Municipal). Além disso, foram utilizadas entrevistas orais temáticas<sup>2</sup> com trabalhadores do comércio informal que estiveram ligados ou participaram dos principais acontecimentos e com trabalhadores do setor formal da cidade.

Devemos destacar que, a utilização de depoimentos orais possibilita maior amplitude de informações, pois apresentam-se como mais flexíveis que as fontes tradicionais, e que também facilitam na diversificação dos discursos, com a implementação de depoentes que tradicionalmente pouco ou nada dispunham de espaço. Como afirma Thompson, 1992), as entrevistas orais privilegiam a inclusão de diferentes realidades sociais e de saberes, os quais, em muitos momentos, a historiografia tradicional pouco mencionou<sup>3</sup> (Thompson, 1992).

Vale ressaltar que, como afirma Portelli (*apud* Pinto 2014), a escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente, exercendo, cada

---

<sup>2</sup> Segundo Alberti (2004), as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, com período cronologicamente delimitado, tratando das funções desempenhadas ou os envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas).

<sup>3</sup> Ferreira (*apud* Pinto 2014) afirma que a importância da história oral é comprovada por ser um dos meios em que se pode reconstituir os processos e revelar informações que de outra forma se perderiam. A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais).

uma, funções específicas. Nesse sentido, é correto afirmar que as fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente.

Esse processo de ampliação no que se entende por fontes e reinterpretação de temáticas tradicionais, fortalecido principalmente no início da década de 1990, favoreceu enormemente o segmento da historiografia conhecida como História do Tempo Presente, afastando a ideia de que historiadores não teriam a capacidade necessária para tratar assuntos mais próximos do seu tempo, deixando isto, principalmente, para os jornalistas<sup>4</sup>. Como afirma Pinto (2014), nesta perspectiva, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre os mecanismos de incorporação do social dos indivíduos, pois tem a possibilidade de trabalhar com documentação oficial e relatos sobre os casos de indivíduos participantes do mesmo (p.12).

Ferreira (2000) afirma que, revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares.

O historiador do tempo presente, por sua capacidade de construir observatórios ajustados às suas preocupações, parece estar em condições de superar os entraves que classicamente limitam a investigação histórica, utilizando também conhecimentos advindos de outras áreas do saber. Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa Pollack (*apud* FERREIRA, 2002).

Chartier (*apud* FERREIRA, 2000) afirma que, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que

---

<sup>4</sup> Pierre Nora (1995) tratou isso como, uma aceleração da história. Para ele, é preciso ter a noção de que a história deve ser vista como uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente mutável. Sendo assim, a concepção de um passado “fixo e determinado” não deveria mais acompanhar o campo da história, já que, quanto mais pesquisas são finalizadas, mais notamos que este modelo estático e cerceador não se apresenta como correto e recomendável.

ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.

Acerca desta proximidade, Viudes (2008) afirma que, mesmo sendo testemunha dos fatos, creio que o rigor e a adoção de métodos científicos acabam por capacitar a análise do contexto em que o fato histórico ocorre, de levar em consideração como esse fato se relaciona com a realidade das pessoas e como a sociedade o percebe, ou seja, a sua conjuntura.

Chauveau & Tétart (*apud* Pinto, 2014),

salientam que é função do historiador trabalhar também as temáticas mais atuais, auxiliando assim as novas gerações a entenderem o que se passa ao redor delas, dotando-as assim de capacidade de fazer o ‘recurso’ histórico e, mais ainda, mencionando que esta forma de produzir história somente será possível (caso haja um posicionamento firme e ético), desvinculando ao máximo as inclinações pessoais sobre o tema escolhido, pois, além de testemunha, o historiador é narrador e formador de opinião (p.14).

O processo de ebulição que ocorre no mundo, as mudanças constantes, a troca do tradicional pelo novo, a busca por melhores condições de vida e maiores domínios são tônicas dos tempos atuais. Sabendo disso, a historiografia não poderia manter seus pés cravados em um terreno que logo perderia sua fertilidade, era necessário mudar, abrir novos caminhos e vislumbrar novos e amplos horizontes. A história do Tempo Presente encaixa-se nesse processo, pois a mesma acaba por se utilizar destes pontos e analisa a realidade com o mesmo rigor anterior, mas com maior raio de alcance.

O estudo dos vendedores informais de Santa Maria pode ser visto como um exemplo do processo, a análise desse setor demonstra que os olhos da historiografia repousam pelos antes marginalizados.

A pesquisa sobre o comércio informal na cidade de Santa Maria não dispõe de um grande número de produções historiográficas. Entre os pesquisadores que abordaram a temática: Oliveira (2010), Possebon (2011) e Pinto (2012, 2013) merecem destaque.

A pesquisa de Oliveira (2010), intitulada “A trajetória recente do comércio informal em Santa Maria: crônicas urbanas” realiza um apanhado histórico geral sobre o Camelódromo Municipal (1991), seus vendedores e a posterior mudança dos envolvidos para o Shopping Popular (2010). O recorte do trabalho engloba os anos de 1989-2010, excluindo assim uma análise sobre os primeiros tempos dos “informais” nas ruas da cidade.

Para o autor, os problemas enfrentados pelos vendedores informais da cidade estão relacionados com a parca participação do governo municipal no sentido de abertura de oportunidades de emprego e na organização deste setor em constante crescimento. O

pesquisador ainda salienta que as medidas tomadas pelo governo municipal se configuraram muito mais como medidas de emergência que do que preocupações consistentes com os envolvidos.

Um dos enfoques escolhidos foram as reportagens dos jornais da cidade que apresentaram os conflitos envolvendo os vendedores informais. O direcionamento da pesquisa está deveras vinculado a imagem do vendedor informal como vítima dos desmandos governamentais e isso acaba por prejudicar no aprofundamento da pesquisa.

Já na pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Daniela Possebon (2011), intitulada “Uma história do Comércio Informal em Santa Maria”, a autora busca reescrever a história dos vendedores informais da cidade, através do resgate da memória, utilizando a fonte oral e cruzando das fontes documentais (jornais e leis municipais). O tempo histórico abordado compreende o final dos anos 1980 até 2011.

Diferente do trabalho de Oliveira (2010), a pesquisadora desenvolve entrevista orais com os envolvidos e se utiliza desses relatos para traçar um perfil do vendedor informal de Santa Maria. A autora se posiciona de maneira semelhante a Oliveira (2010) e objetiva “dar voz aos excluídos que não tiveram a história relatada ainda” (p.12).

De acordo com os dados levantados pela autora, o trabalho informal na cidade de Santa Maria tem certa equivalência no número de homens e mulheres no setor; que as políticas públicas não possibilitaram uma organização consistente e que “as iniciativas governamentais não têm atendido completamente as necessidades do setor” (p.81).

Ainda sobre a posição desempenhada pelo governo, a autora menciona que a situação de precariedade permanece sendo um dos pontos de destaque das atividades e que a insegurança de rendimentos ronda aqueles que desenvolvem essas atividades. Os vendedores são apresentados não como integrantes de um grupo coeso e que ambicione melhorias gerais, muito pelo contrário, a pesquisadora salienta o caráter segmentar que se desenha no interior do setor informal-trabalhista de Santa Maria.

O trabalho de Pinto (2012) tem como objetivo historiar a trajetória dos vendedores informais na cidade e tem como delimitação temporal o início dos anos 1980 – englobando o início das atividades – até 2011 e a mudança do centro comercial informal da Av. Rio Branco para o Shopping Independência.

O que difere o trabalho do autor dos demais elaborados com a mesma temática é que se dá um enfoque maior também para as relações e percepções do comércio formal com o comércio informal. Segundo o autor, através das fontes levantadas, os comerciantes formais não se viam em disputas intensas com os informais, pois como foi visto no decorrer da pesquisa, o grupo que compra no comércio formal difere do informal. A grande questão debatida era a da falta de organização das atividades, que levava a problemas de ordem urbana, política e de segurança, além da inexistência de diálogo entre os vendedores informais e o governo municipal, piorando consideravelmente os desdobramentos da situação.

## **1. ENTRE CRISES E ESQUINAS: O COMÉRCIO INFORMAL EM SANTA MARIA (1981-1991)**

Antes de iniciarmos efetivamente nossa análise, faz-se necessária a resposta de uma questão curta, porém complexa: O que é a informalidade? Para responder, apresentaremos, a partir de agora, diversos posicionamentos sobre o conceito de informalidade, privilegiando pontos que compreendemos serem aproximados do objeto de estudo proposto.

O segmento econômico comumente conhecido como informalidade engloba uma grande gama de atividades e, por tal amplitude, dificulta que os estudos produzam modelos únicos de análise. É importante registrar a ideia de que a literatura sobre informalidade permanece sem consenso, e cada autor a interpreta conforme seu enfoque específico, o que tem tornado o debate mais instigante (Santos; Maciel & Sato, 2013).

Levando em conta isto, vale ressaltar que, a intenção do ensaio não busca a inserção da informalidade em um modelo único, nem a produção de novos conceitos, mas a busca por elucidar como a temática tem sido discutida e pensada por diferentes áreas do saber.

A discussão sobre o conceito de Informalidade no mercado de trabalho recebeu destaque pela primeira vez no relatório desenvolvido pela OIT<sup>5</sup> (1972). A discussão da temática demonstra que o seu desenvolvimento passou a ser sentido pela economia internacional<sup>6</sup>.

Logo em suas primeiras considerações, o relatório defende a existência de dois segmentos no mundo dos trabalhos: o formal, que seria caracterizado por unidades produtivas organizadas, as quais cumpriam com a legislação trabalhista e detinham relações bem estabelecidas entre os envolvidos e interessados; e o setor informal<sup>7</sup>, composto por um segmento desregulado, sendo totalmente antagônico do formal.

---

<sup>5</sup> Organização Internacional do Trabalho.

<sup>6</sup> Desde o surgimento da expressão setor informal no Quênia, as atividades não formalizadas, não regulamentadas e não protegidas com os mesmos benefícios legais conquistados pelos trabalhadores formais se multiplicaram, notadamente nos países onde o emprego formal é ou se tornou escasso (Santos; Maciel & Sato, 2013, p. 326).

<sup>7</sup> Segundo Cacciamali (apud Vidal, 2008) esta abordagem considera o setor informal com as seguintes características: I) atividades com reduzido nível de capital; II) técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho; III) pequeno número de trabalhadores (uns remunerados, outros familiares); IV) suas atividades não são alvos de política governamental; V) possuem dificuldades para obtenção de crédito; e VI) atuam em mercados competitivos e desregulados.

Alves & Tavares (*apud* Antunes, 2006) salientam que tal visão desconsiderava os diferentes desdobramentos do segmento, e que esta maneira de ver o setor, deixaria de lado a riqueza das relações existentes nele. Os autores ainda completam dizendo que inserir os estudos em um modelo tão condensado acabaria por ignorar partes vitais para a compreensão.

Acerca dos pontos levantados pelo relatório da OIT (1972), Capachi & Moretto (*apud* MORETTO, 2006) complementam que, o grupo dos “informais”, na quase totalidade dos casos, seria composto por indivíduos que teriam propriedade familiar do empreendimento, atividades de gestão precária, produção não delimitada, planos contábeis incompletos e autofinanciamento (recursos próprios).

Ainda levando em conta o que fora discutido pela OIT, ambos os ensaios mencionados abordam a informalidade como um desdobramento de momentos de crise enfrentados pela economia<sup>8</sup> e que, desta forma, teria sua existência vinculada aos rumos do outro. Isto é, caso a economia voltasse a conviver com uma situação favorável, a informalidade, conseqüentemente, desapareceria.

Além disso, o relatório da OIT entendia que a informalidade seria um processo enfrentado tipicamente em países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência (OIT, 1972).

Cacciamali (1983) entende que esta maneira de ver a informalidade era limitada, pois preconizava a ideia de que as relações desenvolvidas pelo segmento eram mais próximas com o âmbito arcaico, ou seja, aquelas que não acompanharam o dinamismo das relações capitalistas.

Como afirmam Krein & Proni (2010),

Os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno e resultado do processo de urbanização. [...] Não existia um corpo teórico de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram pensadas como formando um setor, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (p.7).

---

<sup>8</sup> Cardoso Junior (*apud* SILVA & YAZBEK, 2006) salienta que, o mercado de trabalho formal passou a ser visto como um ambiente de tensões e desigualdades, o que acarretou um grande contingente de indivíduos desempregados. Sendo as práticas informais uma saída da situação imposta.

Neste contexto, o que eram compreendidas como não organizadas eram as atividades sem carteira assinada e direito aos benefícios trabalhistas, tais como: férias, licença maternidade, gratificação e outros. Além do mencionado, a efemeridade e amplitude das atividades desenvolvidas pelos mesmos indivíduos englobaram-se nesse contexto.

Em síntese, essa primeira corrente teórica visualizava o fenômeno da informalidade como um desdobramento de momentos em que as crises econômicas obrigaram certos grupos a desenvolverem atividades com organização precária, baixo rendimento e inconstância de continuidade.

Ainda utilizando esse ponto de vista, compreendemos que os trabalhadores informais eram, na maioria das vezes, indivíduos que não detinham grande grau de instrução e que conviviam com maiores níveis de insegurança do que o restante da sociedade.

Cabe destacar que o ensaio em questão, analisará as atividades informais vinculadas aos camelôs, artesãos e ambulantes da cidade de Santa Maria, não desconsiderando a existência de outros grupos informais, apenas optando pelo estudo dos mencionados anteriormente.

Estudos que aprofundassem a temática passaram a ser produzidos apenas no final da década de 1980, muito pelo momento enfrentado na economia mundial, que fazia com que ocorresse um considerável aumento do segmento informal. No Brasil, os primeiros estudos sobre a temática foram de Santos (1979) e Cacciamali (1983).

O primeiro autor, Santos (1979), segue a mesma linha apresentada anteriormente, ou seja, entende que os trabalhos informais eram reflexos de um momento de crise que obrigava os grupos a desenvolverem este tipo de atividade. A eclosão deste tipo de trabalho estava muito mais ligada a uma solução de momento do que propriamente a uma escolha dentre várias opções.

Como afirma Ulyssea (2006), os estudos sobre a informalidade no Brasil tiveram início principalmente pelo gradativo aumento na malha de trabalhadores informais do país, números que representavam cerca de 28% da população total. O autor ainda menciona que, no Brasil, a informalidade teve como características iniciais de estudo a amplitude<sup>9</sup>,

---

<sup>9</sup> Barros e Varandas (*apud* Ulyssea, 2006) mostram que os empregos sem carteira de trabalho assinada são mais fáceis de se encontrar, porém menos duradouros – os autores estimam que sua duração média corresponde a menos da metade da duração de um emprego formal.



pois, a legislação exigia que todos os trabalhadores assalariados possuíssem uma carteira de trabalho assinada, o que fez com que a definição de informalidade ficasse amplamente associada à posse ou não da mesma. Não obstante, em diversos trabalhos, o setor informal é definido como a soma dos trabalhadores sem carteira e conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribui para a previdência social (p.597).

Cacciamali (1983) aprofunda os estudos e apresenta pontos de debate acerca da simplicidade pregada pelo relatório da OIT (1972). A autora destaca que nem só grupos com baixa instrução eram participantes da informalidade. Segundo sua linha de raciocínio, os momentos de carência econômica afetavam a maioria da população e, com isso, grupos com bom grau de instrução (educação) e com trajetórias profissionais ligadas ao setor formal viam-se inseridos neste tipo de atividade.

De acordo com Antunes (2000), o segmento dos ambulantes, do pequeno comércio que trabalha por conta, é o último refúgio dos demitidos, dos jovens que não conseguem o primeiro emprego e dos expulsos da zona rural - embora a crise encarregue-se de incluir entre as categorias referenciadas trabalhadores qualificados, às vezes, até com formação superior. Em síntese, o setor informal não deve ser visto apenas como um local onde pessoas com baixos níveis de escolaridade tem espaço, pois as dificuldades impostas aos demais setores da sociedade também auxiliaram em um aumento considerável de uma massa desempregada qualificada no país.

Ulysea (2006) afirma que, “de forma simétrica, a proporção de trabalhadores informais (sem carteira) aumentou em todas as faixas de escolaridade, mas de uma forma especialmente acentuada nos trabalhadores com mais de 11 anos de estudo” (p. 598-599).

Seus estudos<sup>10</sup> apresentam, pela primeira vez, pontos positivos da informalidade, entre os quais destacamos: maior liberdade de produção, desenvolvimento e lucro dos trabalhadores, pois sem terem laços empregatícios costumeiros do capitalismo, o produtor ficava com maior parte dos lucros. A autora também considera que o setor informal engloba uma miscelânea de atividades e, por tal motivo, seria extremamente complexo – para não mencionar impossível – inseri-las em um único modelo explicativo.

Cacciamali (2001) afirma que,

---

<sup>10</sup> Cacciamali (1983) afirma que o que norteava tais estudos era o entendimento, bastante difundido na época, de que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social.

é o produtor direto de posse de instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, juntamente com a mão-de-obra familiar ou com auxílio de alguns ajudantes, executa e simultaneamente administra uma determinada atividade econômica, gerando para si grande parte da lucratividade da atividade desempenhada (p.134).

Merece destaque uma das ideias desenvolvidas por essa linha de análise da informalidade. Ela compreende que o setor informal funcionava como “colchão amortecedor” (ao absorver o excesso de mão-de-obra na fase recessiva) e como “exército de reserva” (ao liberar mão-de-obra para o setor estruturado na fase de crescimento acelerado) (Krein & Proni, 2010).

A segunda linha teórica explicativa da informalidade utilizou-se das considerações elaboradas pelo PREALC<sup>11</sup> (1978). Cacciamali (1983, 2000) entende que o modelo explicativo da informalidade seguido pelo PREALC mantém pontos muito similares ao antigo produzido pela OIT (1972), principalmente na manutenção das distâncias de cada setor.

Acerca desse relatório, Krein & Proni (2010) afirmam que,

o PREALC considerava o setor informal urbano como manifestação do excedente estrutural de mão-de-obra o mercado informal era relacionado a atividades com baixo nível de produtividade, exercidas por trabalhadores independentes (trabalhando por conta própria) e por pequenas empresas (operando sem organização realmente empresarial) (p.14).

O estudo da PREALC mantém a concepção de que a informalidade poderia ser resumida em uma palavra: pequena. Cacciamali (1983) explana que as principais características que estariam presentes neste grupo seriam: baixa remuneração; atividade vinculada ao âmbito familiar; não cumprimento das leis impostas pelo mercado; descumprimento da legislação; utilização indevida de vias públicas; precificação variável; divisão não estabelecida entre proprietários do capital e do trabalho.

Cabe destaque também, a diferença imposta entre o profissional liberal autônomo e o informal. Os estudos afirmam que, para ser considerado o primeiro caso, em suma, o indivíduo teria que cumprir a legislação em vigor, não se utilizando de subterfúgios para beneficiar-se do contexto.

Podemos vislumbrar também que há um certo grau de preconceito inserido nos resultados apresentados por tais estudos, característica esta que acompanha a informalidade até os dias atuais. Em muitos casos, a ideia do observador (mídia e setores do executivo)

---

<sup>11</sup> Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe.

aproxima-se do discurso da facilidade, ou seja, da fuga. O informal, neste contexto, seria parte de um grupo que prejudicaria a ordem vigente.

Sobre os locais escolhidos pelos informais, Santos; Maciel & Sato (2013) uma das atividades mais conhecidas como informal é a venda de produtos em logradouros e praças dos centros urbanos das cidades, realizada de modo itinerante ou fixa em barracas, denominados feiras municipais ou simplesmente. Pois como aborda Certeau (1994), nesses casos acaba sendo comum a utilização de espaço públicos (praças, ruas e calçadas) para o desenvolvimento de atividades vinculadas ao âmbito privado, gerando, com isso, conflitos com outras parcelas da sociedade.

Montessoro (2006) refere-se aos camelôs como aqueles que já possuem um ponto estratégico para desenvolver suas atividades, seja em bancas nas ruas ou num camelódromo. Quanto aos ambulantes, seriam as pessoas que precisam se locomover para realizarem suas vendas.

Sobre as características destes grupos, Singer & Pocchman (2001) afirmam, “o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercado desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir as diferenças entre capital e trabalho” (p.14).

A corrente em questão diferencia-se da anteriormente analisada no sentido de atribuir ao segmento informal a possibilidade de manutenção independente dos rumos da economia. Neste sentido, estudiosos sobre o caso (Cacciamali, 1983; Tavares, 2004; Kraychete, 2000) entendem que, a informalidade no seu surgimento até pode estar vinculada ao status vigente, contudo, na maioria dos casos, sua autorregulação rompe com tal dependência e passa a desenvolver-se autonomamente.

Rivero (2009) menciona os informais também,

são aqueles que setores que migraram para a cidade, libertados dos seus meios de produção, e que não conseguiram lugar no mercado de trabalho regulado pelo Estado. Como forma de sobrevivência, dedicam-se a atividades de baixa produtividades, sem proteção legal, instáveis e de escassos rendimentos econômicos (p.45).

Acerca do mencionado por Rivero (2009), podemos complementar afirmando que as migrações para as cidades são comuns em momentos de instabilidade estrutural, pois os centros urbanos mais populosos passam a ser vistos como locais de oportunidades e soluções. Contudo, na maioria dos casos, as cidades não são capazes de comportar o contingente que

passa a rumar para ela, acentuando com isso, os problemas de infraestrutura, saúde, educação e também no setor de empregos. Em suma, em muitos casos a solução dos problemas não passa de um sonho, que logo torna-se um pesadelo.

Outra corrente existente na análise, vislumbra o mercado informal como um organismo não mais subordinado ao setor formal e de maior amplitude, pois, como afirma Cacciamali (1983, 1991, 2000), o setor informal desenvolveu-se como uma forma dinâmica de produção e não fica presa apenas à produção de mercadorias e serviços de má qualidade e sem boa procedência. Ou seja, a informalidade extrapola o antigo caminho trilhado, sendo agora, em vários segmentos, um adversário do setor formal.

Antunes (2006) afirma que, o mercado capitalista modifica, destrói e complementa em grande velocidade e, com isso, acabam sobrando parcelas desassistidas na prestação de serviços. Notando tal contexto, a informalidade apropriou-se desta sobra e lá desenvolve satisfatoriamente suas atividades.

Para Lira (2006), “o setor informal já não representa mais uma mera alternativa de sobrevivência, sendo, na atualidade um fator vital ao capital, inserindo-se nas diversas áreas de trabalho e assumindo uma imagem de trabalho, associada ao empreendedorismo” (p.139).

Nos últimos anos, pesquisas apontam para novos rumos da informalidade. Entre os principais desdobramentos, está a ideia de informalidade estrutural (Dualibe, 2010) em que o autor menciona que o setor informal rompeu com o modelo tradicionalmente difundido de suas atividades, isto é, aquela maneira que compreendia os trabalhos informais como uma saída para momentos de crises e que tinham como pontos predominantes a insegurança.

O autor menciona que esta forma de informalidade surge como uma trilha distante da enorme carga tributária impostas aos empresários do setor formal, sendo assim, muitos grupos preferem manter-se neste segmento, pois os gastos diminuiriam e a lucratividade dos seus afazeres seria menos afetada. Em suma, Dualibe (2010) diz: “para os proprietários/empregadores do segmento informal, o rebaixamento do custo do trabalho é um aspecto sobre o qual têm poder de gestão e que contribui para a sua permanência no mercado” (p.89).

Os pontos apresentados durante o subitem servem para demonstrar a quantidade de posicionamentos distintos existentes acerca do fenômeno da informalidade. A informalidade apresenta inúmeras facetas e desdobramentos. Cada indivíduo que faz parte deste segmento

econômico tem suas motivações e inclinações, neste sentido, os estudos sobre a temática ganham maior importância, a história e trajetória destes grupos/indivíduos merece destaque e espaço cada vez maior.

Os pontos elucidados anteriormente serviram para facilitar a compreensão do que será tratado a partir de agora. O subítem, como ficou claro em seu título, abordará os desdobramentos do trabalho informal na cidade de Santa Maria entre o início dos anos 1980 até 1991.

Tal recorte justificou-se pelo aumento das atividades informais durante o período. Sobre os pontos inclusos nesta análise estão o rápido desenvolvimento do segmento na cidade, passando pelo descontrole proveniente da ampliação desregulada, até chegar na fundação do Camelódromo municipal, em meados do ano de 1991. Além do citado, o subítem visa elucidar o momento econômico da época e como apresentou-se o posicionamento midiático e governamental acerca das questões inseridas neste processo.

O processo de deterioração enfrentado pela economia brasileira, a partir de meados da década de 1970, passou a tomar contornos desesperadores na virada para a década de 1980<sup>12</sup>. O aumento do número de desempregados, a falta de políticas públicas que compensassem o momento vivido, além da incapacidade demonstrada pelos governos na contenção e, conseqüente, diminuição dos complicadores eram alguns dos pontos enfrentados por grande parte da população brasileira.

O trabalho tem como uma de suas principais hipóteses a ideia de que os processos de deterioração da economia nacional, somados ao crescimento do fluxo migratório voltado para a cidade, a desorganização da cidade – não se apresentando capaz de atender a todos que passaram a depender dela - e o aumento das disputas no mercado de trabalho - aumentando o número de indivíduos que viram-se à margem do setor tradicional trabalhista - auxiliaram no desenvolvimento de grupos atuantes em pontos periféricos da economia, vinculados e compreendidos próximos à informalidade<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre o governo Figueiredo, Silva (2009) afirma que, o país vivenciou um momento de abertura política por um lado, e de agravamento da crise econômica, por outro. A inflação dos anos Figueiredo, que em 1978 estava próxima de 40% ao ano (a.a.), atingiu patamares estratosféricos de 220% a.a. em 1985 (p.57-58).

<sup>13</sup> Sobre isso, Castel (*apud* PINTO, 2014) afirma que, o desemprego seria uma bolha que formou-se nas relações de trabalho e que não poderia ser facilmente reabsorvida. Para ele, a precarização do emprego e aumento do desemprego inseriram-se na dinâmica atual das economias em crise e as conseqüências seriam sentidas em todos os setores do trabalho.

Os momentos de crise trouxeram consigo o crescimento do contingente populacional que se destinava para a cidade de Santa Maria. Romero (2006) afirma que esse crescimento modificou as estruturas estabelecidas e, mesmo que as migrações fossem tradicionais, em momentos de crise, os indivíduos que dependiam da cidade, na maioria das vezes, não enxergavam com bons olhos a chegada de outros grupos para disputar os poucos espaços existentes.

A cidade de Santa Maria, importante centro educacional, militar e comerciário, já estava acostumada com essas intensas hordas migratórias, contudo, mesmo com a experiência nesse tipo de acontecimento, em alguns momentos, a urbe não conseguia absorver todos que para ela rumavam<sup>14</sup>.

Sobre isso, Muller & Martine (1997) afirmam que,

a mecanização do campo acarretou a diminuição da necessidade de mão de obra drasticamente, provocando, com isso, um forte êxodo rural em direção aos ‘centros atrativos’ – leia-se centro urbano. Segundo os autores, “durante as décadas de 1960 e 1970 quase 30 milhões de pessoas deixaram o campo, rumo às cidades” (p. 86).

Sobre os motivos que fizeram esses grupos rumarem pra Santa Maria e, posteriormente, desenvolverem atividades informais, Vilson Araújo (2014)<sup>15</sup>, Mauro Souza (2014)<sup>16</sup>, João Mafalda (2012)<sup>17</sup> e Miguel Antônio Montano Franchi (2012)<sup>18</sup>, comerciantes da época, têm discursos aproximados e que, de certa forma, complementam-se. Em suma, eles buscavam melhores oportunidades na cidade e o comércio informal foi uma das poucas

---

<sup>14</sup> Sobre isso, Martine, Koucher (*apud* PINTO, 2014) destaca que as migrações internas, nesse período, dirigiram-se preferencialmente para os polos de maior dinamismo econômico, transformando as relações socioeconômicas ocorridas ao longo do tempo nesses espaços.

<sup>15</sup> Vilson Araújo (2014) afirma que, “a gente buscou algumas saídas, né?! Tentei emprego nas lojas e fiquei 6 meses em uma madeireira, mas não consegui me manter. Salário era de fome mesmo. Como eu tinha duas filhas e uma esposa, precisava trabalhar em alguma coisa que ajudasse no aumento da renda”.

<sup>16</sup> Mauro Souza (2014) afirma que, “eu tentei vários outros tipos de emprego, mas não me aceitavam em nada. Eu queria trabalhar, fazia “bicos” e fui servente em umas obras, mas não dava para me sustentar aqui e trabalhar na rua foi uma solução”.

<sup>17</sup> João Mafalda (2012) salienta que, “o trabalho na rua se iniciou, por necessidade, pois sendo fazendo parte de um grupo novo na cidade, não tinha facilidade na inserção no mercado trabalhista. A saída foi colocar uma mochilinha nas costas e me tornar um artesão, era o hippie, né?! E na época, comecei a expor o meu trabalho, com uma mesinha pequena, um paninho, uns aramezinhos, foi o jeito honesto que eu achei para viver”.

<sup>18</sup> Miguel Antônio Montano Franchi (2012) conta que, “quando decidi vir pra Santa Maria, tinha em mente que ia conseguir um emprego no comércio ou mesmo na ferrovia. Mas cara, chegando aqui foi uma dureza. Não tinha crédito na praça, nem casa pra alugar, minha esposa passou pela mesma situação, até que conseguiu um trabalho em uma lancharia. Em qualquer emprego que tivesse vaga, nós tínhamos que disputar com várias outras pessoas e nós não tínhamos aquele famoso “quem indique”.

chances encontradas de manterem-se e uma possibilidade de crescimento aos novos santamarienses.

Os primeiros grupos a desenvolverem suas atividades nas ruas da região central cidade foram os artesãos que expunham seus trabalhos, predominantemente manufaturados. O comerciante informal da época, Vilson Araújo (2014) afirma que, “bem no início eram vendidos brincos, pulseiras, anéis, panos de prato, coadores de café, meias, produtos que tinham preços baixos”.

Utilizando do fragmento apresentado, notamos a predominância na comercialização de produtos de baixo valor monetário. Os produtos e os preços pouco variavam de vendedor para vendedor e o sucesso da atividade era também fruto das formas escolhidas para atrair a clientela para ver o produto e comprar.

Sobre isso, Vilson Araújo (2014) afirma “quando eu comecei a vender os artesanatos tive pouco lucro, mas daí fui me posicionando onde tinha mais gente passando e coloquei uma das minhas “gurias” para gritar e chamar a atenção. Depois disso foi ficando mais fácil vender e até minha mulher ajudava.”

Este tipo de divisão laboral fazia parte dos trabalhos informais do momento abordado. A unidade familiar, muitas vezes, auxiliava não apenas na comercialização, mas também na produção das mercadorias a serem expostas nas bancas. Segundo Cacciamali (*apud* ANTUNES, 2006), os trabalhadores informais no início de seus trabalhos, na maioria dos casos, deveriam ser inseridos em atividades que requerem baixa capitalização.

Acerca da ordem organizacional, os artesãos deveriam pagar um valor mensal para poder desenvolver suas atividades. A cobrança era feita pela Prefeitura Municipal, a qual dispunha de órgãos fiscalizadores para controlar os rumos das atividades informais desempenhadas. Como afirma Pinto (2014), “nestes primeiros momentos, o número de vendedores era pequeno e, sendo desta forma, não existiam muitos complicadores relacionados a disputa de espaço, nem pela clientela”.

Como mencionado, o número era pequeno, motivo este que facilitava o controle e a quase inexistência de conflitos entre os envolvidos no processo. Sobre a localização dos vendedores, Miguel Antônio Montano Franchi (2012) afirma que a mesma variava pouco. Os artesãos ficavam circulando pela Praça Saldanha Marinho e nos arredores das agências bancárias, sempre buscando o melhor local para ficar.

A escolha das ruas centrais vincula-se a percepção de que o centro da cidade, além de centro administrativo e tradicional, caracterizava-se por ser o local onde ocorre o maior tráfego de populares. Logo, apresenta maiores possibilidades de aumentar o número de vendas.

No ano de 1981, foi criada a Associação de Comércio dos Vendedores Ambulantes e Comércio Varejista de feirantes da cidade de Santa Maria. Essa Associação teve origem no desamparo que estava relegada a classe de feirantes e ambulantes, existentes em Santa Maria e serviria como uma voz de apoio e de questionamento dos desassistidos frente ao governo municipal.

Acerca da associação, Pinto (2014) afirma que,

estava entre as prerrogativas básicas dessa Associação: representar os vendedores perante as autoridades; fundar um departamento de publicidade; despertar o sentimento de união da categoria; defender os interesses dos associados; colaborar com o Estado na solução e estudo dos problemas que se relacionam com os feirantes e ambulantes; firmar convênios visando com a prestação de serviços e a aquisição de bens de interesse coletivo, e para isto será cobrada uma pequena contribuição daqueles que participam da categoria.

Além do alvará, tirado ao preço de Cr\$ 421,00, também era pago o imposto sobre o piso, Cr\$ 1.110,00. A taxa era cobrada de todos os vendedores cadastrados na Prefeitura, independente do espaço que ocupavam (A Razão, 1981).

A fundação pode ser compreendida, também, como uma maneira de regular as atividades desenvolvidas, pois, a partir de meados do ano de 1981, ocorreu um processo de aumento do número de trabalhadores nas ruas. A regulação deve ser vista como uma tática de controle, bem vista pela Prefeitura e pelos próprios artesãos, receosos que o aumento pudesse atrapalhar o antes instituído.

O sucesso da empreitada viu-se prejudicado pela resistência de algumas parcelas de trabalhadores. Entre os motivos apresentados estavam a parca e, em certos pontos, inexistente aproximação das reivindicações com os desejos dos artesãos. Pinto (2014) salienta que mesmo que as propostas parecessem voltadas ao bem comum dos vendedores ambulantes da cidade, suas medidas, na maioria dos casos, auxiliavam apenas a parcela vinculada ao comércio de alimentos, as conhecidas feiras e, conseqüentemente, aos agricultores que desenvolviam esses trabalhos.

Sobre essa Associação, Vilson Araújo (2014) afirma que, “tinham algumas reuniões, mas ninguém se entendia. Eu fui em algumas, mas vi que aquilo não ia dar em nada e tentei



lutar sozinho pelo meu espaço”. Mauro Souza (2014) afirma que, “nunca fui muito chegado nessas coisas. Achava uma “besteirada” e quem participava estava sempre reclamando que ninguém se entendia e só queriam arrumar o seu lado. Por isso que eu nunca busquei participar dessas coisas”.

A postura apresentada pelos entrevistados aproxima-se da percepção que a informalidade configura-se como um segmento amplo e de difícil conexão entre os envolvidos. Eram raras as vezes em que a busca por medidas que alcançassem o bem comum superavam os desejos individuais. A falta de sucesso da empreitada fora vista com desconfiança pelo governo municipal, o qual enxergava a Associação como uma maneira de acompanhar mais de perto os rumos tomados pela categoria.

Com o crescimento das atividades, a postura do governo e da mídia local passou a ter outros contornos, pois, neste contexto, surgiram as primeiras manifestações contrárias aos trabalhos dos informais. O grupo com maiores ressalvas era o inserido no setor formal do comércio da cidade, os quais não concordavam com a organização espacial, principalmente no que dizia respeito aos locais de trabalho dos informais.

Sobre a escolha das regiões centrais, Lefebvre (*apud* Pinto, 2012, 2014) entende que este pensamento auxilia no aparecimento do processo por ele denominado *implosão-explosão* das cidades. Nesses casos, os centros passam a ser disputados por diferentes pessoas, buscando seus benefícios e esses acontecimentos acabam fomentando problemas nas relações entre eles, a deterioração do espaço urbana, a ideia de pertencimento e do direito de estar lá<sup>19</sup>.

Podemos ver como um exemplo desta disputa, a reportagem do jornal A Razão que afirma que a, “Secretaria Municipal da Fazenda, não raras vezes tem recebido algumas reclamações do comércio convencional da cidade, mais pelo congestionamento e bloqueio de calçadas e vitrinas do que propriamente pela concorrência que possam, por ventura ocasionar aos reclamantes” (23 jan. 1981, p.10)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Romero (2006) salienta que as disputas pelos melhores locais na cidade aumentam de intensidade por causa do crescimento desregulado dos centros urbanos, principalmente em momentos de crises, pois os grupos tradicionais compreendem ter maiores direitos sobre o espaço, o qual passa a ser invadido.

<sup>20</sup> A reportagem ainda menciona que, foram várias as tentativas de diversas pessoas de instalar-se no Calçadão da Primeira Quadra os mais variados e sofisticados tipos de bancas para a venda de bijuterias, mas que o espaço é intocável e jamais abrigará esse tipo de atividades que poderia alterar a estética de um ponto destinado ao lazer e ao encontro entre amigos (23 jan. 1981, p.11).

A fiscalização nos primeiros anos de atividades informais, nas ruas, configurava-se muito mais pela contemplação, do que por questionamento. Mauro Souza (2014) afirma que, “nos primeiros momentos não tínhamos quase nenhum problema com a Prefeitura, era tudo bem tranquilo, até porque nós éramos poucos”.

Ele menciona também que, “os policiais militares circulavam aos arredores das barraquinhas e que ainda demonstravam até certa simpatia pelo trabalho e até compravam vez ou outra os produtos comercializados”. Sobre o mesmo assunto, Mauro Souza (2014) afirma que, “a fiscalização era mais para ver se ninguém estava vendendo algo errado, fora do liberado por eles”.

O empresariado formal da cidade tinha diferente percepção da fiscalização. Para o empresário Mário Gaiger (2012) “a fiscalização era muito deficiente, pois naquela época, os fiscais da prefeitura eram mínimos [...] e acontecia de a fiscalização bater e ser aquela correria, mas não resolvia nada”.

Mesmo que os problemas entre o setor formal e o informal tivessem enfrentado um aumento durante o contexto estudado, o recrudescimento deu-se efetivamente por causa das intensas crises econômicas vigentes na década de 1980. Afinal, a situação não demonstrava sinais de melhorias e o ritmo da crise apresentava apenas sinais de aumento da inflação e do desemprego.

Os inúmeros planos econômicos apresentados não modificavam o quadro vigente, a pressão pela mudança nos rumos da política e o desconforto pelas constantes falhas na contenção das crises tornaram o cenário político nacional um terreno extremamente escorregadio e a economia refletia isso.

Em Santa Maria, os problemas também foram sentidos e a reportagem do Jornal A Razão com a seguinte manchete, “Não surgem novos empregos na cidade” dá o tom preocupante do momento. A matéria afirma, “verifica-se que praticamente nenhum emprego novo é criado numa cidade que pelo crescimento populacional deveria proporcionar, no mínimo 2 mil empregos por ano” (28 maio 1981, p. 06).

Como consequência deste fenômeno, os antigos grupos que predominantemente vendiam produtos de artesanato passaram a conviver com outros dois novos tipos de trabalhadores urbanos: os ambulantes e os camelôs.

Sobre eles, podemos afirmar que suas características eram destoantes e próximas ao mesmo tempo: os ambulantes eram grupos que mudavam de local várias vezes – quando achavam necessário - e tinham produtos que angariavam maior lucratividade, além do artesanato; os camelôs podem ser definidos como a evolução ou a soma de todas as características dos anteriores com a diferença de que seus principais produtos eram industrializados, na maioria dos casos, falsificações de produtos importados e, posteriormente eletrônicos.

Acerca disto, Possebon acena que,

os trabalhadores informais de Santa Maria passaram a ser divididos em três grupos: camelôs (que trabalhavam em bancas, na Praça Saldanha Marinho e ao longo do canteiro central da Avenida Rio Branco), ambulantes (que tinham bancas em calçadas em locais fixos ou não) e artesãos (que apesar de dividir o espaço de trabalho com ambos os grupos anteriores tem um diferencial: são regularizados) (2011, p.37).

Consequentemente, ocorreu um gradual afastamento entre os trabalhadores de rua na cidade, pois dividiram-se em dois grandes grupos: aqueles que pagavam os tributos – os artesãos - e posicionavam-se de acordo com o tido como correto pela Prefeitura Municipal; e aqueles que passaram a desempenhar suas atividades, mas que não dispunham das liberações exigidas pelo executivo local.

As mudanças foram sentidas entre os próprios vendedores informais, pois com o aumento do número de trabalhadores, os órgãos reguladores do Estado começaram a acompanhar de maneira mais próxima as atividades<sup>21</sup> e, neste contexto, a mídia local passou a posicionar-se contrariamente aos vendedores informais que não apresentavam a regulação necessária. Um exemplo disso é a matéria principal da edição do Jornal A Razão aqui mencionada,

O comércio ambulante e seus similares localizados sobre áreas públicas de lazer e circulação têm como consequência o desestímulo para o comerciante estabelecido que, em face da concorrência desigual, quando abandona a atividade deixa de fazer melhorias no estabelecimento, reduz e não diversifica estoque. Há desemprego, onde novas oportunidades de trabalho deixam de ser criadas perdendo o consumidor em conforto e melhores condições de compra. Ainda colocam que a existência e proliferação do comércio ambulantes reduz a receita do erário, com prejuízos, além de ser uma atividade inexpressiva como geradora de empregos e a própria observância das exigências trabalhistas ficam dificultadas, comprometendo as condições de trabalho, com prejuízos para os empregados (04 dez 1981, p. 11).

---

<sup>21</sup> A reportagem do jornal A Razão afirma que, “A Câmara de Vereadores realizou na sessão de segunda-feira uma mesa redonda para apreciar o Projeto de Lei que institui o Código de Posturas do Município, proposta pelo vereador Adelmo Genro Filho, do PMDB, na qual será discutida uma legislação que regulamente as atividades do comércio ambulante” (25 nov 1981, p. 06).

A reportagem ainda afirma que o município estaria gastando vultuosas somas para viabilizar o trânsito e embelezar a cidade, criando um ambiente de lazer para o conforto da população. O comércio ambulante – além de ocupar áreas privilegiadas de uso público – descaracterizava o projeto original, o que é agravado pela falta ocasional de estética e de higiene de alguns pontos de venda.

Acerca destes acontecimentos, Pinto (2014) afirma que, os trabalhadores das ruas afirmavam que as pressões políticas e críticas vindas da imprensa estavam ligadas a interesses do setor comerciário local, pois as crises econômicas deixaram esse grupo tradicional deveras fragilizados. O debate permanecia acalorado e os comerciantes formais afirmavam que não existia nenhum tipo de perseguição, apenas queriam que a ordem fosse mantida e que os limites espaciais e legais fossem respeitados.

Juntamente a isso, a crise econômica enfrentada pelo Brasil não demonstrava sinais de esgotamento, muito pelo contrário, novos desdobramentos da crise surgiam no horizonte<sup>22</sup>. A reportagem do Jornal O Expresso corrobora tal afirmação, “pequenas empresas sofrem com a crise. Um grande número de pequenas empresas fechou as portas e as que restaram, enfrentam hoje, enormes dificuldades” (27-28 ago. 1983, p.06). Estes acontecimentos, juntamente com a aparente facilidade no desenvolvimento das atividades informais na cidade, auxiliaram na ampliação do contingente informal da cidade.

No final do ano de 1983, a Prefeitura Municipal elaborou um projeto para modificar a situação vigente. A Secretaria de Produção Indústria e Comércio e Secretaria das Finanças do Município alertaram os feirantes de Santa Maria e os que exerciam o comércio ambulante em vias e logradouros públicos da cidade, que a Lei Municipal nº 2552/83 de 15/12/1983, aprovada pela Câmara de Vereadores, criara uma taxa de ocupação das vias e logradouros públicos, a qual deveria ser paga mensalmente nos bancos locais.

Entre os pontos discutidos no texto, é de interesse da pesquisa a decisão do espaço e a tributação que seria cobrada dos vendedores. O documento impunha que as ocupações que

---

<sup>22</sup> Como afirma Brum (*apud* PINTO 2014) o triênio 1981-1984 pode ser considerado um dos períodos mais delicados enfrentados pela economia brasileira, pois, neste momento, ocorreram achapantes aumentos no número de desempregados, retração financeira, ampliação da dívida externa, combate à inflação e um intenso aumento dos casos de falência de micro e pequenas empresas por todos território nacional.

utilizassem até 2,5 m<sup>2</sup> deveriam pagar o valor mensal de 4 mil Cruzeiros e acima de 2,5m<sup>2</sup> a taxa de ocupação seria de 8 mil Cruzeiros.

Através destas medidas, o governo municipal visava ter um controle efetivo da quantidade de vendedores informais da cidade, além de obrigar que estes grupos contribuíssem como os demais trabalhadores da cidade. Vale ressaltar que os artesãos já eram tributados, mas com o crescimento e a diversificação de atividades, o controle sobre esta questão tornou-se praticamente inoperante. O texto ainda menciona que o não cumprimento da supracitada acarretaria na consequente apreensão das mercadorias e na remoção dos trabalhadores envolvidos, tal como na proibição de comercializarem nas ruas.

Vilson Araújo (2014), comerciante da época, afirma que, “nós notávamos que a situação estava ficando complicada, tínhamos que obedecer as ordens da Prefeitura ou era isso ou ficar sem trabalho, as oportunidades não estavam aparecendo, tínhamos que nos sujeitar”.

Sobre isso, Volmar Chagas (2014) afirma que,

O grande problema não era nem os trabalhos feitos na rua, e sim a postura de alguns vendedores informais e formais nesses acontecimentos. Era comum ver a pressão que os lojistas faziam, porque a situação “tava feia” para todo mundo e os camelôs também não ajudavam, já que o jeito de lidar com a situação nunca foi de diálogo, eram somente acusações e cada um pensando no seu.

Em suma, as medidas tomadas pelo governo municipal, sejam elas motivadas por pressões externas ou por desorganização da informalidade na cidade, surtiram efeito. O número de vendedores, nas ruas de Santa Maria, continuou a aumentar e a diversificação era uma realidade. Contudo, para os órgãos reguladores, todos estes desdobramentos não passaram de algo passageiro, pois a partir do momento em que a economia nacional se afastasse da crise, a informalidade perderia espaço e força.

Este tipo de percepção vincula-se a ideia de que a informalidade apenas existiria em momentos de crise, sendo por tal característica, uma solução momentânea e emergencial para enfrentar situações como a enfrentada no Brasil.

Os anos que se seguiram podem ser considerados como tranquilos no sentido das relações entre os vendedores informais, a imprensa local, o empresariado formal<sup>23</sup> e a

---

<sup>23</sup> Reportagem do Jornal A Razão “muito se fala sobre os efeitos da crise econômica nos diversos setores (comércio e indústria), porém, o momento atual ainda não tem demonstrado que tenha havido algum abalo maior. Alguns representantes de setores como, o comércio de automóveis, supermercados, materiais de construção, e o de confecções, afirmaram que não perceberam qualquer diminuição nas vendas” (20/21 set 1986, p. 08).

Prefeitura. Os jornais deixaram de abordar a questão dos vendedores com reportagens com o viés de denúncias, a fiscalização manteve-se regulada, o empresariado passou a conviver com momentos de regulação e com a expectativa de melhores momentos e a Prefeitura manteve a postura de mediadora de questões.

Sobre este período, o vendedor Mauro Souza (2014) afirma que, “foi um período tranquilo, sabe?! Tivemos alguns problemas nos anos que passaram, mas parecia tudo muito calmo. O número de vendedores continuava aumentando, mas não parecia incomodar como antigamente”. O também antigo ambulante, Vilson Araújo (2014) segue a mesma linha do colega de profissão,

Acho que foi o melhor momento das ruas. Porque ali estava tudo arrumadinho, tu só precisava se manter na linha que a fiscalização e a Prefeitura pregavam. Aumentou o número de vendedores e os problemas ainda existiam, mas nada que pudesse atrapalhar nosso trabalho.

Contudo, o que era tranquilidade e compreensão, em alguns anos tornou-se descontentamento e cobranças, tudo isso motivado pela permanência das crises econômicas enfrentadas. As medidas governamentais, planos para conter a inflação, oxigenar os mercados e desenvolver novos empregos pareciam pouco efetivas quando analisadas em um contexto macro. Em certos centros do Brasil, as medidas poderiam obter sucesso e atenuar os revezes, porém, a cidade de Santa Maria não se encaixou nesse grupo, permanecendo a sua convivência desemprego e com os problemas advindos deste fenômeno.

Entre os problemas apresentados, as cisões dentro do grupo informal ganharam mais escopo e as diferenças deixaram de ser apenas na forma de trabalho, mas também nas relações entre os envolvidos. A partir de meados da década de 1980, mais precisamente no ano de 1986, o grupo dos vendedores das ruas de Santa Maria passaram a disputar efetivamente os espaços e a clientela, gerando tensões entre os antigos companheiros.

Sobre isso, Vilson Araújo (2014) afirma,

Eu no início vendia artesanato, como a grande maioria, mas daí comecei a ver que os outros vendedores, que tinham chegado a rua antes de mim, já estava pegando mais lucro e até clientela dos mais antigos. Isso se dava pelo tipo de produto que eles vendiam. Agora não era mais artesanato, a maioria era industrialização e pirataria.

Pinto (2014) salienta que, com essas mudanças, as relações que tinham se tornado amistosas com os vendedores formais, passaram a piorar gradativamente, pois não era rara a venda de produtos similares aos que haviam nas lojas formais, como relógios, brincos, pulseiras, sapatos em locais próximos aos estabelecimentos comerciais do empresariado local.

Sendo assim, a antiga discussão sobre a legitimidade e a justiça do comércio informal voltou ao debate.

Neste momento, ocorreram diferentes abordagens aos informais. Em suma, podemos afirmar que a figura do artesão, que participava de todo processo produtivo, vendia por sua conta própria, visto como uma prática cultural vinculada a cultura Hippie surgida nos anos 1960 era tolerada e menos visada pela fiscalização e pelas críticas.

Já o camelô e o ambulante, eram criticados com maior intensidade, tudo isso relacionado com o tipo de mercadorias que comercializavam. Acerca disto, Vilson Araújo (2014) e Mauro Souza (2014)<sup>24</sup> têm posicionamentos semelhantes sobre os acontecimentos. Vilson afirma que,

Quando eu era o artesão, que vendia pouco, lucrava pouco e não ocupava muito espaço, a abordagem era uma. Até sentia uma certa pena, entende?! Daí quando eu expandi minhas vendas e passei a vender o rádio, o carrinho, o relógio, o boné, tudo ficou mais tenso, até o olhar mudou e a fiscalização era mais atuante.

As tensões entre ambulantes e camelôs com o comércio formal da cidade passaram a ganhar maior destaque e intensidade. As acusações, vindas de ambos os lados, eram as mais variadas, que iam da costumeira venda desigual até a discussão sobre a ocupação de logradouros públicos para o desenvolvimento de atividades privadas.

Em 1989, uma reivindicação dos lojistas da Rua do Acampamento e da Avenida Rio Branco piorou muito as relações entre os informais e os formais. A proposta dos lojistas era que todos os vendedores que estivessem com suas barracas nestas ruas fossem transferidos para a Rua Alberto Pasqualini, pois estavam atrapalhando o trânsito de pedestres e, conseqüentemente, da clientela dos estabelecimentos.

Sabendo disso, os vendedores informais organizaram um grupo e posicionaram-se contra essa mudança, alegando que eles saíam prejudicados nessa troca e que a Prefeitura deveria preocupar-se com todos, não apenas com o empresariado local.

Contrariando o esperado, a Prefeitura Municipal tomou partido dos informais e decidiu que os vendedores poderiam permanecer no local de costume. Após isso, a relação entre setor formal e informal piorou consideravelmente e os ataques através da mídia local tornaram-se constantes e intensos.

Após mais este conflito, algumas lideranças dos vendedores ambulantes da cidade decidiram organizar uma associação. Sendo assim, no ano de 1990, foi fundada uma

---

<sup>24</sup> Mauro Souza (2014) “Depois que eu passei a vender relógios, óculos e eletrônicos, tomava “batida” quase sempre e não tinha essa de explicar, se tu ficasse para trás, perdia teus produtos mesmo”.

Associação dos Comerciantes Ambulantes de Santa Maria. Esta instituição teria como preocupações principais os rumos que seriam tomados pelo trabalho informal na cidade, seus direitos e a proteção destes trabalhadores (Pinto, 2014).

O posicionamento da Prefeitura Municipal não deve ser compreendido apenas como uma decisão que objetivava beneficiar um grupo em detrimento de outro. A situação obrigara o Executivo local a posicionar-se de maneira firme, pois caso houvesse inclinação, as reivindicações do empresariado formal o que seria feito com o contingente de desempregados provenientes das atividades informais?

A postura ousada da Prefeitura – ousada no sentido de ir contrariamente ao esperado por um dos setores mais influentes da cidade - fora de contenção. A manutenção dos vendedores era o caminho menos tortuoso no horizonte, mas não se configurava como o desejado. Os tempos e rugas aumentariam consideravelmente no início do ano de 1990, nem as aparentes melhorias atenuaram a situação, o conflito estava prestes a eclodir.

A virada da década trazia consigo a esperança de tempos menos problemáticos e de ampliação das possibilidades de empregos, todavia, seus primeiros apontamentos foram contrários ao esperado, já que, mesmo com as mudanças de comando, o quadro caótico permanecia o mesmo. O desemprego, o fantasma da inflação, a crise do setor imobiliário, problemas na infraestrutura das cidades são apenas alguns dos pontos que permaneceram em alta.

Durante esse novo período de retração, um dos poucos setores que manteve suas atividades em pleno funcionamento fora o informal, contrariando, com isso, a ideia difundida de que tal segmento apresentaria grandes fragilidades e que em momentos de crise, o mesmo não conseguiria manter seus trabalhos.

Sobre isto, a reportagem do Jornal O Expresso explica,

As pessoas estão priorizando as mercadorias mais baratas. Segundo duas moças que escolhiam anéis, já que não dá para comprar joias, o negócio é substituir por bijuterias. E essa é a mentalidade de quem procura os vendedores ambulantes. Um outro rapaz que estava comprando uma máquina fotográfica, garante que a opção foi pelo preço mais baixo, apenas de uma pequena diferença em termos de qualidade (23 jan. 1990, p.09).

A manutenção do consumo, independente da procedência do produto acabou por auxiliar o aumento da informalidade, pois algumas parcelas da população decidiram comprar o mais barato e não deixar de consumir. Neste sentido, o comerciante informal surgiu como um facilitador, um agente que acabou por atenuar as limitações impostas pelas crises e, conseqüentemente, aumentou seu raio de ação e de influência.



Em suma, em muitos casos, o vendedor informal consegue prospectar o antigo cliente do setor formal em momentos de crise. Como resultado desse fenômeno, o segmento formal do empresariado passa a enxergar os trabalhadores informais como efetivos adversários.

Os jornais locais reproduziam o considerável recrudescimento das querelas, “As lojas tomam todo um cuidado em manter uma fachada atraente, enquanto os camelôs não tomam cuidados sequer com a higiene” (O Expresso, 09 abr. 1990, p. 12).

A partir destes conflitos, a fiscalização tornou-se mais recorrente e a tensão entre vendedores formais, órgãos reguladores do governo municipal, partes da população local e outros trabalhadores informais, passou a aumentar gradativamente. Demonstrando isso, apresentamos um fragmento de uma reportagem de um jornal local : “o vereador Rejane Flôres (PDS) brada que haja maior fiscalização do comércio ambulante nas ruas centrais da cidade. Na opinião do pedessista, o Centro estava uma verdadeira baderna, com um festival de lixo e contrabandistas” (O Expresso, 10/11 mar. 1990, p. 09).

Sobre isso, Mauro Souza (2014) afirma que, “os problemas sempre existiram, mas parece que quando estava ruim a situação deles, os escolhidos para ser culpados éramos nós e sempre vinham com a mesma conversa de que nós não cuidávamos, afastávamos a clientela deles e sujávamos tudo”.

O contexto não era nada favorável e, aproveitando isto, a Prefeitura Municipal decidiu colocar em prática um antigo projeto que objetivava a construção de um Centro Comercial para o desenvolvimento das atividades informais nos moldes dos existentes em grandes centros urbanos do país, tal como em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. A ideia tinha como principais objetivos, organizar os vendedores informais da cidade<sup>25</sup>, diminuir as reclamações do setor formal e de certas parcelas da sociedade.

Pinto (2012) afirma que,

ainda sobre os fatores que levaram o poder público a criar um centro comercial destinado às práticas informais, cabe ressaltar as questões urbanas, turísticas e a dos próprios camelôs. Pelo viés estético, a presença de barracas pelas calçadas e nas ruas da região central acabava por prejudicar o trânsito de pedestre e as atividades turísticas (p.37).

O jornal O Expresso, segue a mesma linha de raciocínio,

a Secretaria espera melhorar a aparência estética da cidade, desafogando o trânsito para os pedestres, que não terão mais o espaço das calçadas reduzidos no Centro, devido a ocupação pelas bancas dos camelôs. É intenção da Prefeitura, também

---

<sup>25</sup> A reportagem do Jornal O Expresso menciona que, esses vendedores enfrentam inúmeras dificuldades, principalmente nos dias chuvosos, no inverno e também quando o tempo está ventoso. Eles não tem como colocar à mostra suas mercadorias, pois a maioria se instalam em barracas plásticas armadas pela manhã por eles mesmos e desmontadas à tardinha e o Camelódromo organizará isso (14 jun. 1990, p.8).

trazer melhores condições para os próprios vendedores que hoje não dispõe, segundo o Secretário Interino, de mínimos recursos como um banheiro e abrigo para os dias de chuva, pois quando chove não pode trabalhar e seus artigos ficam molhados (26/27 jan. 1991, p. 11).

No início das conversações com a Secretaria competente da Prefeitura Municipal, falou-se em construir o Camelódromo na Avenida Rio Branco, entre a Praça Saldanha Marinho e a rua dos Andradas, sendo próximo dos principais focos de trabalho deles. Sobre as características do Camelódromo, o jornal O Expresso afirma que o mesmo,

será construído em módulos e cada camelô teria o seu módulo. Nesta mesma época o Presidente da Associação dos vendedores Ambulantes nos informou de que todos os camelôs estavam dispostos a colaborar, inclusive financeiramente, para que a construção se realizasse o mais rápido possível e isso já faz mais de um ano (14 jun. 1990, p.9).

O projeto foi elaborado rapidamente, com os recursos levantados e a maioria dos ambulantes concordando com a mudança, pois acreditavam nos benefícios alcançados, seja financeiramente, na organização ou na segurança. Todavia, não se pode pensar que esta era a opinião geral dos ambulantes, pois alguns vendedores não acharam que a mudança seria benéfica, pensando que uma das consequências seria a perda de certo grau de liberdade.

Sobre tal, o vendedor Miguel Antônio Montano Franchi (2012) afirma que, em certos momentos, os vendedores foram coagidos, pois “cada prefeito mudava as regras e [...] nos tiravam espaço [...], houve muita pressão para nos tirar da rua. Começaram a nos pressionar e a diminuir a liberdade de comercializar”. O empresário Mário Gaiger (2012) tem relato semelhante acerca disto, pois, afirma, “houve certa resistência [...], pois eles [os camelôs] preferiam buscar o seu pontinho, ter liberdade de saírem, de mudar de esquina quando bem entendessem, buscando sempre o melhor fluxo”. Além disso,

para os camelôs ou vendedores ambulantes o Camelódromo não é uma boa solução. Volmar Chagas, proprietário de banca na Rua do Acampamento, diz que o movimento já está reduzido e, com a transferência para a Avenida Rio Branco, os rendimentos deverão cair mais ainda, pois o fluxo de pessoas será dificultado (O Expresso, 01/02 jun. 1991, p. 11).

Ainda sobre este debate, Vilson Araújo (2014) afirma que,

nos avisaram que íamos ter um Camelódromo na Rio Branco, mas ninguém perguntou se nós queríamos ir para lá, nem a nossa opinião sobre como seria a construção e essas coisas. No início, eu não queria ir, mas a Prefeitura disse que ia acabar com o trabalho daqueles que ficassem de fora do Camelódromo, fui obrigado.

Mesmo com este tipo de impasse, após a decisão da criação do Camelódromo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria deixou de expedir alvarás de liberação para o comércio nas ruas da cidade, buscando assim, o controle e o impedimento do aumento do número de camelôs. Deste modo, apenas aqueles que estivessem legalmente cadastrados iriam para o

Camelódromo e, após sua construção, a prefeitura prometia fiscalizar e punir com severidade os que tentassem desenvolver as atividades fora do dele (Pinto, 2014).

Notamos que a intenção do Executivo local era, além da mencionada organização dos trabalhadores existentes e do fim das querelas com o setor formal, manter o número de informais na quantidade já existente, pois, mesmo que fosse uma opção que tivesse se apresentado positiva, já que gerava ocupação aos antes desempregados, suas características iam de encontro com o esperado por setores hegemônicos da cidade.

Após um debate entre o governo municipal e alguns vendedores ambulantes, ficou decidido que o Camelódromo seria construído na Avenida Rio Branco e caberia à Associação dos Ambulantes de Santa Maria (ACASM) a divisão e instalação dos vendedores dentro do mesmo.

O secretário Interino informa que o Camelódromo atenderá cerca de 54 camelôs, que atualmente se encontram distribuídos na rua do Acampamento, na Avenida Rio Branco, Alberto Pasqualini e imediações da Rodoviária. Cada box ou casinha abrigará dois vendedores, haverá também um box no Camelódromo para a administração e outro para segurança e banheiro (12/13 jan 1991, p.11).

O projeto tinha como objetivo<sup>26</sup> realocar os vendedores que ficavam comercializando pelas ruas do centro de Santa Maria, terminar com os conflitos entre comerciantes formais e informais e ter maior controle das atividades<sup>27</sup> desenvolvidas pelos ambulantes. Além disso, a Prefeitura Municipal demonstrava com isso que teria um posicionamento mais rígido.

Vale ressaltar, que os gastos referentes a construção foram divididos entre a Prefeitura Municipal e a Associação dos informais. As obras do camelódromo municipal de Santa Maria foram concluídas em meados de 1991<sup>28</sup>, tendo atrasado alguns meses do que havia sido previsto no início do projeto e a mudança de local dos vendedores começou imediatamente.

Sobre este primeiro momento de atividades informais nas ruas de Santa Maria, podemos afirmar que o rápido crescimento e as variantes surgidas foram pontos

---

<sup>26</sup> Segundo o Jornal O Expresso “O objetivo, de acordo com o Secretário Interino, é que com o tempo estes vendedores se transformem em microempresários, alugando uma garagem ou pela para colocarem seu negócio. E que o Camelódromo seria uma oportunidade deles adquirirem experiência no ramo” (26/27 jan. 1991, p.12).

<sup>27</sup> Segundo o Jornal O Expresso “Com isso, o Executivo pretende eliminar os diversos pontos de vendas situados nas calçadas do Centro e que prejudicam a circulação dos pedestres e criam constrangimentos aos lojistas. Depois do Camelódromo pronto, a Prefeitura, de acordo com Bianchini, atuará de forma rigorosa não permitindo qualquer ocupação de outro ponto de venda” (30/31 mar. 1991).

<sup>28</sup> Segundo o Jornal O Expresso “Serão construídos vinte e nove módulos em formato de quiosques, sendo a obra, de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. O custo total da mesma está sendo orçado em cerca de oito milhões de cruzeiros” (01/02 jun. de 1991, p. 07).

preponderantes para o surgimento de problemas com outras parcelas da economia e sociedade da cidade. A postura do Executivo local, condescendente em certos momentos e impositiva em outros, demonstrou a fragilidade na administração da situação em questão. As medidas tomadas pelos órgãos diretivos do município estavam, na maioria das vezes, visando o afastamento e precaução contra possíveis conflitos do que efetivamente na preocupação em solucionar os pontos em questão.

Acerca dos informais, seu surgimento e crescimento, como mencionado, estava predominantemente ligado aos rumos da economia nacional e, conseqüentemente de Santa Maria. O descontrole e a ampliação das suas atividades são conseqüências da parca organização que lhe fora apresentada, além disso, os resultados das atividades, até surpreendentes em alguns momentos, transformaram o trabalho informal em uma possibilidade de crescimento, não apenas como uma saída momentânea.

Sendo assim, podemos considerar que a construção do Camelódromo fora uma medida tomada pelo governo municipal para conter a expansão deste tipo de atividades e atenuar os constantes conflitos entre os informais e o empresariado formal da cidade. A rapidez da empreitada acarretou falhas nas estruturas construídas. O pouco diálogo entre os interessados e o aumento de tensões nas vésperas da mudança, também foram pontos negativos do processo. Equívocos estes que não tardaram a terem conseqüências prejudiciais.

## **2. DA SOLUÇÃO AO PROBLEMA: AS ATIVIDADES NO CAMELÓDROMO E OS RUMOS ATÉ O SHOPPING INDEPENDÊNCIA (1991-2004)**

O presente capítulo abordará como iniciaram-se as atividades no Camelódromo de Santa Maria até a elaboração do projeto de construção do Shopping Independência. O ensaio está dividido em três partes e aponta como as relações entre os vendedores informais, o governo municipal, o setor formal do empresariado da cidade e a mídia lidaram com as questões vinculadas a informalidade. Além disso, analisaremos como a situação econômica nacional teve influência no desdobramento do setor trabalhista.

As promessas, a esperança, os desejos eram muitos. A ideia de um centro comercial, regularizado, organizado, situado na região central da cidade, onde os problemas de infraestrutura seriam deixados no passado e que a prosperidade seria o objeto final parecia um sonho, o início de uma nova era, uma nova esperança para os trabalhadores informais da cidade. Contudo, como mencionamos no capítulo anterior, nem tudo eram rosas.

A forma que se deu a construção, a escolha de quem poderia desenvolver suas atividades neste novo local, a impossibilidade de manter-se no antigo local e a pressão popular, midiática e política deixaram alguns grupos receosos acerca desse novo *el dorado*.

Nesse contexto, os jornais locais<sup>29</sup> difundiam histórias de satisfação, a reportagem do Jornal A Razão afirma que,

Conforme o Diretor-Geral da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, o projeto foi discutido pela Prefeitura em conjunto com a Associação do Comércio Ambulante de Santa Maria (ACASM), visando a desobstrução das ruas principais da cidade e a regulamentação desse tipo de atividade (13 ago. 1991, p.12).

A matéria ainda fala que os módulos seriam sorteados entre os cinquenta e oito vendedores ambulantes cadastrados pela ACASM. O espaço para cada vendedor será de seis metros quadrados e estão inclusos no projeto os camelôs que trabalham há mais tempo na cidade e que são considerados legais pela Secretaria.

Analisando tal assertiva, fica claro que a intenção do governo municipal era de cercear e diminuir ao máximo a expansão do trabalho ambulante/informal na cidade de Santa Maria, afastando os indivíduos que não se encaixavam nesse grupo, nem possibilitando a inserção de novos agentes no processo.

---

<sup>29</sup> O Jornal A Razão afirma que “os primeiros tempos de Camelódromo serão melhores do que o esperado, a população vencerá os preconceitos e passará a comprar e ver a atividade com bons olhos” (28 set 1991, p14).

A postura da Secretaria era clara, ou seja, todos os vendedores que não estivessem cadastrados pela ACASM ou que não se enquadrassem nos casos previstos pela legislação, teriam que procurar locais privados para exercerem suas atividades. A postura mais radical do Executivo local poderia ser sintetizada na seguinte afirmação do Diretor-Geral de Indústria, Comércio e Turismo, que diz “O ideal seria uma cidade sem ambulantes”.

Parecia, contudo, que o governo não enxergava o tamanho da crise em que o país estava afundado. A crise econômica nacional ganhava contornos de filme de terror: a inflação, o desemprego e a falta de políticas que modificassem tal quadro era a realidade enfrentada. Sobre a crise econômica do início da década de 1990, Matoso (1999), Maciel (2011), Yano & Monteiro (2008) entendem que, uma soma de política econômicas equivocadas, a percepção de neoliberalismo tomando conta do cenário econômico nacional, além da desvalorização da moeda nacional, tiveram como resultado a desregulamentação do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da renda da população brasileira.

O poder de compra diminuiu, a insegurança do amanhã batia na porta da maioria dos brasileiros, não se sabia quanto estaria o litro de leite, se haveria permanência no emprego de ontem, nem o valor do aluguel<sup>30</sup>. Eram dias de lutas, sem glória, o chão estava movediço e o horizonte nublado.

No dia 24 de Setembro de 1991, as atividades tiveram início no novo local. A reportagem do Jornal A Razão dá o tom do processo,

Toda arquitetura dos módulos do Camelódromo foi estudada de forma a levar-se em conta os aspectos práticos e visuais da obra, pensando-se desde o jogo de cores a ser utilizado até questões concernentes às futuras alterações que deveras ser feitas no trânsito da cidade [...] Diversas melhorias estão sendo planejadas para breve no local, como a construção de banheiros, colocação de prateleiras nos módulos e iluminação. Também os próprios camelôs estão preparando formas de atrair o público ao local, como a realização de shows artísticos nos sábados, a serem realizados futuramente (28/29 set. 1991, p.08).

Analisaremos agora alguns trechos da reportagem acima e cruzaremos com relatos colhidos durante a elaboração da pesquisa. Dependendo da inclinação, podemos conceber tal entrevista como o início de um novo tempo de prosperidade, mas se dividirmos ela em alguns pontos, encontraremos certas contradições no texto, por exemplo, quando o Secretário afirma que a obra foi estudada levando em conta os aspectos práticos e visuais da obra e que existiam pontos a serem modificados futuramente, como banheiro, prateleiras e iluminação. Fica a sensação de que os pontos centrais – infraestrutura – foram deixados de lado. Somado a essa

---

<sup>30</sup> “Aluguéis terão aumento de 90,5%” (Jornal A Razão, 26 set. 1991, p.1).

percepção pela interpretação do trecho em questão, o vendedor ambulante Jurandir Pereira afirma,

Não fui perguntado sobre as mudanças de local, nem sobre a construção do Camelódromo, apenas comunicado que não poderia mais ficar na Alberto Pasqualini e que se fosse descumprida a ordem, poderia perder minhas mercadorias e ficar sem chance de trabalhar mais na cidade.

O relato do participante deixa claro que o diálogo efetivamente não ocorreu, somado a isso, o comerciante Volmar Chagas – vinculado ao setor formal do comércio da cidade – afirma que,

A pressão era muito grande, as pessoas não aceitavam mais a situação dos camelôs, eles iam de lugar para lugar, sujavam as ruas e atrapalhavam os pedestres. Nem entro no quesito de disputa conosco, mas temos que admitir que o projeto foi feito na “correria” e que foi visto como um fôlego para o Prefeito Behr.

A situação da cidade não era diferente da enfrentada em todo país. A crise que se arrastava por anos fez com que mesmo os setores mais fortes da economia enfrentassem dificuldades e fossem acometidos pela recessão. A cidade de Santa Maria, tão reconhecida pelo seu setor comerciário, sofria com os tempos difíceis<sup>31</sup>.

Enxergando isto, o governo municipal, encabeçado pelo Prefeito Evandro Behr, buscou caminhos para atenuar e/ou mascarar os problemas enfrentados. Além do Camelódromo, o início das obras da Ligação Norte-Sul, depois conhecida como viaduto Evandro Behr, tem destaque.

O quadro nacional não demonstrava sinais de melhoria, os planos econômicos, o surgimento de escândalos de corrupção e a inflação são alguns dos exemplos das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos brasileiros<sup>32</sup>.

Nesse contexto, as atividades do Camelódromo iniciaram. O vendedor José Mafalda (2012) afirma que,

Foi bem complicado no início. Não só pelo lugar, mas pela mudança em si. Nossa realidade anterior era aquela de que o comprador passava e comprava, nós estávamos ali. Naquele momento, eles teriam que se deslocar até um lugar no centro, às vezes fora do trajeto deles, foi complicado.

Outro comerciante do Camelódromo, Jurandir Pereira (2014), corrobora com tal afirmativa, “eu mesmo tive muito trabalho para me manter, estava bem difícil e a nossa

---

<sup>31</sup> “Inflação de outubro deve ficar em 19%” (A Razão, 03 out. 1991, p.1).

<sup>32</sup> 1990-1994: A inflação nesse período manteve-se extremamente alta como continuação dos anos 80, foi caracterizada pelos diversos planos de neutralização dessas elevadas taxas. Plano Collor I e II foram desenvolvidos sem sucesso e o Plano Real foi o que resolveu primeiramente os aspectos relacionados a inflação não levando em consideração outros temas importantes.

mudança prejudicou nosso setor. A gente nem sofria tanto com as crises, já que nossos produtos eram baratos, mas com a mudança, perdemos espaço, clientela e liberdade”.

O final do ano de 1991 não poderia ser mais complicado, pois o governo intensificou a prática de tabelamento dos preços, a cidade de Santa Maria chegou ao número de 217 mil habitantes, indo no ritmo contrário no âmbito de vagas de trabalho, muitas empresas fechavam as portas - seja por falta de investimento, capital ou pelo alto preço dos aluguéis na cidade. A definição dada pelo jornal A Razão parece ser pertinente “Pesquisa aponta 1991 como o pior dos últimos anos” (31/12/1991, p.1).

Os primeiros meses de 1992 não foram diferentes,

Cortar, enxugar, diminuir, tentar segurar as pontas, redefinir arestas repensar o planejamento de recursos humanos e, de todos os modos, evitar a alta rotatividade. Essas eram as ordens do mercado econômico no Brasil. O desemprego assombrava multidões de brasileiros. São cerca de 10 milhões de desempregados que rondam o país à procura de novas alternativas, novos horizontes. Não é novidade que essa situação caótica chegou em Santa Maria e legou um certo contingente de trabalhadores inativos, desocupados ou demitidos (20 mar 1992, p. 11).

O mercado de trabalho permanecia como um ringue de combate e um local de crescente insegurança. Os acontecimentos econômicos transformavam o medo no motor da vez. Exemplo disso é a reportagem sobre o SINE veiculada no jornal A Razão que afirma, “que o movimento está intenso, atendemos, quase que diariamente, 300 pessoas. O que acontece é que há uma maior procura do que oferta. Segundo ela, das 103 vagas captadas na semana passada, e das 450 pessoas inscritas, apenas 87 foram efetivamente empregadas”.

Definitivamente é geral a dificuldade dos setores econômicos em Santa Maria. A construção civil, outrora grande empregadora de mão de obra, amargava na inércia, devido à falência de incentivo e financiamento para o setor.

Correspondendo a cerca de 80% da receita da cidade, o segmento comercial estava tentando driblar a crise através das habituais promoções e liquidações. No entanto, em meio a esse contexto, até lojas foram fechadas e o enxugamento do número de funcionário foi inevitável. O jornal A Razão dá o tom do momento, “desenvolvimento de Santa Maria estagnou<sup>33</sup>. Cidade perde espaços. O crescimento de Santa Maria na última década foi insignificante perto do que foi experimentado por outros pólos do Estado. O comércio passou a sobreviver apenas do dinheiro do funcionalismo público” (01 jan. 1993, p. 07).

O quadro de carestia parecia afetar menos o comércio informal da cidade, pois como afirma a reportagem do Jornal A Razão (1992),

---

<sup>33</sup> “Desde o início do governo Collor, a economia de Santa Maria declinou vertiginosamente. Por que? Porque a cidade depende do excesso, dos salários pagos pelo setor público. Somos uma cidade sem tradição industrial, mas fortemente prestadora de serviços” (Jornal A Razão, 01 jan 1993, p. 7).



Comércio Informal é opção para as compras de fim de ano. Baixo poder aquisitivo da população aqueceu as vendas para o Natal no Camelódromo da Avenida Rio Branco. Além de ser alternativa para muitas pessoas, o posto beneficia aqueles que deixaram as compras para a última hora (20 dez 1992, p. 06).

O mesmo periódico afirma ainda que,

Comércio Informal ocupa seu espaço. Como de costume setor recebe boa procura. O alto preço dos presentes de Natal no comércio lojista tem levado ano após ano a população à procura de alternativas que compensem no bolso. Em Santa Maria, o comércio dito informal é bem diversificado em termos de produtos. A carestia aliada à dificuldade financeira e a falta de tempo, tem levado muitas pessoas a dar uma “olhadinha” neste ramo comercial alternativo, e que sabe até comprar alguma coisa. Entre as opções se destacam as feiras de artesanato da praça Saldanha Marinho e a do corredor ao lado do edifício Taperinha na Rua do Acampamento. Mas o principal ponto do comércio informal é, sem dúvida, o camelódromo da avenida Rio Branco. Lá podem ser encontrados produtos dos mais variados tipos. Eletrônicos, bijuterias, brinquedos, relógios e miudezas em geral (20 dez 1992, p.06).

Alguns vendedores da época seguem a mesma linha da reportagem, nesse sentido, o vendedor Jurandir Pereira (2015) afirma,

Os momentos de salvação eram as festas de final de ano. A Romaria ajudava bastante, mas no Natal a gente ganhava muito mais. O preço dos produtos nas outras lojas era caro, daí a população sempre parava para dar uma olhada, ter uma segunda opinião. Era a melhor época no trabalho.

O comerciante do setor formalizado da cidade entendia o fenômeno de maneira distinta, Carlos Peixoto (2015) diz que,

A situação estava ruim para todos. Não tinha um setor sequer da cidade que poderia dar pulos de alegria, muito menos os informais. O crescimento das vendas parecia ser grande coisa para eles, mas na verdade, tudo estava igual, levando em conta as proporções. As lojas que tinham clientela fixa não sentiam esses problemas. Claro que muito negócios fechavam poucos meses após sua inauguração, mas isso acontece até hoje.

Os tempos não traziam segurança a nenhum dos setores envolvidos, o processo de Impeachment foi recebido de forma dúbia pela população brasileira como um todo. Se por um lado, a saída de um governante corrupto e que pouco fez de benéfico ao país afastaria, mesmo que ilusoriamente, as nuvens nubladas da economia, a sua derrubada era vista como mais uma falha de um país que engatinhava no seu processo de democratização, o caçador de marajás, visto como salvação, apresentou-se muito mais como o Mr. Hyde do Dr. Jekyll.

O ano de 1993 iniciou-se com esse quadro, a desconfiança na política afetava os rumos de todo aparato nacional. Campanhas separatistas – mesmo que apenas no papel – e uma tentativa de retornar aos tempos monárquicos – através de um plebiscito – são sinais de que o vivido não estava sendo bem visto.

O ano de 1993 não apresenta grandes mudanças no âmbito do trabalho informal da cidade de Santa Maria, o quadro de recessão permanecia e a organização do Camelódromo

mantinha-se como havia sido imposta na sua fundação. Sobre isso, o vendedor João Mafalda afirma (2012), “vendíamos pouco, muitos de nós tinha que ter dois empregos, trazer o resto da família para ajudar na banca, era a única forma de conseguir o sustento”.

O relato do vendedor pode ser vinculado ao parecer de Kraychete (2001) que entende o momento como de grande desgaste e esforço. Na sua percepção, o trabalho informal apresentava fragilidade em vários pontos, mas a organização era o que mais prejudicava as atividades, ou seja, a inconstância de lucro levava os trabalhadores do setor a buscar novas formas de conseguir lucro, fugindo da recessão característica dos primeiros anos da década de 1990.

Caccimmali (2000) salienta que o caráter familiar do trabalho informal permanece como algo vital na sua existência. A falta de laços trabalhistas institucionalizados – carteira de trabalho, salário fixo, seguro-desemprego e benefícios – obrigava a utilização de mão de obra familiar que, na maioria dos casos, não recebia salário pelos seus afazeres, sendo vista como uma obrigação dos membros do núcleo em questão.

Acerca disto, Jurandir Pereira (2015) afirma, “várias vezes minha esposa e meus “guris” iam ajudar na banca. Eu fazia frete às vezes e eles ficavam tocando a banquinha. Era a forma de ajudar, de ganhar nosso sustento, mas nunca deixando de lado os estudos deles”.

Sobre a fiscalização nesses tempos, os jornais da época nada mencionam, já o vendedor, Jurandir Pereira (2015) afirma que, “quase nunca tinha “batida” lá. Nos primeiros anos, as poucas vezes que apareceu alguém lá era mais por causa de alguma denúncia ou algo do tipo”.

Contudo, o vendedor João Mafalda (2012) contraria a fala do antigo colega, no sentido que, “infelizmente, mesmo depois da nossa mudança, o preconceito corria solto com os “Camelôs”. A fiscalização entrava e questionava até o grampo de cabelo que estávamos vendendo. Era vergonhoso, pois o centro da cidade parava inteiro para ver a abordagem dos fiscais”.

O discurso do governo municipal era que o comércio informal necessitava de um local para organizar suas atividades e, tendo tal local, os problemas enfrentados pelos trabalhadores com os pedestres, a fiscalização, o setor formal dos comerciantes iriam desaparecer, bastava então, organizar.

Contudo, o que vimos, desde o final do ano de 1993 e, acentuadamente a partir do ano de 1994, foi a desconsideração dessa ideia. Aos poucos, novos agentes foram ocupando o lugar dos antigos e novos pontos foram surgindo. Os produtos eram os mesmos e o

descontentamento não tardaram a surgir tanto do lado dos vendedores informais quanto dos formais.

Sobre isso, o vendedor informal Carlos Otávio Silva (2015) afirma,

Ficamos todos incomodados com aquela situação. Nossos primeiros tempos de Camelódromo foram complicados, mas estavam ficando tranquilos. Daí, do nada e sem controle, aparecem outros vendedores nas ruas, sem controle, sem fiscalização, era injusto.

O comerciante formal Pedro Ubaldo (2015) complementa,

A preocupação de todos era a regulação do trabalho, ninguém queria perseguir os camelôs, eles estavam tentando a vida, não é?! Só que não durou 2 anos e outros já estavam nas ruas, fazendo o mesmo que os antigos. Ora, se fosse para acontecer isso, nem tivesse gastado dinheiro público com a Camelódromo.

O jornal A Razão (1991) traz no seu editorial a notícia de descontentamentos dos pedestres com feirantes nas ruas centrais da cidade, “é comum os pedestres terem que desviar dos vendedores que ficam postados nas calçadas em frente ao Edifício Taperinha”.

Esses relatos podem ser sintetizados da seguinte maneira: os vendedores informais não aceitavam a concorrência das ruas, pois neste espaço a mobilidade e liberdade seriam maiores da que eles dispunham no Camelódromo, além disso, a regulação do trabalho não seria cobrada aos vendedores da rua, causando onerosidade do seu lado. Os pedestres não aceitavam que, novamente, os espaços urbanos tivessem de ser divididos entre os transeuntes e vendedores, além das questões sobre a limpeza urbana. Os vendedores formais apenas realocavam suas reivindicações passadas, pois os antigos adversários estavam no Camelódromo e esses novos agentes ocupavam os antigos locais. As questões de legitimidade, controle e igualdade de tributos também retornaram ao discurso.

Segundo Pinto (2012), até o ano de 1995, as regras destinadas ao Comércio Informal, estabelecida pela Câmara de Vereadores, foram a do Código de Posturas Lei Municipal n. 2237/81 de 30-12-1981, disponível no acervo do Arquivo da Câmara Municipal dos Vereadores de Santa Maria.

O código em questão menciona o seguinte:

**Art. 204** – O exercício do comércio dependerá sempre da licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do município e do que preceitua este código.

**Art. 205** – Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I – Número da inscrição;

II – Residência do comerciante responsável;

III – Nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;

IV – Ramo do negócio.

**Parágrafo único** – O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período, em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria em seu poder.

**Art. 206** – É proibido ao vendedor ambulante sob pena de multa:

I – Estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II – Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas, bem como depositar ou expor a venda mercadorias sobre o passeio, ou utilizando as paredes ou vãos, ou sob marquises ou toldos;

III – Transitar pelo passeio conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

**Art. 207** – Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente ao valor de quatro (4) a sete (7) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN's) 31 do dia de lavratura de auto, além das penalidades fiscais cabíveis.

Mesmo que o Art. 207 mencione a possibilidade de multa, a incidência de infrações era grande e se formos analisar o contexto de estudo, a retomada das atividades nas principais ruas da cidade fere os preceitos básicos da Lei em questão. A pressão não surtiu efeito, muito pelo contrário, apenas recrudescer as tensões nas relações entre os envolvidos no processo, ou seja, a calma de outrora deixa a cena e os retomam aos palcos.

Mas esse crescimento do número de vendedores estava vinculado ao igual crescimento da economia nacional, ou melhor dizendo, ao fim do abismo dos primeiros anos da década de 1990. A implementação do Plano Real estabilizou a economia, deu novas esperanças aos contribuintes e oxigenou os mercados, a procura aumentou e, conseqüentemente, a oferta também.

Nesse contexto, o comércio informal nas ruas de Santa Maria ganhou novas caras e novas características. Desde a transferência dos vendedores ambulantes para o Camelódromo, existiu um aumento considerável na comercialização de eletrônicos, dominando praticamente todo o espaço dos produtos, conseqüentemente, os artesãos, produtores de manufaturas e com baixo valor de mercado diminuem sua participação nas atividades.

Dito isto, podemos notar o afastamento que se deu entre os envolvidos no mercado informal. O termo camelô passou a englobar outros tipos de comércio, a venda de outros

produtos e o artesão acabou afastando-se do grupo. O artesanato dispunha de baixo valor de mercado, sendo assim, em muitos casos não valia a pena manter ligado a essas práticas.

João Antônio Montano Franchi (2012), vendedor informal na época afirma que,

Depois de um tempo ficou bem difícil ser artesão. Nosso produto estava mais vinculado a arte e o tempo de trabalho em cada peça não compensava no preço que nós íamos vender depois. Eu fui um dos que tive que mudar de ramo, antes vendia colares, brincos, anéis, depois tive que vender fita K7, isqueiros, canivetes e hoje vendo CDs e DVDs.

Podemos elucidar o contexto com o fragmento da Lei Municipal nº 3853/94, de 16-12-1994 que altera e acrescenta, dispositivos à Lei Municipal mudanças nº 3731/93, de 24-12-93. Sobre as atividades informais, o documento aplica a taxaço tributária sobre as atividades desempenhadas nos logradouros urbanos da cidade, ou seja, modifica a ideia inicial de contenção das atividades fora do Camelódromo, ou seja, libera o antes proibido.

Como afirma Pinto (2012), a partir de 1995, poucas foram as referências jornalísticas sobre os acontecimentos ligados ao comércio informal em Santa Maria. O que se pode mencionar com o levantamento das entrevistas, é que houve um crescente processo de desorganização. Quanto à organização do comércio informal no período, Franchi afirma que, “antigamente não existia. Era completamente caótico [...] os camelôs não se entendiam com ninguém. Então era caótico” (2012). Essa situação causou problemas no desenvolvimento das práticas comerciais deste setor na sociedade santa-mariense, bem como no distanciamento dos seus preceitos iniciais que entendiam o Camelódromo como uma solução provisória para a crise econômica e dos empregos no país.

Além disso, Jurandir Pereira (2015) afirma que, “a liberação de outros vendedores nas ruas não pegou bem. Poxa, nós tínhamos que pagar aluguel, cuidar tudo, ter horário, fica fechados no Camelódromo, enquanto outros estavam nas ruas, escolhendo os melhores lugares e sem preocupação. Isso fez com que a maioria dos camelôs ficasse bem descontente com essa situação”.

Os anos que seguiram tiveram a mesma conjuntura, aumento de vendedores nas ruas, crescente sucateamento do Camelódromo e tentativas frustradas da Prefeitura Municipal em conter a expansão das atividades informais nas ruas. O descontrole foi tamanho que ocorreu um aumento da área de comercialização na própria Rio Branco, ou seja, um aumento do Camelódromo para mais uma quadra abaixo da avenida. Além disso, a rotatividade das bancas não era respeitada, pois logo na elaboração do projeto, uma das ideias era a rotatividade de vendedores no centro comercial. Contudo, tal ideia jamais saiu o papel e a fiscalização e controle disso era deveras inoperante.

Sobre isso, Fabrício Corrêa (2015), empresário do setor formal na época afirma,

Os camelôs aumentaram muito seu local de comercialização, mas isso só aconteceu por causa da inoperância da Prefeitura. Eles ameaçavam, prometiam, mas nada acontecia. Era comum ver os vendedores correndo pelo Calçadão com seus produtos quando tinha uma batida da fiscalização. Muitos nem corriam, pois pagavam alvará para permanecer ali.

O ano de 1997 marcou uma mudança de postura dos vendedores informais da cidade de Santa Maria que, através da sua associação, ACASM, passaram a reivindicar melhorias no seu trabalho e maiores garantias do governo municipal. Nesse ano, a Associação organizou uma lista de 22 reivindicações, entre as quais, podemos destacar:

- Período para ocupação do box no mínimo de 30 anos, com direito à renovação.
- Direito à transferência da Permissão aos familiares, caso não possamos mais ocupar o box, por motivos diversos.
- Que seja opcional pelo Permissionário a abertura de microempresas.
- Que qualquer problema com box do Camelódromo seja resolvido com a ACASM e SMIC<sup>34</sup>, em conjunto.
- Que a mercadoria comercializada no Camelódromo não tenha interferência da Prefeitura.
- Que, se houver necessidade de mais box, que façam novos Camelódromos na cidade e nos distritos de Santa Maria.
- Que tenhamos acesso a todo e qualquer documento já existente e aos que vierem a ser elaborados, envolvendo o Camelódromo.
- Que o horário do comércio ambulante seja livre.
- Que qualquer problema com o box, que seja solicitado o Permissionário e a ACASM para, juntos, solucionar o problema para que a diretoria da ACASM tenha consciência do que está acontecendo.

Acerca das reivindicações, podemos compreendê-las como uma forma de reorganização e dotar o segmento informal de maior autonomia. Além disso, questões de infraestrutura, funcionamento e segurança também são mencionadas no documento. Sobre essa postura dos vendedores, podemos relacionar com a percepção de Cacciamali (1983) que

---

<sup>34</sup> Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

compreende tais posicionamentos como formas de organização interna de uma estrutura que passou da fase inicial e já dispõe de consciência de seu local e direitos.

Desde o início das atividades, as práticas informais na cidade de Santa Maria eram ditadas por ordens e pressões externas, ignorando a opinião e posição dos mais interessados no processo. Como já mencionamos no decorrer do texto, até a escolha do local do Camelódromo aproxima-se deste posicionamento. O momento era de reivindicações dos informais.

Outro ponto relevante foi a discussão sobre os informais tornarem-se microempresários. A ideia principal na construção do Camelódromo era a de que aquele espaço fosse provisório, ou seja, que os vendedores que ali estivessem pudessem, com o passar do tempo, sair do setor informal e passar para o lado do empresariado local. Todavia, tal desejo não era similar ao dos vendedores ambulantes<sup>35</sup>. O documento reivindicatório deixa clara a intenção de permanência no Camelódromo e que o mesmo fosse reorganizado se necessário e não fechado.

Sobre isso, João Mafalda (2012) afirma que, “a ideia não era ser microempresário, até porque tínhamos ideia do quanto de imposto deveria ser pago, além do aluguel da cidade que era muito caro. Queríamos mesmo era ficar no Camelódromo e que ele fosse melhor assistido”. José Antônio Montano Franchi (2012) aproxima-se da ideia do relato anterior no sentido que,

Era melhor ser camelô. A carga de imposto era menor, aumentando assim nossos lucros, era mais fácil. Sabíamos da ideia de ser microempresário, mas aquele momento era inviável, até porque ninguém tinha segurança do que ia vir. [...] Ninguém ia trocar o certo pelo duvidoso.

No fim do ano de 1998, o espaço destinado aos vendedores informais na Rio Branco fora modificado: houve um crescimento do Camelódromo para as duas quadras abaixo<sup>36</sup>. Contudo, neste outro momento, coube aos vendedores a construção das estruturas e manutenção do local.

---

<sup>35</sup> Jornal A Razão afirma “Apesar de já ter vencido o prazo de exploração da avenida Rio Branco pelos camelôs, a tendência é que eles continuem no ponto. Eles foram instalados no local há cerca de sete anos. “O contrato estipulava um prazo de três anos, que acabamos prorrogando para um ano e meio. De acordo com o contrato, a exploração dos pontos seria rotativa, sendo que novos camelôs poderiam se instalar na área” (12 jan. 1991, p.09).

<sup>36</sup> O jornal A Razão afirma “Os vendedores estão ocupando gratuitamente duas quadras da avenida Rio Branco desde dezembro. Com a implantação de um novo local de trabalho, os artesãos deixariam a Praça Saldanha Marinho. A princípio, cerca de 75 ambulantes e 60 artesãos seriam transferidos para o novo terreno. O local seria destinado a novos vendedores” (12 jan 1999, p.09).

Vale ressaltar também que ocorreu uma considerável ampliação dos vendedores nas ruas da cidade. Esses novos trabalhadores dispunham de organização semelhante aos do Camelódromo, pois comercializavam em barracas cobertas - diferente dos primeiros tempos, onde os trabalhos eram desenvolvidos no chão, em toalhas jogadas. Estes novos vendedores não podiam ser entendidos como ilegais, ou seja, que estivessem burlando a legislação municipal, já que dispunham de identificação, pagavam o aluguel do ponto e eram obrigados a apresentar nota fiscal dos produtos.

Notamos que ocorreu uma modificação do quadro enfrentado no princípio de 1994. Como fora mencionado, em um primeiro momento, os vendedores passaram a comercializar sem liberação, mas, notando que o quadro permaneceria, o governo municipal passou a expedir nossos alvarás e, com isso, ampliou o quadro de informais que trabalhavam no centro da cidade.

Logo no início de 1999, o jornal A Razão estampa a seguinte reportagem,

A permanência de vendedores ambulantes na Avenida Rio Branco e na Praça Saldanha Marinho depende da escolha de um local definitivo apropriado para as atividades. A proposta não é estabelecer-los em um lugar muito distante do centro da cidade. [...] Os locais estudados foram o antigo shopping da Rio Branco, destruído por um incêndio, as antigas estações ferroviária e rodoviária, os cinemas Glória e Independência, as dependências de um mercado na rua Riachuelo, a Praça Saturnino de Brito, o antigo Fórum, entre outros (12 jan 1999. p. 09).

Sobre isso, Antônio Prado (2015), vendedor ambulante da época afirma, “era sempre essa insegurança, eles não organizavam nada e vinham querer tirar a gente do Camelódromo. Ora, se iam trocar, porque construir? Isso era sempre, os fiscais nunca iam lá, mas quando tinha vistoria, era sempre essa historinha”.

A fiscalização apresentava fragilidade, pois seu caráter desregulado e, por muitas vezes, condescendente, abria espaço para desorganização dos envolvidos. A história repetia-se, os fiscais pressionavam, os vendedores negavam os pedidos, formava-se um impasse e tudo permanecia da mesma forma. Exemplo disso estava na edição do Jornal A Razão que diz,

Quando da última vistoria, cerca de três mil cartões e CDs acabaram sendo apreendidos. Fiscais da Secretaria de Indústria e Comércio verificavam periodicamente os produtos. Os vendedores receberam um prazo inicial para regularizar os produtos (nota fiscal), contudo, o prazo teria vencido ontem, tendo muitos comerciantes ainda não se desfeito das mercadorias. O responsável pela fiscalização afirmou para reportagem que “resolvemos dar uma trégua, deixá-los vender o que já tinham comprado (21 mar 1999. p. 09).



No mês de abril de 1999, foi tomada a decisão sobre o local do Shopping Informal, contudo, o que poderia ser uma solução, apenas transformou-se em motivo de debate e desgaste entre os principais envolvidos. Os membros da SIMC decidiram que os vendedores informais seriam levados para outro ponto da cidade. O jornal A Razão aborda essa questão “o anúncio da Prefeitura de instalar ambulantes, artesãos e camelôs no antigo prédio da Superauto, na avenida Presidente Vargas, feito na terça-feira, não agradou às categorias, que se opõem à pretendida transferência” (1 abr. 1999, p.09).

Do lado dos vendedores informais as reclamações eram variadas, mas aquelas mais recorrentes giravam em torno da falta de debate e dos problemas que esta mudança acarretaria no desenvolvimento das suas atividades e, conseqüentemente, do lucro. O jornal A Razão dá o tom do debate,

para o presidente da Associação dos Ambulantes, instalados provisoriamente na avenida Rio Branco em dezembro passado, Luiz Seeger, o principal motivo da recusa à mudança é a localização do ponto proposto. “Já registramos vendas reduzidas aqui. O que vamos vender lá?”, observa, acrescentando que a Prefeitura prometia a oferta de um ponto na região central. “é um área nobre para residência. Podemos até negociar a saída, mas não para lá. Nos prometeram uma área na boca da Acampamento” (1 abr. 1999. p. 09).

Após as negativas dos vendedores informais, a postura do governo municipal tornou-se mais conflitante<sup>37</sup>, ou seja, o debate deu lugar a medidas cerceadoras e que buscavam conter e obrigar os vendedores a mudar de lugar. O comerciante Maria Peixoto (2015), membro do setor formal do empresariado santa-mariense afirma que, “a CACISM<sup>38</sup> permaneceu de fora desta discussão. Claro que seria bom tirar o Camelódromo da Rio Branco, nem só por questões econômicas, mas também turísticas.

A postura de membros do governo municipal era de pouco diálogo<sup>39</sup>, pois a direção da SMIC argumentava que a cidade enfrentava uma grave crise de desemprego<sup>40</sup> e os

---

<sup>37</sup> O diretor geral da Secretaria de Industria e Comércio, Evandro Zamberlan, rebateu a argumentação de que o local seria afastado. “Há um shopping no bairro Nossa Senhora de Lourdes e outro sendo construído no Dores, regiões mais distantes do Centro. Eles (vendedores) não têm absolutamente que escolher o local onde serão instalados. Nós estamos oferecendo a alternativa para a regularização da atividade”, disse Zamberlan, relacionando a infraestrutura que deverá ser montada no local para a acomodação dos vendedores. “A área que ocupam atualmente é pública, não lhes pertence”, observou o diretor, que considera justa a remoção também dos camelôs, pois sua permanência caracteriza um privilégio (1 abr. 1999. p. 09).

<sup>38</sup> Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria.

<sup>39</sup> O centro Comercial Popular será instalado na avenida Presidente Vargas, mesmo com a recusa dos camelôs, ambulantes e artesãos em se mudar para o antigo prédio da Superauto, já alugado pela Prefeitura.

<sup>40</sup> Para agravar esse caso, O Jornal A Razão afirma “Santa Maria ganha quatro mil moradores a cada ano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se prepara para a realização do Censo Geral do ano 2000,

vendedores informais não estavam vendo os benefícios que essa mudança traria para seu grupo. Em entrevista para o Jornal A Razão (1999), o Presidente da SMIC reitera que,

Há 15 mil desempregados na cidade. Vamos abrir oportunidades para outras 200 pessoas, observou o secretário, diante da alegação dos ambulantes de que estariam sendo pressionados a se mudar para o local. A intenção inicial era discutir a infraestrutura a ser montada no local e outros detalhes da mudança. Porém, com a argumentação dos vendedores sobre os motivos da recusa, as definições foram proteladas para um outro encontro, ainda sem data marcada (07 abr. 1999, p.08).

Do lado dos vendedores informais, a visão desta mudança não poderia ser pior. Entre os pontos abordados pelos informais estava que a dificuldade de manter uma clientela que possibilitasse bom rendimento financeiro seria muito grande, pois até no centro da cidade, em muitos casos, o lucro era baixo. Além disso, as preocupações com o pagamento das taxas de manutenção também eram debatidas. “Um local fechado é a sentença de morte para a classe, observou Soel Moura, presidente de uma das duas associações que representam os artesãos. “Passamos dias sem vender. Às vezes, vendemos R\$ 2. Não estamos vivendo. Estamos sobrevivendo” (A Razão, 15 abr. 1999, p.03).

Uma das propostas levantadas pelos vendedores informais era a de uma votação em plebiscito popular para decidir os rumos da querela e a do aumento do Camelódromo nas quadras mais abaixo da Avenida Rio Branco, algo que já estava ocorria desde meados de ano de 1998, porém sem regularização institucional.

Contrariando o relato do entrevistado Carlos Peixoto (2015), o Jornal A Razão traz em seu editorial a seguinte reportagem,

Entidades empresarias de Santa Maria oficializaram ontem seu apoio à iniciativa da Prefeitura em transferir os informais para a Presidente Vargas. A posição é a síntese de um dossiê de 85 páginas elaborado no ano passado, relatando a situação do comércio informal no centro da cidade. A mudança seria uma solução digna e adequada para o caso. O shopping informal “tem todas as condições para satisfazer o comerciante, o artesão, o trabalhador, o consumidor e o turista. Segundo o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), se com o apoio do santamarienses a intenção não se concretizar, a comunidade vai assumir as consequências mais tarde. “Estamos preocupados com o aspecto social, mas a permanência no centro beneficia um número pequeno de pessoas em relação ao grande contingente de desempregados do município e em detrimento de todos os cidadãos, que perdem seu espaço. O presidente do Conselho de Desenvolvimento de Santa Maria (CODESMA), defende que o espaço público tem que ser usado por todos os cidadãos. “O centro não é privativo. Precisamos mantê-lo vitalizado, senão o comércio morre (10 jun. 1999. p.07).

---

como faz a cada década. Em paralelo, uma estimativa populacional feita durante o ano para verificar nascimentos, óbitos e casamentos, já aponta uma população de 238.473 habitantes em Santa Maria. O município é o sexto mais populoso do Estado” (25 nov. 1999, p.08).

As reuniões permaneceram e as posições mantiveram-se as mesmas, no fim das contas, os vendedores informais puderam permanecer na Avenida Rio Branco e o Camelódromo seria aumentado. Decisão esta que não agradou segmentos da política da cidade. Jurandir Pereira (2015) afirma, “ninguém queria brigar com os políticos, nem com os lojistas, apenas queríamos o melhor para nosso grupo. Infelizmente, não viram isso como uma coisa boa e isso gerou alguns problemas e as relações não ficaram boas como antes.

Ainda no ano de 1999, a Câmara de Vereadores da Cidade passou a discutir os rumos do setor informal. A localização, a rotatividade dos trabalhadores, as regras, as condutas, a fiscalização, a tributação e a segurança eram pontos debatidos pelos membros do Legislativo municipal. Sendo assim, foram elaborados dois projetos de lei sobre o setor em Santa Maria.

O primeiro projeto instituiu a área do canteiro central da Avenida Rio Branco (entre as ruas Venâncio Aires e Silva Jardim) como local permanente para os camelôs e ambulantes. Já a segunda proposta, tornou permanente a feira do artesanato na Rua do Acampamento (viaduto Evandro Behr até a Venâncio Aires, deixando de fora o espaço que liga o calçadão à Praça Saldanha Marinho).

Ambos projetos foram aceitos e postos em prática. Vale mencionar que o afastamento entre ambulantes e artesãos passou a aumentar gradativamente, pois a organização de um local próprio aos artesãos demonstrou que as relações e disputas entre estes segmentos do setor informal não eram alinhados. Além disso, com estas questões, as atividades informais passaram a ser melhor controladas e vista de perto pelos órgãos reguladores do governo municipal.

Exemplo disso é a reportagem do Jornal A Razão que diz,

Ambulantes retirados da área central. Fiscais da SMIC realizaram ontem operação no centro da cidade para impedir que os ambulantes permaneçam ao longo das calçadas. O local destinado aos camelôs e ambulantes, o canteiro central da Avenida Rio Branco, foi determinado por lei aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores no início de junho. Cinco fiscais da Secretaria de Município de Indústria e Comércio realizaram ontem uma operação no centro da cidade para impedir que vendedores ambulantes continuem nas calçadas. Segundo o secretário, o local para instalação dos camelôs já foi definido e agora eles são obrigados a cumprir o determinado. “A partir do momento que o local de comercialização foi estipulado, todos os que estiverem fora do canteiro central da Avenida Rio Branco estão também fora da lei (19 nov 1999, p.06).

Após as questões vinculadas a localização serem resolvidas, o governo municipal tomou a decisão de controlar de maneira mais próxima as atividades desenvolvidas no Camelódromo. Neste contexto, o Centro Comercial da avenida Rio Branco virou alvo de uma

CPI. A Proposta de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) servia para apurar irregularidades no Camelódromo, pois existiam denúncias de que a atividade no local estaria em desacordo com o decreto que impôs as normas para o seu funcionamento.

As possíveis irregularidades referiam-se à comercialização de módulos, à condição financeira favorável dos ocupantes dos boxes e à ausência de renovação da exploração dos espaços. Pelo decreto, era a Prefeitura que repassava os módulos a novos comerciantes, a exploração era concedida a carentes e tinha um prazo máximo de três anos.

O objetivo das ações era conferir se os atuais proprietários dos módulos não possuíam outros empreendimentos ou bens. Desde junho de 1999, uma Comissão Especial para Normatizar o Camelódromo começou a trabalhar para oferecer mais condições aos trabalhadores informais. Mas, com o passar dos meses, foram descobertas várias irregularidades.

Os posicionamentos acerca da CPI eram distintos dentro do grupo de informais da cidade. João Mafalda (2012) afirma que, “foi uma boa ideia da Prefeitura, pois todos nós sabíamos que algumas coisas estavam fora do lugar, mas ninguém falava para não arrumar conflito”. Jurandir Pereira (2015) segue a mesma linha, “Quando nós fomos para o Camelódromo tínhamos esperança que tudo ia ficar mais calmo, mas com o passar do tempo, muitos problemas passaram a existir e era bom alguém cuidar disso, alguém de fora”.

João Antônio Montano Franchi (2012) via o estabelecimento da CPI de forma diferente, segundo ele, “após a permanência do Camelódromo, as pressões no governo aumentaram muito e, com isso, a CPI era uma maneira de procurar problemas e tratar os camelôs como errados”.

O ano de 2000 iniciou sem o tão temido “bug do milênio” e com uma economia que dava sinais de estabilidade e crescimento. O desemprego permanecia elevado, mas seus números pareciam estagnados, a inflação diminuía e o governo buscava caminhos para um maior desenvolvimento do país.

Contudo, o contexto dos trabalhadores informais não acompanhava o ritmo citado acima, sendo o ano 2000, um dos mais complicados para o setor da cidade, pois os problemas organizacionais, pressões de outros segmentos da sociedade e política fizeram com que o cenário ganhasse contornos dramáticos. O jornal A Razão estampa em sua edição de 03 de março de 2000 a seguinte manchete,

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no ano passado para investigar denúncias de irregularidades no Camelódromo de Santa Maria vai pedir à Prefeitura a cassação de alvarás de permissionários que estejam trabalhando irregularmente, bem como de comerciantes que não tem licença da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para trabalhar nas bancas (p.05).

As investigações levantaram suspeitas sobre muitas das práticas desenvolvidas no centro de comércio popular, entre as quais estariam até a comercialização de entorpecentes, de pagamento de propina aos fiscais para que as irregularidades fossem ignoradas, de famílias que tinham monopólio de várias bancas e recepção de produtos originários de furto.

Tais suspeitas foram intensamente veiculadas pelos meios jornalísticos da cidade e auxiliaram no aumento do preconceito com os vendedores informais e, conseqüentemente, com a baixa procura pelos seus produtos. Acerca disto, João Antônio Montano Franchi (2012) afirma,

A CPI levantou um monte de suspeitas e isso logo caiu na boca do povo. Daí a população deixou de ir no Camelódromo e ficaram pensando que todos os camelôs faziam coisas erradas nas suas bancas. Não concordávamos com isso, porque muitos foram prejudicados por culpa de uma minoria com más intenções.

Sobre o mesmo assunto, Carlos Henrique Schorebder (2015) menciona, “já era complicado falar que tu era camelôs em outros tempos, seja pra tirar um carnê ou alugar uma casa e tudo piorou com essas denúncias, o preconceito cresceu muito, porque o povo achava que todo mundo lá não prestava”.

A defesa presente na fala dos entrevistados, acima, não busca eximir a culpa de irregularidades existentes no espaço, todavia, a generalização dos camelôs como uma categoria única e homogênea prejudicou aqueles que pouco tinham a ver com tais problemas existente.

Sobre essas denúncias, o vendedor João Mafalda (2012) afirma que, “infelizmente, aconteciam coisa desse tipo. Não adiantava avisar, nem pedir, os envolvidos ignoravam tudo que pudesse colocar em risco as suas atividades”

João Antônio Montano Franchi (2012) afirma que, “era uma minoria, mas como a investigação estava procurando problemas, foram esses pontos que saíram na mídia da cidade. Como eu disse, era uma minoria que acabou sujando o Camelódromo e todos que trabalhavam lá”.

O empresário Carlos Peixoto (2015) comenta que, “a fiscalização nunca tinha sido tão rigorosa, mas naquele momento eles queriam solucionar os problemas e ver se as

denúncias eram reais. Isso prejudicou as relações com os informais, pois eles achavam que os outros empresários tinham algo a ver com isso”.

Vale destacar que a intenção da CPI era, além de buscar irregularidades, demonstrar que a organização e estrutura do comércio informal em Santa Maria apresentava-se defasada. Por isso, alguns membros da Comissão passaram a visitar outros municípios do estado, entre eles, Uruguaiana, Canoas, Caxias do Sul e Pelotas, que possuíam outras formas organizacionais para abrigar esse tipo de comércio.

A cada nova horda de investigação mais irregularidades surgiam e a situação piorava consideravelmente. A CPI chegou a “descobrir” a existência de um segundo Camelódromo na Avenida Rio Branco, sem nenhum tipo de liberação do governo municipal para desenvolver as atividades. Além disso, após levantamentos iniciais, apenas duas das 58 bancas do Camelódromo estavam plenamente regulares, sendo que 14 estariam em situação bastante complicada<sup>41</sup>.

Esse contexto de denúncias não apenas prejudicou os informais nas relações com a população consumidora, mas também com o setor formal da cidade que, aproveitando tais acontecimentos, aumentaram as críticas e pressões para uma rápida resolução da situação da informalidade na cidade<sup>42</sup>.

O empresariado local sentia que a situação poderia prejudicar suas atividades, pois a cidade que tinha como prerrogativa ser forte no setor terciário e na prestação de serviços não poderia conviver com esse quadro de desordem e equívocos constantes. Ainda sobre as mudanças que eram propostas acerca da questão, surgiu a ideia de mudar o local das práticas informais na cidade - nada de novo, já que as pressões pela retirada dos informais da Avenida Rio Branco já eram pauta de discussão por vários anos.

Todavia, a ideia da vez era transformar o prédio do antigo Cinema Independência em um Shopping Informal. Naquele momento, a Igreja Universal do Reino de Deus tinha sua sede

---

<sup>41</sup> “A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias envolvendo camelôs em Santa Maria descobriu a existência de um segundo Camelódromo, totalmente clandestino, na Avenida Rio Branco. O conjunto de bancas fica na Avenida Rio Branco, contíguo ao Camelódromo Oficial, e tem até placa sinalizando como Camelódromo B” *Jornal A Razão* (23 mar 2000. p.3).

<sup>42</sup> “Os empresários Flávio Macedo, presidente do Sindicato dos Lojistas (Sindilojas), José Antônio Roth Domingues, presidente da Câmara e Dirigentes Lojistas (CDL) e Augusto Mânica, integrante da diretoria da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (Cacism), defenderam ontem, na Câmara de Vereadores, a transferência de camelôs e ambulantes para uma área fora da Avenida Rio Branco. [...] Eles foram ouvidos pela CPI do Camelódromo [...] pois uma das metas da Câmara de Vereadores é, além de investigar denúncias de irregularidade, reorganizar o comércio informal” (*A Razão*, 29 mar 2000. p.03).

no local e não demonstrou interesse na mudança. Entretanto, vale destacar que, pela primeira vez, o projeto envolvendo os vendedores informais não objetivava o afastamento do grupo do centro da cidade como fora proposta em outras ocasiões, demonstrando que o governo municipal desejava resolver as pendências sem prejudicar e, finalmente, levar em consideração as reivindicações dos principais interessados<sup>43</sup>.

O projeto tinha como ideal a possível transformação dos vendedores informais em microempresários regularizados, ou seja, cumprindo e contribuindo mais efetivamente com a tributação da categoria. Além disso, o Camelódromo da Avenida Rio Branco seria reformado (nova estrutura) e reorganizado (deixando de ser reduto de informais, para ser um local de microempresários).

Outras sugestões levantadas para melhorar o comércio informal em Santa Maria foram a exigência do uso de crachás por parte dos permissionários dos boxes e a acomodação em um único local de todos os segmentos do comércio da cidade (ambulantes, camelôs e artesãos), algo que não ocorria desde que os artesãos passaram a organizar-se em outros pontos do centro da cidade, utilizando o argumento que seus produtos não tinham tanto apelo com o público que circulava no Camelódromo.

João Mafalda (2012) menciona que estes momentos de decisões eram vistos com um misto de esperança e receio,

Quando a CPI foi organizada todo mundo pensou que isso seria o final dos camelôs, muitos ficaram irritados porque isso parecia coisa do empresariado da cidade, mas com o passar do tempo, vimos que as intenções eram de melhoria do nosso trabalho. Claro que nem todo mundo ficou agradado com isso, até porque se houvesse mudança, muitos perderiam o espaço e suas facilidades.

Nenhuma das ideias parecia ter esperanças para sair do papel, pois as investigações da CPI apresentavam mais complicadores para a situação dos vendedores informais. Além das acusações de contrabandos e locação de bancas<sup>44</sup>, surgiram desconfianças acerca de

---

<sup>43</sup> “A CPI do Camelódromo vai sugerir que a Prefeitura de Santa Maria desaproprie o prédio do Antigo Cinema Independência, onde funciona hoje uma Igreja Evangélica. [...] A desapropriação possibilitaria a instalação de um shopping de camelôs e vendedores ambulantes que não estão na Avenida Rio Branco” (A Razão, 30 mar 2000, p.5).

<sup>44</sup> “A denúncia sobre o aluguel de bancas no Camelódromo foi confirmada ontem por Antônio Aristides Cardoso da Silveira, que se ofereceu para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as irregularidades no comércio informal. [...] Silveira disse que “tem gente (dono) que nunca aparece na banca, que sua como se fosse sua e aluga para outras pessoas” (Jornal A Razão, 05 maio 2000, p.3).

pagamento de propina<sup>45</sup>, indo completamente no caminho contrário da proposta inicial do centro comercial.

Acerca disto, o vendedor Paulo Saccol (2015) afirma, “todos os dias aparecia alguma coisa que sujava mais a nossa barra. Era um monte de acusações e mais uma penca de fofocas sobre nossas atividades. Infelizmente, algumas se confirmaram e essas permaneceram na cabeça da população, isso prejudicava muito”.

Os levantamentos feitos pela CPI encaminhavam o comércio informal da cidade para um local nebuloso, pois o desenvolvimento desregulado acabara por prejudicar as atividades dos trabalhadores, além de aumentar os preconceitos com as práticas. Com a aproximação do final das investigações, muitos vendedores temiam que a decisão fosse a de acabar com o comércio informal na cidade, porque, como mencionamos, outros setores da economia municipal pressionavam pelo fim das atividades e para que os informais passassem para a formalidade de uma vez por todas.

O vendedor Carlos Machado (2015) afirma que, “alguns vendedores já davam como certa a expulsão dos camelôs do centro da cidade. Tudo que saía no rádio e nos jornais dava como certa essa decisão”. Perguntado sobre o que os vendedores iam fazer para evitar que isso acontecesse, o vendedor foi direto, “nada, teríamos que procurar outras coisas para fazer”.

O relatório final da CPI revelou que as irregularidades existentes no Camelódromo superavam aquelas já esperadas. Além das mencionadas – contrabando, locação de bancas, comercialização de produtos proibidos (medicamentos, óculos sem prescrição médica), fora desvendado um esquema que beneficiava um pequeno grupo de vendedores informais na obtenção de licenças e no controle de bancas na Avenida Rio Branco.

O Jornal A Razão (2000) afirma “duas famílias controlam 30% do Camelódromo” (p. 03). A reportagem prossegue,

CPI identifica monopólio. Apenas duas famílias controlam entre 25% e 30% das atividades do Camelódromo de Santa Maria, o que já é considerado monopólio pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades envolvendo o comércio informal no complexo localizado na Avenida Rio Branco. A família baiana Santana de Souza, composta por 37 pessoas, controlaria, segundo a CPI as bancas 4A, 10B, 11A, 15A, 19A, 19B, 20A, 24A, 25B, 26A, 27A e 27B, o

<sup>45</sup> O jornal A Razão afirma que, “Ao depor, ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Camelódromo, o ex-chefe do Setor de Fiscalização da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo na administração passada, Helton Rosa Machado, foi interpelado sobre as acusações feitas a sua pessoa. [...] A principal acusação contra o ex-fiscal se refere à cobrança de cinco mil dólares por um box do Camelódromo. A informação, fornecendo valores, teria constado em um depoimento, mas a CPI não revelou o nome da testemunha” (21 abr 2000, p.5).



que corresponde a 20,6% do total de 58 bancas. [...] Outra família, dos cearenses Oliveira, teria 16 membros e controlaria em torno de sete bancas. Os demais boxes seriam ocupados por camelôs de Santa Maria e de outras cidades do Estado. (25 maio 2000, p.3).

Os entrevistados preferiram não responder às perguntas que tinham relação com estes episódios. Acerca das informações contidas no relatório da CPI e reproduzidas no periódico do município, podemos utilizar o estudo de Pinto (2012) que compreende esta ampliação do raio de trabalho, englobando indivíduos de outros estados e cidades como um resultado da política desregulada implementada pelo município.

O autor menciona que a facilidade na obtenção de licenças e a nebulosidade das relações entre os vendedores e a fiscalização possibilitaram que fossem desenvolvidos mecanismos que ludibriassem o antes instituído. Em outras palavras, a falta de controle do governo municipal e dos seus órgãos fiscalizadores foram os principais responsáveis pelo descontrole das atividades informais na cidade.

Um exemplo disto estava na reportagem do Jornal A Razão que trouxe o seguinte,

O comércio informal está literalmente liberado no centro de Santa Maria. Quem passou sábado, no Calçadão e redondeza, pôde verificar a intensa movimentação de artesãos e ambulantes. Alguns não tomaram conhecimento do grande fluxo de pessoas no local e estenderam seus tapetes com peças de esanato. A legislação não permite – ou pelo menos não deveria permitir – a ocupação de espaços públicos como o Calçadão como vêm sendo feito. A Prefeitura, por seu turno, parece não estar fiscalizando como deveria (06 jun 2000, p.04).

O vendedor informal José Mafalda (2012) afirma que, “quando saíram os resultados das investigações tudo ficou mais desorganizado, pois quem não conseguia banca no Camelódromo pressionava que quem estivesse lá saísse, já que estavam com irregularidades”.

Após isto, muitos vendedores informais voltaram a trabalhar nas ruas da cidade<sup>46</sup>, algo que fora proibido por decreto municipal no final do ano de 1998. Contudo, os escândalos do Camelódromo deixaram a fiscalização e o governo municipal em situação complicada, pois a legitimidade dos seus questionamentos era debatida por todos, afinal de contas, os responsáveis não conseguiram organizar o comércio informal da cidade.

---

<sup>46</sup> Jornal A Razão veicula que, “Após 18 meses, a situação volta a ser a mesma: vários ambulantes podem ser flagrados diariamente transitando pelas redondezas do Calçadão. Isso, segundo o presidente do Sindilojas, Flávio Macedo, está sendo uma realidade constante, enquanto as vias e logradouros públicos devem ser de livre trânsito para todos. O Sindicato prometeu enviar ainda hoje uma correspondência endereçada ao secretário de município de Indústria e Comércio, solicitando maior eficácia na fiscalização dos ambulantes. De acordo com o secretário, a fiscalização existe, mas não pode ser contínua devido a deficiência de recursos humanos na área de fiscalização. Segundo o responsável, a secretaria possui apenas nove fiscais, que não trabalham apenas na fiscalização de ambulantes e sim em bares, restaurantes, camelódromo e artesão” (15 jul 2000, p.07).

A situação do governo não estava muito favorável. Era preciso lidar com os resultados da CPI e com a pressão da população por posicionamentos mais contundentes acerca destas questões. Havia os empresários do setor formal da economia que também buscavam resoluções, propondo até novos caminhos para a erradicação do comércio informal, não no sentido de terminar e desassistir aqueles que dependiam do segmento, mas na modificação das suas características<sup>47</sup>.

Sobre a posição do setor formal da cidade, o entrevistado José Barcellos Carré (2015), membro do setor na época afirma,

A intenção do nosso setor nunca foi prejudicar os vendedores informais. O que estávamos preocupados era com o rumo que estava sendo tomado, já que aquilo estava uma balburdia, sem controle nenhum. Os empresários da cidade queriam auxiliar na transição deles, pois a insegurança de ser camelô não era um bom caminho.

O empresário Maria Gaiger (2012) afirma, “não queríamos que o comércio informal tivesse fim, pois nossos públicos eram diferentes, quem comprava com eles, não comprava conosco”.

A incapacidade de lidar com as situações relacionadas às atividades informais demonstrou-se também na truculência das abordagens da fiscalização após as pressões populares pelo retorno do trabalho nas ruas da cidade. Prisões e apreensões tornaram-se atos comuns na realidade de Santa Maria<sup>48</sup>. Com a correria, os ambulantes cortavam o fluxo dos pedestres e isso passou a ser corriqueiro, algo comum em grandes centros urbanos, não em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul.

Sobre o endurecimento nas relações, o antigo vendedor ambulante, Leonir Borges (2015) afirma que, “a liberação foi sem controle, mas quando começaram a sair notas no jornal

---

<sup>47</sup> Jornal A Razão afirma que, “Alguns setores da política e do comércio local propuseram a criação de uma incubadora comercial para auxiliar os camelôs a se tornarem microempresários. Pela proposta, os permissionários ficariam por no máximo 10 anos no Camelódromo e depois cederiam o espaço para outras pessoas. Segundo o relator Fernando Menezes (PT), é uma forma de auxiliar as pessoas e de acabar com as irregularidades que vêm ocorrendo no Camelódromo”. (05 maio 2000, p.3).

<sup>48</sup> O jornal A Razão traz a seguinte reportagem sobre a fiscalização, “Após a apreensão de cerca de R\$ 3,5 mil em mercadorias ilegais em duas bancas do camelódromo e a prisão de dois permissionários, na sexta-feira passada, a Polícia Federal promete intensificar a ação sobre a venda de contrabando no centro de Santa Maria. “Estamos tentando limpar as ruas de novo”. [...]O delegado aponta que agora os fiscais estão de volta, o que pode trazer algum resultado. “Estamos esperando para ver o que vai acontecer”, explica, sem descartar a hipótese de entrar em ação a qualquer momento, com medidas mais ofensivas. “Não temos possibilidade nem de notificar”, enfatiza, “porque será flagrante e aí teremos que prender” (20 out 2000, p.07).

e algumas pessoas influentes foram reclamar, a Polícia tomou frente da liberação, algo que nem função deles era”.

Acerca disso, a reportagem do jornal A Razão (2000) explicita que a Polícia estava tomando conta da situação, pois os fiscais deixaram suas funções por causa das eleições municipais que estavam marcadas para o final do ano<sup>49</sup>. O quadro de desregulamentação não permitia que tudo ficasse liberado, ou seja, sem a contenção necessária para pôr o trabalho informal no rumo proposto e esperado pelo governo, empresariado e população da cidade.

O restante do ano 2000 não trouxe muitas mudanças na situação do comércio informal da cidade, pois como fora mencionado, o período pós eleição configurou-se muito mais pela inércia e espera pela virada do ano do que por posições contundentes que visassem resolver os problemas enfrentados. Em suma, a contenção da fiscalização e a busca por soluções nos problemas do Camelódromo não permaneceram em pauta, a disputa entre os candidatos ganhou destaque nos jornais da cidade e nada mais parecia importante, apenas o ano que se avizinhava e as promessas de que melhores tempos estariam por vir.

As urnas deram vitória ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Valdeci Oliveira, cuja campanha tinha como ponto norteador a criação de novos postos de trabalhos, diminuição do desemprego, fomento do setor de prestação de serviço da cidade, ou seja, uma reorganização econômica. Efetivamente, sobre o caso dos vendedores informais da cidade, a campanha do candidato nada mencionava, todavia, quando o mesmo assumiu o poder, os questionamentos sobre um posicionamento mais contundente logo fizeram-se presentes.

A posição do governante não se vinculou à contenção, mas à expansão das atividades informais, pois era de conhecimento que o setor informal da cidade, além de empregar muitos indivíduos, movimentava a economia, isto é, erradicá-lo não seria um caminho recomendável. Sabendo disso, o governo municipal retomou a política de concessão de alvarás, algo que prejudicou a organização do setor, já que o aumento no número de trabalhadores sem o local recomendável para o desenvolvimento das suas atividades logo retomaria os problemas passados.

Sobre isso, José Diaz (2015), comerciante do setor formal afirma que, “todo o esforço de antes foi desconsiderado, pois o novo governo simplesmente foi deixando todo mundo

---

<sup>49</sup> Segundo o Jornal A Razão “De acordo com o delegado, os fiscais da Secretaria de Indústria e Comércio (SMIC), responsáveis por vistorias as atividades dos camelôs, haviam se retirado das ruas durante as eleições, período em que os ambulantes voltaram a se posicionar” (20 out 2000, p. 07).

trabalhar nas ruas”. O vendedor informal José Antônio Montano Franchi (2012) salienta que, “com o governo do Valdeci tudo era mais liberado, pois ele queria criar empregos e nós queríamos trabalhar, só que o setor formal não era de fácil inclusão, sendo assim, restava a informalidade”. O entrevistado complementa dizendo que, “a fiscalização não aparecia nunca e o número de vendedores aumentou bastante em pouco tempo nas esquinas e ruas principais do centro da cidade.

Pinto (2012) afirma que, essa ampliação de alvarás logo trouxe consigo problemas entre os envolvidos no trabalho informal, pois aqueles que estavam no Camelódromo queriam as mesmas liberdades daqueles que estavam nas ruas da cidade, além do que, muitos nem pagavam o imposto único cobrados sobre as mercadorias comercializadas.

O vendedor Carlos Peixoto (2015) afirma que, “depois da CPI, todo mundo esperava que o Camelódromo fosse reformado e tivesse também uma maior atenção, mas não foi isso que aconteceu”. Nem a expectativa de uma legislação diferente foi alcançada, as promessas de posto policial, de controle da locação e rotatividade dos vendedores ficou nas páginas do relatório final da investigação, pois logo os problemas retornaram.

Por conclusão, podemos afirmar que a falta de organização, tanto dos informais como dos responsáveis pelo governo municipal, auxiliaram no sucateamento das atividades do setor nas ruas e no Camelódromo de Santa Maria. Durante o capítulo em questão, notamos que a incapacidade de gerir e nortear possibilitou o aumento dos conflitos e, por consequência disso, fomentou preconceitos relacionados a essas práticas.

O Camelódromo que outrora fora pensado como instrumento facilitador para o cumprimento da legislação e como ponto de partida para melhores condições trabalhistas, logo tornou-se reduto de atividades descontroladas, praticamente uma terra sem lei. Os responsáveis pela manutenção e fiscalização pouco fizeram as suas atividades, possibilitando o esfacelamento das formas de controle<sup>50</sup>.

O crescimento para duas quadras abaixo, a cisão entre artesãos e ambulantes, os conflitos, as acusações, o retorno às ruas e os preconceitos são apenas alguns dos pontos a serem citados quando o objeto de análise está vinculado ao recorte temporal deste capítulo.

---

<sup>50</sup> Sobre tal assertiva, Mafalda (2012) afirma “ouviu-se que tinha muita gente de fora e eu acho que essas pessoas tinham que ficar nas cidades delas. Havia uma crise de emprego e o Valdeci de Oliveira começou a dar alvará para todo mundo e daí veio essa pressão”.

Os anos de 1991 até 2000 devem ser compreendidos como os principais responsáveis pela falta de organização do setor informal da cidade. Todos os desdobramentos que iniciaram nesse período são alguns dos principais motivos para a realidade ainda enfrentada.

Os anos que seguiram esses acontecimentos não apresentaram mudanças do quadro elucidado no capítulo. Houve um aumento do número de vendedores informais, a ACASM, muito por sua parca participação nas decisões que envolviam seus membros, perdeu força e deu espaço a um sentimento de individualidade predominante, algo semelhante com os primórdios do comércio nas ruas da cidade. O governo municipal adotou postura de ora condescendência, ora cerceamento, pois seu posicionamento dependia das pressões externas – principalmente do setor lojista do centro da cidade – que permaneceu com suas reivindicações e a fiscalização passou a ser algo raro nas ruas da cidade<sup>51</sup>.

Já, no final do ano de 2004, a situação apresentou sinais de colapso interno, isto é, o organismo do comércio informal passou a demonstrar sinais de fraqueza, pois seus próprios mecanismos de manutenção pareciam alcançar o ápice de contradição e sucateamento. Relações conflituosas, disputas por localização e denúncias variadas tomaram conta do noticiário municipal e acenderam o sinal amarelo para a população santa-mariense. Sendo assim, o antes arquivado projeto de construção de um Shopping Informal, nos moldes daqueles vistos em centros como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, volta à pauta, mas desta vez para deixar o campo das ideias e efetivamente acontecer.

---

<sup>51</sup> Sobre a informalidade no mercado de trabalho no Brasil, uma pesquisa apresentar que 64% das pessoas ocupadas neste setor são do sexo masculino; 36% tem ensino fundamental incompleto; 37% dos donos de empreendimentos informais tem entre 25 e 39 anos de idade; 46% estão entre 40 e 50 anos. (IBGE/SEBRAE, 2003).

### **3. DO CAMELÓDROMO AO SHOPPING: AS MUDANÇAS DO COMÉRCIO INFORMAL EM SANTA MARIA (2005-2011)**

Este capítulo tem como principal objetivo a compreensão e discussão sobre o projeto de construção do Shopping Popular e, neste recorte, também serão abordadas questões relacionadas à trajetória da empreitada, tal como os desdobramentos envolvendo os interessados na questão. Sendo assim, o contexto analisado compreenderá os anos de 2005, ano da efetiva decisão de construir um novo centro comercial que substituísse o Camelódromo da Avenida Rio Branco, até a virada do ano de 2011, em que ocorreram os primeiros momentos após a mudança dos informais da cidade para o Shopping Independência.

O final do ano de 2004, como mencionamos, apresentou um cenário bem claro acerca da situação da informalidade na cidade, o qual pode ser resumido da seguinte forma: A organização pensada para o Camelódromo era insuficiente, tal como a organização dos órgãos que deveriam auxiliar na administração do empreendimento. Contudo, o setor tomara caminhos que, sem dúvida, impediriam sua degenerescência e retração. Qual o caminho idealizado para solucionar esse paradigma?

Após debates e pesquisas, o governo municipal bateu o martelo e decidiu que a cidade de Santa Maria, da mesma maneira que outros importantes centros urbanos do estado e país – São Paulo, Porto Alegre, Caxias do Sul, Uruguaiana, Pelotas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – teria um Shopping Popular. A ideia de mudar as atividades informais de local era discussão antiga de setores da sociedade da cidade, todavia, essa questão nunca havia chegado a um consenso.

Os contornos que o setor informal da cidade obteve nos primeiros 4 anos da década de 2000, principalmente após o relatório da CPI, não eram nada favoráveis. Os preconceitos e restrições impostas prejudicavam o desenvolvimento das atividades de forma considerável.

Neste contexto, a decisão foi tomada e o Shopping Popular seria construído - mas em qual local? O receio dos envolvidos girava principalmente ao redor desta questão, já que tal posicionamento já havia emperrado mudanças propostas em outras oportunidades. O governo municipal e os setores do empresariado formal pregavam que um local afastado do centro, organizado e amplo seria o ideal para essas práticas. Entretanto, os maiores interessados refutavam tal proposta, pois a troca de uma região central, de fácil acesso e com destaque na cidade por algum estabelecimento distante não era vista como opção beneficiária aos informais.

O projeto inicial tinha como principais características: O Shopping Popular teria 194 estandes distribuídos em três pavimentos. 78 estandes localizados no térreo, 52 no segundo pavimento e outros 64 no terceiro pavimento. No térreo, também ficaria um espaço cultura destinado a abrigar exposições e shows artísticos. No segundo pavimento, estaria situada a Praça de Alimentação e, no último pavimento, a administração geral do shopping<sup>52</sup>.

Sobre isso, o vendedor informal Jorge Prates (2015) afirma, “a Prefeitura e a SMIC fizeram várias propostas, mas nenhuma delas era positiva para nossas atividades. Ir para longe do centro era inviável, até porque muitos já tinham clientela fixa no Camelódromo”.

Essa assertiva pode ser vinculada com a percepção de Lefbvre (2000), a qual apresenta a busca por locais de destaque na região central da cidade como uma disputa de poder, pois quem está próximo do centro político e econômico da urbe tem posição mais rentável para suas atividades. Em suma, a saída do centro da cidade poderia prejudicar os trabalhos e, conseqüentemente, os lucros dos informais.

Notando a irredutibilidade de muitos informais, a Prefeitura solucionou a situação com o projeto de compra do Antigo Cine Independência – localizado na Praça Saturnino de Brito, praticamente ao lado do Camelódromo da Avenida Rio Branco.

Acerca do momento vivido pela informalidade no mercado econômico do Brasil, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) afirmou que, no final do ano de 2003, aproximadamente 25% do total da população ocupada no país estava vinculada ao setor informal. A pesquisa demonstra que, apesar de não terem direitos trabalhistas básicos, mais de 80% dos participantes querem permanecer nesta parte da economia.

O crescimento do setor, de certa forma, ajudou a diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho, já que, no momento da pesquisa, eram aproximadamente 14 milhões de indivíduos desempregados no Brasil. A pesquisa ainda alerta que, mesmo sendo uma solução para os tempos difíceis, a informalidade poderia trazer malefícios para os envolvidos, pois a falta de proteção (renda, continuidade, segurança) gerava constante insegurança.

Comprovando os dados da pesquisa, o jornal A Razão estampou na sua capa a seguinte manchete “Geração de emprego é desafio em Santa Maria. Diariamente, cerca de 300

---

<sup>52</sup> O jornal A Razão apresenta outros detalhes “Térreo – 78 estandes, sendo 74 de 2,50m X 1,80m e 4 de 1,95m X 1,80 m; 2º Pavimento – 52 estandes, sendo 42 de 2,50m X 1,80m, 6 de 1,80m x 2,50m e 4 de 1,95m x 1,90m; 3º Pavimento – 64 estandes, sendo 30 de 2,20m X 1,80m, 29 de 2m X 1,80m e 5 de 1,80 X 2,50m” (25 jun 2005, p. 09).

peças procuram emprego no Sine da cidade”. (23 jun. 2005, p. 1). A cidade, importante centro na prestação de serviços, enfrentava os mesmos desafios dos demais centros urbanos do país, ou seja, mesmo que as políticas públicas propusessem e objetivassem a mudança do quadro recessivo, a amplitude da população que permanecia desassistida era considerável.

A ideia de terminar com a informalidade em Santa Maria havia saído de cena e a intenção era uma só: modificar e transformar o informal em microempresário formal, desejo antigo que surgiu antes mesmo da fundação do Camelódromo. Para tal, o governo passou a convocar os vendedores interessados no projeto para tirar dúvidas e apresentar os prováveis rumos.

O vendedor informal, Jorge Prates (2015), afirma que, a ideia de um Shopping não era novidade na cidade, pois desde o início dos anos 2000 tinham conversas sobre o novo local que seria feito para os camelôs, mas lá por 2005, a decisão foi tomada e muitos dos camelôs foram ouvidos. Outro trabalhador da época, Ulisses Brito (2015) complementa, “o Prefeito convidava os trabalhadores do Camelódromo para muitas reuniões, até mesmo aqueles que estavam nas ruas, parecia que estavam bem interessados em resolver a situação”.

O Jornal A Razão apresentou a seguinte reportagem,

Prefeito recebe informais. [...] O Prefeito Municipal, Valdeci Olivera (PT) irá receber representantes dos camelôs e artesãos para dar maiores detalhes sobre a compra do antigo Cine Independência e, principalmente, com relação ao projeto do Shopping Popular. [...] Na Avenida Rio Branco e Praça Saldanha Marinho, o clima é de suspense quantos aos desdobramentos que a reunião de hoje pode ter. Pelo lado dos camelôs, impera a lei do silêncio. A categoria espera a reunião de hoje para saber se apoia ou não a proposta do Executivo (27 jun 2005, p.14).

Acerca da reportagem, podemos destacar o sentimento de insegurança relacionado a proposta, fazendo com que os informais ficassem receosos sobre as intenções do governo municipal. A vendedora Cleci Dutra (2015) afirma que, “não era a primeira vez que nós íamos receber essas ofertas, mas sempre nada saía, era tudo da boca pra fora”. A entrevistada complementa dizendo que, “alguns foram escutar mais no sentido de cobrar o Prefeito, porque uma das promessas de campanha dele sempre foi a manutenção do Camelódromo na Rio Branco”. Mesmo com possíveis entraves, as reuniões entre o Executivo do município e alguns vendedores informais permaneceram acontecendo constantemente no decorrer do ano.

No mês de julho de 2005, a Prefeitura comunicou à ACASM que o Legislativo municipal havia aprovado o projeto para a aquisição do imóvel que seria o Shopping



Popular<sup>53</sup>. Essa decisão não foi a garantia de que os informais estivessem de acordo com o projeto<sup>54</sup>.

Após a decisão de adquirir o imóvel<sup>55</sup>, surgiram questionamentos importantes sobre os rumos que seriam tomados quando da fundação deste novo local para o informais, isto é, exatamente quais informais iriam para o prédio? São só os camelôs, ambulantes e artesãos ou os vendedores de lanche rápido estão incluídos? Como será a praça de alimentação? Todas estas perguntas e mais inúmeras outras eram permanentes quando o assunto era o projeto.

O governo municipal logo escolheu seu posicionamento e afirmava que apenas aqueles vendedores que estivessem regularmente cadastrados na Prefeitura poderiam ocupar as 200 vagas disponíveis no Shopping. Esse tipo de postura deixava clara a intenção de contenção do comércio informal, pois proibir todas as atividades em logradouros públicos também era desejo do Executivo da cidade.

Neste interim, o empresariado local, setor que nutria em outros momentos rugas com os informais, permaneceu inerte acerca da questão. A iminente mudança dos informais era acompanhada distantemente pelos outros setores. Sobre isso, o comerciante formal, Cláudio Castro (2014) afirma, “o sentimento de dúvida pairava entre todos os santa-marienses, até porque em outros momentos a história de mudança também apareceu em discussão”. O empresário Mário Gaiger (2012) complementa, “nós, empresários, não queríamos o mal dos camelôs, muito pelo contrário, acreditávamos que as mudanças deveriam acontecer para o bem da categoria deles”.

O grupo de trabalho para a elaboração do texto final do projeto foi escolhido pelo governo municipal e apresentado para os interessados. O jornal A Razão apresentou a lista completa dos representantes,

---

<sup>53</sup> A reportagem do jornal A Razão afirma, “Dez votos favoráveis e quatro contrários. Esse foi o placar da votação do projeto que pode significar uma grande mudança na zona central de Santa Maria, com a retirada de ambulantes, camelôs e artesãos do local que hoje eles ocupam e a sua remoção para o Cine Independência” (16 jul. 2005, p. 03).

<sup>54</sup> Na sessão de decisão a favor pela compra do imóvel, algo visto como o ponto de partida para a mudança dos informais, os ânimos ficaram extremados, o Jornal A Razão dá o tom do momento, “os representantes de camelôs e artesãos aplaudiram os parlamentares contrários ao projeto e vaiaram os favoráveis. Encerrada a votação, inconformados com o resultado final, eles não se contiveram alguns parlamentaristas. “Traidores, traidores”, “Nunca mais votaremos em nenhum de vocês”, “Para tirar a gente da rua só à força”, “os ambulantes saem das tuas só mortos” (18 jul. 2005, p. 03).

<sup>55</sup> Segundo Pinto (2012) o imóvel foi avaliado por cerca de R\$ 1,2 Milhões. O pagamento deverá ser feito em 22 parcelas, sendo 21 de R\$ 55 mil e uma no valor de R\$ 40 mil (p.50).

Paulo Ceccim – Secretário Municipal de Turismo e Eventos; Vilson Serro – Secretário Municipal de Planejamento; Altamir Campos – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Pedro Stangharlin – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Ivo Cassol Júnior – Secretário Municipal de Captação e Assuntos Internacionais; Alexandre Bento – Chefe de Gabinete do Prefeito (23-24 jun 2005, p. 05).

A reportagem complementa que entre os atributos do grupo estariam: atuar em todas as fases de implantação do Shopping Popular, acompanhar a sanção do projeto, tratar da elaboração e da assinatura do contrato de compra e venda do imóvel, da captação de recursos públicos e privados para financiar a reforma do Cine Independência, do detalhamento do projeto técnico já apresentado para os camelôs, ambulantes e artesãos, e ainda da distribuição dos espaços no interior do Shopping (A Razão, 2005). Sobre o projeto, Paulo Ceccim afirma<sup>56</sup>

O espaço público tem de ser da população, e não de poucas pessoas [...] Começamos a discussão oferecendo aos ambulantes uma alternativa de muita qualidade, que vai dar condições de que eles possam fazer o seu trabalho com dignidade [...]. Estamos discutindo o espaço público como um todo, como a localização de trailers e feiras. Eu defendo e sempre vou defender, estando na condição de secretário ou de cidadão, que o Município nunca pode abrir mão de devolver o espaço público ao cidadão. Uma praça tem de ser uma área verde, de lazer, de descanso, em que pode haver no máximo intervenções culturais, tendo sempre como eixo central o cidadão, e nada mais do que isso. Tudo o que acontecer fora disso é deturpação.

Merece destaque que dentre os escolhidos para dar os rumos das obras não constasse nenhum representante dos vendedores informais, mesmo que esses trabalhadores dispusessem de 3 associações que tinham como prerrogativa básica o cuidado de seus interesses. Tal postura aproxima-se do que pensa Cacciamali (2000) que compreende essa maneira de agir como um mecanismo costumeiro das políticas governamentais do Brasil, tirando do alcance dos maiores interessados o poder decisório e contestatório. Os informais não eram tratados como grupo autônomo, em muitos casos eram tomadas decisões sem a sua consulta.

Durante o ano de 2005, as questões relacionadas ao Shopping permaneceram no mesmo ritmo, pois os trabalhos do GT responsável pelo projeto dependiam da liberação da verba necessária, algo que não se apresentou tão fácil.

Cabe destacar que, a visão dos vendedores informais sobre a empreitada serve como comprovação das diferenças internas no segmento, isto é, enquanto grande parte dos camelôs demonstravam todo seu descontentamento com a decisões tomadas, os ambulantes e artesãos

---

<sup>56</sup> Segundo reportagem produzida por PREVEDELLO, Carine (2005), disponível em: <[http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=7907&arq\\_db=1&pchave=ambulantes](http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=7907&arq_db=1&pchave=ambulantes)> Acesso em: 13 jun. 2015.

mantinham suas atividades da mesma forma que anteriormente, acompanhando o desenrolar dos fatos.

Retomando as questões discutidas sobre a informalidade, essa postura fragmentada configura-se como característica comum do setor, pois os diferentes interesses envolvidos, na maioria das situações, superam os ideais coletivos. Como afirma Dualibe (2010), a formulação de um conceito de informalidade permanece complicado para os estudiosos, principalmente pela existência de inúmeros direcionamentos e objetivos dentro do grupo.

O quadro vivenciado durante os últimos meses de 2005 permaneceu semelhante no outro ano. Os informais esperavam notícias sobre seu novo local, o governo apenas reforçava suas medidas para conter o trabalho informal nas ruas da cidade e a população assistia aos raros debates da obra que parecia ser apenas mais um elefante branco.

O projeto já estava organizado, o prédio em vias de compra, a população estava ciente das mudanças propostas, a ideia de revitalização da região central da cidade também fazia parte dos planos da Prefeitura Municipal. Entretanto, algo não estava completamente esclarecido: a situação do informais.

Os vendedores informais, foco da pesquisa, nunca se configuraram como grupo homogêneo e de fácil relação. Em momentos diferentes de sua trajetória, as decisões tomadas por uns eram veementemente refutadas pelos outros, e não foi diferente quando o assunto do Shopping Popular veio à tona.

Um grupo considerável de artesãos não desejava trocar seu local no centro para o Shopping, o que não era novidade, já que tais posturas eram comuns entre os trabalhadores do setor. Contudo, a resistência de mudança não se vinculava apenas à questão do local, mas também pela divisão do espaço com informais que tivessem atividades distintas a suas, como, por exemplo, os camelôs.

Como fora mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, os artesãos da cidade gradualmente foram afastando-se de outros segmentos informais, chegando a ter regras diferentes do todo<sup>57</sup>. Além disso, eles não participavam da ACASM (Associação dos

---

<sup>57</sup> Pinto (2014) afirma que os vendedores informais vinculados ao artesanato tinham maior liberdade nas atividades e na liberação de alvarás da Prefeitura, além disso, o piso mensal pago pelo grupo era menor que o cobrado dos demais informais. A justificativa para essa postura distinta girava em torno da ideia de que as atividades dos artesãos não teriam o mesmo apelo financeiro que a dos camelôs – que vendiam produtos industrializados -, por exemplo.

Comerciantes Ambulantes de Santa Maria) tendo sua própria associação, a APASM (Artesãos Profissionais Associados de Santa Maria), responsável pela organização e reivindicações do grupo.

A artesã, Maria de Lourdes Silva (2014) afirma,

Eu sou artesã a quase 30 anos, acompanhei bem todas as histórias da nossa categoria e desde sempre tinha diferença entre os Camelôs e a gente, na questão de produtos e, principalmente, na organização. Com o nosso grupo nunca teve problema de contrabando e polícia e por isso a Prefeitura não “metia a mão” conosco como com eles.

Já a antiga Camelô, Fátima Toledo (2015) diz, “éramos diferentes, mas tínhamos respeito ao próximo. Por essas diferenças, em muitos casos discutíamos e os caminhos escolhidos eram outros, mas nada que criasse conflito, afinal de contas, todos estavam ali atrás do sustento do mês”.

O jornal A Razão apresenta o posicionamento inicial dos artesãos sobre a ideia de um centro comercial que unisse todos os informais do comércio urbano da cidade em um só local, [...] artesãos de Santa Maria aproveitaram o Encontro Regional dos Artesãos, realizado, ontem, na Câmara dos Vereadores, para pedir a criação da Casa do Artesão em Santão Maria (28 mar 2006, p.07).

Mesmo com essas questões em aberto, o Executivo Municipal apresentou a data para que as obras do Shopping estivessem concluídas: agosto de 2007. Nesta data, seria o início dos informais em sua nova morada<sup>58</sup>. Após a apresentação da previsão de término das obras, as dúvidas sobre os rumos que seriam propostos aumentavam e, com isso, os questionamentos por meio dos envolvidos.

Sendo alvo de pressões, o Executivo Municipal, liderado pelo Prefeito Valdeci de Oliveira, decidiu organizar um documento onde objetivava sanar algumas dúvidas sobre o

---

<sup>58</sup> A Razão veicula a seguinte reportagem “O Grupo de Trabalho da Prefeitura responsável pelas ações que irão viabilizar o empreendimento garante que até o mês de Agosto do próximo ano, o Shopping estará em pleno funcionamento. [...] A verba para a reforma do prédio do antigo Cine Independência continua sendo buscada pelo governo municipal. [...] O primeiro recurso do governo federal para o Shopping Popular foi obtido em junho deste ano. O valor inicialmente anunciado, de R\$ 290 mil, caiu para R\$ 250 mil após cortes de gastos registrados nos diversos projetos financiados pelos ministérios. Apesar de garantido, o dinheiro só poderá ser liberado após o período de eleições, isto é, a partir de novembro. A verba já tem destinação certa: será usada para reformar o telhado do prédio do Independência. A administração municipal pretende iniciar a obra de adequação do imóvel e, paralelamente a isso, seguiu na luta por obtenção de mais recursos para o projeto, tanto nos vários ministérios quanto através de emendas parlamentares” (22-23 abr. 2006, p. 08).

Shopping Popular e da Informalidade na cidade. Alguns pontos do documento serão expostos a partir de agora<sup>59</sup>:

- 1) Quanto custará a reforma do prédio e quem pagará? A intenção da Prefeitura é não utilizar recursos do Município para a realização de melhorias no prédio em questão. Para isso existem diversas alternativas, dentre as quais podem ser ressaltadas duas: a) a obtenção de recursos junto ao Governo Federal, tendo em vista que o objetivo é regularizar o comércio informal no Município; e b) a obtenção de recursos através do sistema de parceria público-privadas.
- 2) Aqueles que ocuparem o prédio terão que pagar para trabalhar no local? Sim.
- 3) Haverá espaço para todos os informais da cidade se alojarem neste prédio? Uma vez não havendo espaço para todos, onde serão instalados os que não foram para lá? Sim, para os regularmente cadastrados no Município.
- 4) Após a aquisição desse novo prédio, não será permitida a presença de ambulantes no Calçadão, praça ou seja, em todo centro da cidade? Não será permitida.
- 5) Qual será a situação deste imóvel no que se refere ao atual e ao novo Plano Diretor em relação ao tombamento do prédio? O projeto vai melhorar a situação, porque pretende resgatar a fachada histórica do prédio, que não é a atual.
- 6) Qual a previsão do custo de manutenção do prédio e quem pagará as taxas de água, luz e etc? A ideia é aplicar a regra dos condomínios, ou seja, pelos usuários dos espaços.
- 7) Qual será a contraprestação que o município receberá em troca dessa vultuosa despesa financeira? Em primeiro lugar, não se trata de “despesa” e sim de “investimento”, cujo retorno nem sempre se dá em dinheiro. No caso, o retorno viria, principalmente, na forma de vantagens sociais, tanto para a comunidade, que teria o centro da cidade disponível, ao contrário do que hoje acontece, como para os próprios informais, que passaria a ter um lugar mais digno para trabalhar.

Após analisar os fragmentos deste documento, podemos afirmar que a intenção do Executivo Municipal não era apenas organizar os vendedores informais, mas erradicar a prática completamente. A intenção de transformar os trabalhadores em microempresários era objeto de desejo do governo desde a construção do Camelódromo, contudo, por culpa da

---

<sup>59</sup> Documento publicado na íntegra no jornal A Razão (30 jul 2006, p. 12).

desorganização do espaço destinado e também pela incidência das crises econômicas, não fora possível colocar isso em prática.

Outro ponto a ser mencionado, é aquele que diz respeito a um fechamento para novos trabalhadores do setor, ou seja, aqueles que estivessem regularizados poderiam ir para o Shopping, mas os irregulares e outros que pudessem inserir-se posteriormente no grupo ficariam incapacitados de fazê-lo. A discussão sobre essa mudança da informalidade para a formalidade era um objeto recorrente de debate, pois a dificuldade de manutenção no setor formal do empresariado causada, entre outros fatores, pela alta tributação, preços de imóveis e disputa de mercado, era questão nevrálgica. A resistência de mudança de local também tinha fatores relacionados a estes pontos, pois como afirma, José Mafalda (2012),

A resistência dos trabalhadores não era unicamente pelo local, mas também por ser fechado e por ser obrigatória a mudança de forma de trabalho. No Camelódromo tínhamos maiores liberdades, o que parecia é que no Shopping, nós tínhamos um controle mais próximo e até limitador. A proposta de tornar-se microempresário assustava, porque a tributação seria maior e nem sempre nossos rendimentos eram constantes, porque em algumas épocas tínhamos maior movimento e o preço do Camelódromo era mais acessível.

Todos estes acontecimentos, nos últimos tempos, geraram muita curiosidade sobre como estava organizado e composto o setor informal de Santa Maria e, pensando nisso, o instituto Vox Populi, sob encomenda do Sebrae<sup>60</sup>, desenvolveu uma pesquisa que objetivava traçar um perfil destes trabalhadores. Segundo a pesquisa<sup>61</sup>:

- 60% dos empreendedores informais são mulheres, contra 40% que são homens.
- Índice de escolaridade é muito baixo: 65% dos empreendedores informais têm até o ensino fundamental e apenas 22% fizeram curso técnico. Apenas 4% possuem ensino superior.
- A maior parte dos empreendimentos informais está em comércio e reparação (34%), seguido pelo setor de indústria da transformação (26%) e construção (12%).
- Para abrir negócios informais é necessário investir em média R\$ 2.321,00, valor que gera um faturamento anual em torno de R\$ 7.737,00.
- Quase todos os informais não têm sócios (85%), nem contratam funcionários (78%). Apenas 22% geram até dois empregos.

<sup>60</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

<sup>61</sup> Disponível na edição do jornal A Razão (5-6 ago 2006, p.13).

Podemos notar que o setor informal ainda era visto como um refúgio daqueles que não dispunham das mesmas oportunidades que a maioria da população, isto é, em muitos casos, as atividades informais podem ser concebidas como reflexo da grande desigualdade enfrentada no país. Notando esse contexto, o governo federal, através da Previdência Social desenvolveu um caminho para que a informalidade não fosse apenas uma atividade que gerasse benefícios financeiros e momentâneos, mas que possibilitasse um futuro com maior tranquilidade e possibilidades.

O chamado, Contribuindo Individual seria uma forma de possibilitar aqueles cidadãos que não dispusessem de carteira-assinada, isto é, de vínculo empregatício formalizado. A forma de contribuição seria recolhida mensalmente (20% da renda) e, com isso, o beneficiado teria disponível as mesmas benesses que o trabalhador com carteira assinada, como auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria.

Os benefícios que antes eram ponto de reclamação dos grupos contrários ao setor informal estavam sendo alcançados. Neste contexto, a mudança para um modelo formalizado, que consistia em maiores gastos, não parecia ser um dos melhores caminhos a ser trilhado. Jorge Prates (2015) afirma,

não existia comparação da situação do passado com aquela que nós conseguimos na época do Camelódromo. Eu comecei a trabalhar na informalidade em 1996 e em 1998 tinha minha banca no Camelódromo e, olha, minha vida melhorou muito, porque nós tínhamos o aluguel mensal, mas na balança, aquele valor era mínimo. Ser formal era algo que ninguém desejava, ser formal para que? Só se fosse por status.

O comerciante José Mafalda (2012) complementa,

A situação no Camelódromo era ótima para todos. Os problemas existiam, mas isso tinha em todo lugar. Eu consegui comprar casa, carro, dar faculdade para meus filhos, tudo isso com meu suor no Camelódromo. Quando quiseram obrigar a mudança de lugar e também que todo mundo fosse formalizado, óbvio que nem todo mundo gostou, eu me incluo nisso.

Mesmo com todas essas questões em aberto, os tempos permaneciam tranquilos entre os interessados e nem mesmo a data prevista para a finalização do projeto, dezembro de 2007, mudava a tônica do momento. Alguns informais nem acreditavam nas obras, afinal de contas, não era a primeira vez que a mudança era proposta. José Mafalda (2012) afirma, “na verdade, só tomaríamos posições firmes quando a obra estivesse ao pleno vapor”.

Entretanto, essa calma foi interrompida bruscamente no dia 14 de novembro de 2006, onde um dos maiores medos dos envolvidos finalmente tornou-se realidade. O jornal A Razão estampou e destacou em sua capa “Dia de guerra no centro de Santa Maria: Operação

da Receita Federal, Polícia Federal, Brigada Militar apreendeu mercadorias ilegais no Camelódromo. Revoltados, camelôs obrigaram o comércio a fechar as portas e foram reprimidos pela política” (14 nov 2006, p.01).

A ação dos fiscais não foi vista de maneira positiva pelos vendedores informais, pois aquela fora a primeira grande operação conjunta que ocorrera desde a fundação do Camelódromo<sup>62</sup>. A surpresa da empreitada e a consequente revolta dos investigados logo tomou conta do Camelódromo e, como forma de protesto, vendedores informais passaram a pressionar os comerciantes da Rua do Acampamento e do Calçadão a fecharem as portas de seus estabelecimentos. Com a negativa de alguns, ocorreram desentendimentos e a Brigada Militar agiu com a intensão de reprimir e conter os informais<sup>63</sup>.

Sobre este conflito, o vendedor informal, Carlos Peixoto (2015) afirma que,

Aquele dia foi muito triste. Era bem cedo e do nada a fiscalização começou a revirar os produtos do Camelódromo. As fiscalizações aconteciam, mas não de forma tão bruta. Muitos vendedores foram desrespeitados e perderam todas as suas mercadorias. Quando acabou a vistoria, muitos de nós queríamos protestar pelo que havia acontecido e decidimos mostrar para todo mundo como a gente estava se sentindo. A polícia agrediu muita gente e teve pessoas que foram para o hospital, foi horrível.

Heitor Jacques (2014), vendedor informal na época do Camelódromo, afirma,

Os fiscais chegaram e solicitaram as notas da mercadoria. Depois disso, quem não tinha tentou justificar, mas a ordem parecia ser clara, apreender tudo que estivesse fora da ordem. Entendo que eles estavam cumprindo o papel deles, mas nem todo mundo pensou assim. Depois quando o pessoal decidiu ir fechar as lojas, eu sabia que isso ia dar confusão. A culpa não era do lojista do Calçadão, daí deu no que deu.

A postura dos vendedores informais de forçar o fechamento do comércio na região central da cidade levou ao retorno de problemas relacionados ao trato entre os informais e os formais<sup>64</sup>. Como mencionamos, em muitos momentos, o setor formal do empresariado local

---

<sup>62</sup> A confusão ocorreu porque os camelôs resolveram protestar contra a ação da Receita Federal, que teria sido a maior desde a inauguração do Camelódromo, no início dos anos 90, e envolveu 46 agentes do órgão, 20 policiais federais e mais de 60 policiais militares, incluindo integrantes do Batalhão de Operações Especiais (BOE) de Santa Maria.

<sup>63</sup> O jornal A Razão afirma que, “a ação da polícia visa manter a ordem. Os indivíduos estavam depredando a Acampamento e já tinham depredado o Calçadão. Os lojistas estavam tendo que fechar as lojas. [...] Foram jogadas bombas de gás lacrimogêneo e disparados tiros de bala de borracha em direção aos camelôs. O BOE conseguiu reconhecer os manifestantes e encaminhou os líderes do movimento para a delegacia” (14 nov. 2006, p.08).

<sup>64</sup> O jornal A Razão apresenta em reportagem o seguinte relato do Presidente do Fórum de Entidades Empresarias de Santa Maria, Saul Souza “o que ocorreu na segunda-feira foi uma consequência do fato do comércio informal ter se expandido demais na cidade. A questão é que os informais conquistaram um espaço muito grande no município. Hoje, quando for executar a lei ao pé-da-letra, tentar tirar um pouco desse conforto que eles



havia pressionado o Executivo Municipal por uma solução e isso era motivo de reclamações dos informais, os quais pregavam que eram perseguidos pelos empresários da cidade.

Após a atitude de forçar o comércio da cidade, o empresariado local cobrou medidas firmes do governo municipal, no sentido de punir os envolvidos e, até, de ressarcir aqueles que tiveram prejuízos pelas atitudes dos revoltosos. Por sua vez, o BOE de Santa Maria teve de explicar os motivos da truculência apresentada devido aos apetrechos utilizados para conter aqueles que protestavam.

O restante do ano foi de baixo movimento no Camelódromo, muito disso motivado pelo ocorrido em meados de novembro, o que levou a crer que a população aparentava não concordar com a atitude despendida dos informais. As obras do Shopping não haviam começado, a fiscalização tornou-se recorrente e o setor informal da cidade passou a ter postura mais contrária que anteriormente, ou seja, a situação da informalidade em Santa Maria não estava nada favorável.

Sobre este momento, Mário Ferreira (2014) afirma,

Depois daquele problema no Calçadão as vendas despencaram muito. Acho que foi por causa disso mesmo, o povo não queria mais ser visto no Camelódromo e muitos achavam que todo mundo ali era bagunceiro e que concordava com aquilo. Nas ruas também ficou complicado, já que a Prefeitura queria acabar com o comércio nas esquinas. Muitos que antes estavam descontentes com a ideia do Shopping, até começaram a ver aquilo como uma boa saída.

Acerca do dito pelo entrevistado, podemos tecer algumas considerações importantes, tais como: a ideia de que o Shopping poderia ser uma saída e a questão da diferenciação dentro do grupo são pontos relevantes, pois, a homogeneidade era inexistente dentro da informalidade e mesmo a mudança de local dividia opiniões. Antes, o Camelódromo já era tido como problema para a cidade, seja esteticamente ou no quesito organização, após o episódio, tudo foi potencializado.

O ano de 2007 era para começar com grandes obras e preparativos para o novo Shopping, mas nada disso aconteceu. O entrave na liberação das verbas, as decisões, nada parecia ajudar no desenvolvimento das obras. A sensação de que o prazo dado não seria cumprido aumentava e a confirmação veio no mês de março de 2008.

---

adquiriram, acontece o que ocorreu. [...] Tudo que aconteceu em Santa Maria demonstra a impotência do poder público de proteger o pessoal que paga impostos e gera empregos (15 nov. 2006, p.14).

Em julho de 2007, a Prefeitura decretou que as obras teriam início e que os resultados seriam vistos rapidamente. A reportagem do jornal *A Razão* apresenta o contexto,

Todos os artesãos, camelôs e vendedores ambulantes em um só local, no centro da cidade, dentro da legalidade e com todas as condições de trabalho. Com a liberação das obras do Shopping Popular, que será instalado no antigo Cine Independência, e contará com uma área de 1.050 metros quadrados. [...] O total de investimentos para a implantação do Shopping será de R\$ 1,3 milhão. A obra de restauração do prédio, na Praça Saldanha Marinho será feita pela BK Construções, mesma empresa que está trabalhando na construção do Carrefour. O hipermercado firmou a parceira através da destinação de R\$ 1 milhão, a fundo perdido, como contrapartida pelos investimentos no município. O valor restante é proveniente de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Paulo Pimenta, através do Projeto de Inclusão Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (28-29 jul 2007, p.14).

O prazo de entrega ficou previsto para dezembro de 2007, sendo assim, a definição de quem iria para o Shopping e quais as formas de organização do novo espaço passaram a ser discutidas. Neste contexto, ficou decidido que os vendedores que fossem para o Shopping deveriam declarar seus bens, descrever suas atividades e comprometerem-se a transformarem-se em microempresários formalizados, pois haveria um esquema de rotatividade dentro do novo centro - proposta pensada desde a fundação do Camelódromo, mas jamais colocada em prática.

Acerca da aceitação da mudança, o jornal *A Razão* afirma,

Entre camelôs, ambulantes e artesãos já há os que aceitam a ideia de serem transferidos para o Shopping Popular, mas a grande maioria segue contrária a proposta de deixar o espaço público que hoje ocupam. Os motivos da resistência à mudança são diversos e variam conforme a categoria profissional. A preocupação comum de todos é quanto a uma eventual queda nas vendas por se tratar de um lugar fechado, e a indefinição dos valores que serão cobrados de quem for para o local. Embora não digam abertamente, os camelôs, por exemplo, temem que a transferência resulte no aumento da fiscalização sobre as mercadorias vendidas por eles, em boa parte originárias do Paraguai. Eles também apontam como problema a questão da previsão de rotatividade na ocupação dos boxes (28-29 jul 2007, p.15).

Neste contexto, os vendedores que trabalhavam no Camelódromo queriam respostas concretas sobre o que aconteceria com eles, mas os representantes do GT responsável pela obra deixaram claro que no primeiro momento a infraestrutura era a preocupação central<sup>65</sup>.

Mesmo sendo salientado pelos membros do GT que todos os assuntos seriam discutidos, os maiores interessados na mudança estavam receosos com o silêncio predominante acerca dos fatos. José Mafalda (2012) afirma, “ninguém sabia quem poderia ir,

---

<sup>65</sup> Paulo Ceccim lembra que primeiro o GT tratará dos projetos técnicos. “Estamos entrando na segunda fase que é o estudo da regulamentação e da forma como o Shopping irá operar. Por isso, já temos discutido com os interessados a mudança para o local e a melhor ocupação do espaço” (*A Razão*, 13 set 2007, p. 10).

nem quanto pagar, nem como seria a divisão pelos andares. Sabíamos, na maioria das vezes, pelo que saía no jornal”. Heitor Lopes (2015) complementa que, “muitos camelôs procuravam os responsáveis pela obra e alguns vereadores na busca por respostas, mas a fala era sempre a de promessa de reunião”.

O tempo passava e a obra convivia com atrasos, já que a empresa responsável chegou a alegar que questões de segurança impediam a rapidez da empreitada. Por fim, a data da inauguração foi modificada novamente, desta vez, para março de 2008<sup>66</sup>. Com a aproximação deste novo prazo, outros motivos foram levantados para a estagnação do projeto, o mais difundido foi a ideia de que, como o ano de 2008 seria de eleições, qualquer obra pública que fosse concluída poderia ser entendida como propaganda política. Em suma, o ano passou, as eleições foram decididas, com a vitória do candidato Cezar Schirmer (PMDB).

Contudo, o ano não pode ser visto apenas como problemático para os informais, no mês de dezembro, o governo federal implementou uma nova lei que auxiliaria os vendedores a passarem para o setor formal sem modificar muito sua carga tributária, ou seja, poderiam ser formais e pagar um valor baixo de impostos. Surge então, a MEI (Microempreendedor Individual), por definição, ela seria<sup>67</sup>,

Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 40,40 (comércio ou indústria), R\$ 40,40 (prestação de serviços) ou R\$ 45,40 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS.

Para alguns vendedores entrevistados, o MEI era visto como uma boa alternativa, principalmente pelos valores despendidos para conseguir participar. Vânia Toledo (2015) afirma, “no início não tínhamos ideia do era mesmo essa lei, mas alguns foram se informando e passando os detalhes para os outros”. José Mafalda (2012), sobre o mesmo ponto, afirma

---

<sup>66</sup> “Só mais 3 meses na Rio Branco: atraso na obra do Shopping Popular obrigou a Prefeitura a mudar de plano. Até março, novo prazo para a conclusão da reforma do Cine Independência, camelôs permanecerão na avenida” (A Razão, 7 dez 2007, p.01).

<sup>67</sup> Disponível em: <[www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

“era uma boa saída mesmo, porque a maioria não contribuía com a Previdência e a idade chega para todo mundo”. Carlos Peixoto (2015), complementa,

o pagamento era pequeno e os benefícios eram enormes, não tinha como não participar. Quando pressionavam que a gente passasse por lado da formalidade, sempre era dito pra ser empresário no sentido tradicional, mas para o camelô, essa forma era praticamente suicídio. Com essa lei era diferente, eles respeitavam as características dos trabalhadores.

A questão da Previdência Social ainda era um ponto problemático nas atividades informais do país, pois, como apontava uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Previdência Social, cerca de 36% da população que trabalhava, com 16 a 59 anos, estava fora do regime de contribuição. Esses 28,8 milhões de brasileiros tinham, em sua maioria, 30 e 40 anos e recebiam de um a dois salários mínimos e trabalhavam no setor de serviços, comércio ou trabalho doméstico. Não tinham nenhuma garantia de renda quando não estiverem mais com idade de trabalhar. Dados da pesquisa apontaram que apenas 15,8% daqueles que trabalham na informalidade contribuía.

Schulz [et. al, 2013] afirma que, com o surgimento da MEI, o quadro da informalidade mudou na cidade de Santa Maria, pois o número de contribuintes teve considerável aumento e a proposta do Shopping Popular também auxiliou na mudança da mentalidade dos trabalhadores. A formalidade deixou de ser um objetivo distante, de certa forma, as políticas públicas, tão criticadas e até responsabilizadas pelo crescimento do setor, passaram a apresentar saídas para a situação enfrentada<sup>68</sup>.

Em 2009, a Prefeitura substituiu o antigo grupo de trabalho responsável pelo Shopping e passou a discutir o antigo projeto. Uma das alegações para a troca de membros fora a de que o prazo antes prometido não fora cumprido, além de que os desdobramentos das obras estavam muito aquém do necessário para dotar o novo estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades comerciais<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Sobre isso, o Jornal A Razão mostra como a cidade lidou com a nova lei “A Prefeitura Municipal criará um Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, que ficará encarregado de gerenciar a categoria. [...] Deverá ser instalado no térreo do Centro Administrativo a “Sala do Empreendedor”, local onde os empresários poderão esclarecer dúvidas e conseguir orientação de como conseguir o alvará de funcionamento (4 nov. 2009, p. 07).

<sup>69</sup> O Jornal A Razão informa que, “A comissão responsável por tratar da transferência dos camelôs, ambulantes e artesãos de Santa Maria para o Shopping Popular fez um pedido especial à Procuradoria do Município: verificar a legalidade do empreendimento. De acordo com a Procuradoria, a regulamentação deve ser feita por Lei e pode ser de duas formas. Através de decreto, regulamentando o artigo 200 do Código de Posturas, que permite o comércio de ambulantes em vias públicas do município. Ou através de Lei Ordinária, com aprovação de projeto pela Câmara de Vereadores (20 mar. 2009, p.06).

Para organizar as obras do Shopping, o Executivo local passou a fazer um levantamento sobre quantos vendedores informais existiam de fato nas ruas da cidade. Os dados levantados foram expostos pelo jornal A Razão,

No trecho da avenida Rio Branco, entre a Silva Jardim e Venâncio Aires, existem 91 camelôs estabelecidos junto ao canteiro central. Na Praça Saldanha Marinho e largo do Viaduto Evandro Behr estão instalados 51 artesãos. Distribuídos pelas ruas centrais de Santa Maria pode-se encontrar 48 vendedores ambulantes. Desses, apenas os artesãos não possuem cadastrado na Secretaria de Finanças. Os demais constam no sistema da Prefeitura, com dados pessoais e pontos específicos de comércio. Cada um deles paga uma taxa mensal por ocupação do solo, que varia entre 22 Unidade Fiscais do Município (UFM) para ambulante – cerca de R\$ 43 – e 43 UFM para Camelô – R\$ 84 (20 mar 2009, p.09).

A partir da reportagem mencionada, parece clara a diferença existente entre os três grupos analisados no trabalho (Camelôs, Ambulantes e Artesãos), principalmente quando vislumbramos as questões de localização e de licença aos grupos. Segundo José Mafalda (2012), as diferenças não paravam por aí, “Os grupos tinham somente uma coisa em comum: a busca por melhores condições de vida”. Vânia Peixoto (2015) fala sobre a relação dos trabalhadores, “era amistosa no trato, mas quando surgiam questões sobre interesses, sempre haviam discussões e, geralmente, nada era decidido.

Os entraves para o desenvolvimento e organização da informalidade na cidade sempre foram diversos, contudo, o relacionamento entre os envolvidos, na maioria dos casos, dificultou as resoluções. Como já afirmado no texto, o grupo dos artesãos tanto distanciavam-se dos pensamentos dos demais que dispunham de associações que cuidavam dos seus interesses. Os ambulantes era o grupo com constante mobilidade e acusado, em muitos casos, de serem responsáveis pelos problemas dos informais, já que seu local de trabalho era incerto e, em certos momentos, causavam descontentamentos por parte de outros segmentos da sociedade santa-mariense. Por sua vez, os camelôs eram apontados como os beneficiados pelo governo municipal, muito pelo maior contingente, pelo Camelódromo e por serem os mais ouvidos quando as questões eram debatidas. Por isso, a unidade entre os grupos participantes da informalidade não passava de uma ilusão.

Após os lamentáveis acontecimentos de 2006, onde os informais entraram em conflito com a polícia militar, a fiscalização dos informais passou a ser constante e, como afirma, Vânia Toledo (2015) “humana”. A fiscalização tinha como principal intuito a não permissão de novos focos de informalidade na cidade, isto é, a manutenção do número

existentes até a mudança para o Shopping Popular. A ideia era de que a fiscalização, depois da fundação do novo centro comercial, atuasse em dois sentidos: contenção e organização<sup>70</sup>.

Pinto (2012), em novembro de 2009, a Prefeitura publicou o edital para a abertura de licitação para a contratação da empresa, que concluiria as obras internas do Shopping Popular<sup>71</sup>. A empresa vencedora estaria obrigada a cumprir, no prazo de três meses, as reformas planejadas e, com seus recursos, deixar o espaço apto para as práticas comerciais o mais rápido possível. A vencedora da licitação foi a empresa CPC, de Santa Maria, a única que decidiu participar da disputa e que conseguiu o direito de administrar o local durante dez anos, com a possibilidade de prorrogação de mais dez anos<sup>72</sup>.

Parecia que finalmente, o Shopping sairia do papel e as mudanças na vida dos informais seriam postas em prática. O ano de 2009 estava finalizando e todos os envolvidos sabiam que o ano seguinte seria de muito trabalho, discussão e, principalmente, mudanças.

De acordo com as remodelações feitas no projeto, o número de estandes passou dos antigos 194 para 205 boxes, mantendo o mesmo tamanho. A previsão do término das obras ficou para o mês de maio<sup>73</sup> e, posteriormente mudado, para julho de 2010.

A questão de mudança de local tornou-se ponto de maior debate nos meses que anteciparam a inauguração do Shopping. Alguns trabalhadores do Camelódromo mantinham

---

<sup>70</sup> O jornal A Razão noticia que, “Eles têm como função assegurar que nenhum novo vendedor ambulante se instale na cidade. Desde 2005, são 200 cadastrados. Cada um deles paga taxa mensal de R\$ 80 pela licença que permite uso do solo. Novas “vagas” só serão disponibilizadas com abertura do Shopping Popular, no prédio do antigo Cine Independência, caso haja oferta de espaço. A estrutura vai abrigar camelôs e ambulantes em um mesmo local (07 set. 2009, p. 07).

<sup>71</sup> O jornal A Razão afirma que, “essa semana, a Prefeitura aprontou o edital para selecionar uma empresa que terminará o Shopping. A selecionada terá que investir cerca de R\$ 1,2 milhão e se responsabilizar pelo gerenciamento do local. Em contrapartida, poderá explorar serviços comerciais, loterias, Correios, praça de alimentação e espaço cultural, entre outros, no terceiro andar. As propostas serão abertas no dia 18 de dezembro e a previsão é que até março a estrutura esteja pronta” (20 nov. 2009, p.09).

<sup>72</sup> Segundo a publicação “Após a assinatura do contrato e da Ordem de Serviço, em um ato simbólico o prefeito entregou as chaves do local para o empresário Rafaelle Barbosa, diretor da empresa. Schirmer elogiou a coragem do empresário que foi o único que se interessou e apresentou proposta no processo de licitação. Em seu pronunciamento, o prefeito ressaltou que aquele é um espaço nobre, que dará dignidade as pessoas que estão na rua. Além disso, segundo o prefeito, os comerciantes estarão ao abrigo do tempo, com segurança e condições de higiene: “este ato se reveste de um simbolismo dos novos tempos”, salientou o prefeito se referindo à recuperação e revitalização do centro “que está tão pouco a altura de uma cidade que se ama e se respeita”. Disponível em: <[www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=19425&arq\\_db=1](http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php?secao=noticias&id=19425&arq_db=1)>. Acesso em 19 de junho 2015.

<sup>73</sup> O jornal A Razão afirma que, “Túnel e Shopping Popular só para maio. Depois de prorrogado prazo, entrega do Shopping Popular deve acontecer no dia 15. [...] Após pedido de prorrogação do prazo de entrega pela CPC – empresa responsável pelas obras internas e gestão do Shopping – ficou para o dia 15 de maio a conclusão das obras do prédio que vai abrigar os camelôs e artesãos” (9 abr. 2010, p.05).

a posição irredutível de não sair da avenida Rio Branco, em contrapartida, a Prefeitura Municipal adotava uma postura firme sobre a questão, afirmando que a troca seria inevitável, ou seja, sem volta.

Contudo, nem tudo estava completamente de acordo com os desejos do Prefeito Cezar Schirmer, o qual explicitou em vários momentos o descontentamento com a escolha do local. Para ele, seria mais apropriado desenvolver as atividades informais em um bairro mais afastado do centro, entretanto, as ressalvas foram deixadas de lado e os trabalhos estavam sendo rapidamente desenvolvidos<sup>74</sup>.

A cidade de Santa Maria, no ano de 2010, conviveu com inúmeras obras que visavam melhorar o funcionamento e resgatar pontos históricos importantes da cidade. Neste contexto, o Shopping Popular auxiliaria na revitalização de um monumento importante da urbe, o antigo Cine Independência. Além do Shopping, um Túnel na Avenida Rio Branco, as reformas das calçadas do centro e a revitalização dos canteiros da avenida estavam previstas para serem acabadas.

Com a iminente mudança, a ACASM propôs ao Executivo Municipal que o Camelódromo descesse duas quadras mais abaixo da Rio Branco e que a Prefeitura compreendesse isso já fazia parte da paisagem da cidade, deixando assim, o novo Shopping para outros vendedores informais. A Prefeitura negou qualquer tipo de mudança na pauta e afirmou que o Camelódromo deixaria de existir definitivamente.

Os vendedores informais criticavam a postura intransigente do governo municipal e, em vários momentos, acusaram os responsáveis pela política da cidade de não importarem-se com as opiniões vindas do setor mais interessado<sup>75</sup>. José Mafalda (2012) afirma que, “o

---

<sup>74</sup> O jornal A Razão afirma que, “O projeto do Shopping Popular foi elaborado a fim de garantir aos trabalhadores informais a possibilidade de desenvolverem suas atividades comerciais, culturais e artesanais em área com equivalente potencial econômico, garantindo a subsistência própria e de seus familiares. [...] Embora o prefeito Cezar Schirmer tenha ressalvas ao local escolhido pela administração passada, para a instalação do empreendimento, o prefeito concorda que a área é provida de infraestrutura necessária para a realocação dos ambulantes, artesãos e camelôs. No Shopping Popular, segundo a Prefeitura, os informais atuarão com legalidade, segurança, conforto e higiene” (23-24 jan 2010, p.12).

<sup>75</sup> Sobre isso, o jornal A Razão informa, “Segundo o representante dos Informais, Paulão, garante que os informais não querem sair de onde estão. “Não é bem assim. Eles vão ter que conversar”. [...] Segundo o representante, as informações que os Camelôs têm sobre o local é que os estandes são muito pequenos. A metragem de um metro e meio por um metro e oitenta, não seria a ideal. “Nós não vamos aceitar ir para lá, porque não tem as mínimas condições. O espaço é mínimo, é impossível trabalhar num local desses”. [...] Outra questão é levantada são os riscos do local que não possui escada de incêndio e nem saída de emergência, além do risco de doenças com mais de 600 pessoas trabalhando fechadas no local. “A gente vai esperar. Vamos ver o que vai acontecer e depois vamos partir para a briga”, diz Paulão” (27 abr. 2010, p.11).

diálogo não existia, muitas das decisões nós ficamos sabendo pelo jornal ou pelo boca a boca”. Paulo Pires, ambulante na época, “muitas vezes nós tentamos falar com os vereadores e com Mânica, mas sempre tinha um problema que fazia ter cancelamento da reunião”. Carlos Peixoto (2015) complementa, “ficou claro para todo mundo que a intenção era simplesmente de tirar os camelôs e acabar com o Camelódromo, infelizmente o diálogo não existia mesmo”.

Até membros do Legislativo Municipal teceram críticas à postura da Prefeitura, “os vereadores Sérgio Ceccin e João Carlos Maciel vistoriaram as instalações. [...] Ambos destacaram a falta de comunicação entre a Prefeitura e os comerciantes. “Faltou diálogo, faltou bom senso, faltou uma comissão organizadora da Prefeitura”. O vereador comenta ainda que não foram discutidos com os informais sobre os valores, nem sobre o espaço em cada estande<sup>76</sup>.

As reivindicações neste sentido ganharam espaço na mídia da cidade, algo que pressionou os responsáveis do projeto a se reunirem para discutir os pontos mais importantes da mudança, tais como: data, quem iria para o Shopping, como seria a escolha e etc<sup>77</sup>. Além disso, o governo municipal pretendia discutir com os informais a possibilidade de certos investimentos no setor, como a facilitação de créditos aos vendedores, algo que antes era dificultoso, devido à falta de garantias apresentadas pelos trabalhadores e a transição para o setor formal.

O cadastramento daqueles que iriam para o Shopping teve início no começo do mês de maio<sup>78</sup> e contou com a participação da maioria dos vendedores do Camelódromo logo nos primeiros dias. Essa postura foi vista como benéfica e, em certo ponto, com sentimento de alívio pelo governo municipal, que receava a baixa procura. Nestes momentos de

---

<sup>76</sup> A Razão (27 abr. 2010, p.11).

<sup>77</sup> O jornal A Razão noticia que, “O Camelódromo de Santa Maria recebeu uma visita inusitada na tarde desta quinta-feira. O Prefeito Cezar Schirmer esteve no local para um diálogo com os trabalhadores a respeito da mudança do atual ponto de vendas para o Shopping Popular na Praça Saldanha Marinho, que está em fase final de obras. [...] O chefe do Executivo explicou o motivo da visita. “Agora é o momento de diálogo quanto ao shopping, e para evitar o diz que me diz, prefiro uma comunicação direta, e como todos nós somos cidadãos, queremos uma boa saída através do diálogo. [...] A ideia da visita era demonstrar boa vontade com que está tratando o assunto, e convidar os trabalhadores para que visitem as obras do Shopping Popular (07 maio 2010, p.09).

<sup>78</sup> A Razão noticia que “67 ambulantes já cadastrados. [...] Cadastramento da categoria aconteceu ontem. (11 maio 2010, p.10).



cadastro, os vendedores tiveram a notícia de que o aluguel seria de R\$ 140,00 até o final do ano.

O valor deixou alguns segmentos descontentes, pois alegavam que o custo, superior ao pago no Camelódromo, prejudicaria a manutenção das atividades e, por consequência, a expulsão por inadimplência do novo local. O grupo responsável pelo projeto, salientou que uma política de linha de crédito seria elaborada e que os trabalhadores teriam condições de manter-se, sem o risco de perder seu espaço.<sup>79</sup>

Sobre isso, Vânia Peixoto (2015) afirma, “o medo da maioria era a manutenção no Shopping. Todos tinham local garantido no Camelódromo e clientela fixa, mas com a mudança, nada era garantido. O valor assuntou em um primeiro momento e muita gente passou a ameaçar de não sair do Camelódromo”.

Marion Gonçalves (2015) afirma que, “eu era um daqueles que concordava com a mudança, até porque a infraestrutura do Camelódromo era péssima, mas daí surge o valor do aluguel, a história que a fiscalização ia ser mais pesada, a rotatividade dos boxes, isso assuntou mesmo. José Mafalda (2012) diz, “do nada já tinha data para desapropriar, valor para pagar e já tínhamos que fazer cadastro. Tudo foi rápido e sem conversa”.

Em meados de maio, o Shopping foi batizado. Através de uma pesquisa popular, o nome decidido foi Shopping Independência, o nome venceu as outras opções (Shopping do Coração, Centro Popular de Compras, Espaço Popular de Compras).

Cerca de 300 trabalhadores (entre artesãos, ambulantes e camelôs) procuraram a Prefeitura para fazer a inscrição. Como podemos notar, o número era maior do que as vagas disponíveis. Neste sentido, haveria um sorteio para ver quais os vendedores rumariam ao Independência e também em quais bancas eles trabalhariam.

Mesmo com a proximidade do final das obras, a organização daqueles que desempenhariam seus trabalhos no novo Shopping, medidas para facilitar os primeiros momentos naquele local, existia receio entre os envolvidos em um ponto: a transferência. Pois,

---

<sup>79</sup> O jornal A Razão afirma que, “os vendedores informais procuraram intensamente no início dessa semana os responsáveis pela ICC (Instituição Comunitária de Crédito), que tem por objetivo atender empreendedores formais e informais de pequeno porte, que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional. As condições de financiamento eram as seguintes: Valor médio de crédito: R\$ 1.500; Valor Máximo de crédito fica em R\$ 10.000,00; O prazo de financiamento é de 12 meses; A inadimplência fica em 2%; A taxa de formalização de negócio é 35%. Ou seja, com o apoio da ICC, 35% dos informais já se formalizaram; Com o aporte da Prefeitura, a previsão de 630 postos de trabalho gerados e fortalecidos” (11 jun. 2010, p. 03).

como fora mencionado, não havia concordância entre todos, alguns grupos tentavam ainda medidas para evitar as mudanças e, levando em conta o acontecimento de 2006, a população santa-mariense tinha medo de conflitos<sup>80</sup>.

Como forma de demonstrar força, o Executivo Local, encabeçado pelo prefeito Cezar Schirmer assinou o Decreto Executivo nº 065. De acordo com o documento, a partir de 25 de junho, quem fosse pego praticando comércio de mercadorias em vias públicas teria seus produtos apreendidos e o sujeito responsável poderia ter que pagar multa nos termos da Legislação Municipal.

O decreto em questão também detalhava a localização e tamanho de cada estande, tal como a listagem dos agraciados com o espaço e os valores que seriam cobrados após a virada do ano<sup>81</sup>,

Na primeira fase do empreendimento os comerciantes pagarão um valor fixo, onde já está embutido o valor do condomínio. Os valores dos boxes foram calculados conforme o tamanho e a posição do estande dentro do Shopping. O menor valor é de R\$ 105, para 36 boxes localizados no primeiro pavimento, e o maior é de R\$ 490 que serão pagos por seis comerciantes também localizados no mesmo piso. A listagem completa dos valores é a seguinte: Setor A = 6 estandes com valor de R\$ 490; Setor B = 66 estandes com valor de R\$ 300; Setor C = 34 estandes com valor de R\$ 250; Setor D = 47 estandes com valor de R\$ 170; Setor E = 55 estandes com valor de entre R\$ 140 e R\$ 105 (09 jun 2010, p. 10).

O processo de transferência teve início no dia de 18 junho e teve uma semana de prazo. O dia 25 de junho de 2010 foi a data final para que os vendedores informais ocupassem seus lugares no Independência e, conseqüentemente, marcou também o final do Camelódromo Municipal, após quase 20 anos de existência.

O receio por meio das partes não se confirmou e o trabalho fora levado de forma tranquila e ordeira, apenas um caso de resistência foi noticiado<sup>82</sup>, mas sua tentativa não surtiu

---

<sup>80</sup> O jornal A Razão noticia que, “BM reforçará desocupação. As Secretarias de Município e Ação Comunitária, de Controle e Mobilidade Urbana, de Infraestrutura e Serviços e agentes de trânsito municipal contarão com o reforço da Brigada Militar (BM) para a retirada dos informais da Avenida Rio Branco e Centro de Santa Maria. A desocupação está prevista para iniciar em uma semana e deverá encerrar no dia 24, um dia antes da abertura do Shopping Independência para o público. Uma grande operação, com a utilização de caminhões da Prefeitura para o transporte das mercadorias para o novo centro de compras está sendo rigorosamente planejada pelo Executivo, que promete todo o apoio logístico para que a transição ocorra com rapidez, agilidade e segurança para os comerciantes, agentes públicos envolvidos e população” (11 jun. 2010, p.01).

<sup>81</sup> Listagem disponível na edição do Jornal A Razão do dia 09 de junho de 2010.

<sup>82</sup> Depois de iniciado o prazo para a remoção dos camelôs, ambulantes e artesãos da primeira quadra da Avenida Rio Branco para o Shopping Independência, no final da tarde de quinta-feira, representantes das três categorias ingressaram com uma ação civil pública de suspensão desta transferência de local. Conforme a advogada que representa as três categorias, os motivos são da não especificação do período destinado para o cadastro dos

efeito na grande maioria. Sobre a mudança, alguns entrevistados apresentaram suas percepções do acontecimento. José Mafalda (2012) afirma que, “tudo foi muito tranquilo, a ajuda que prometeram estava disponível e a estrutura foi muito bem organizada”. Mário Peixoto (2015) afirma, “o mais complicado por dar tchau para o Camelódromo, pois muito do que as pessoas tinham foi graças ao trabalho desenvolvido lá”. Vânia Peixoto (2015) diz que, “o sentimento era de medo e alívio. Medo por não saber como seria no outro lugar e alívio por causa da forma que tudo estava sendo tratado”. Paulo Freitas (2015) afirma que, “era um recomeço para todos ali, esperávamos que só coisas boas acontecessem e os problemas fossem superados”.

O empresariado formal viu a mudança como algo benéfico para todos, pois a organização dos informais, a mudança para a formalidade, a revitalização da cidade, o controle das práticas e as melhorias para a população em geral eram pontos salientados pelos entrevistados. A transferência seria o ponto de partida para a formalização do setor e, conseqüentemente, fim das atividades informais nas ruas da cidade.

Mário Gaiger (2012) afirma que, “a mudança era bem vista e o desejo era de que tudo transcorresse tranquilamente”. Guilherme Mesquita (2015) afirma que, “o medo de todos era que tivesse algum tipo de conflito, mas tudo foi muito tranquilo e respeitoso. Os trabalhadores mereciam grande respeito e isso foi dado”.

O dia 25 de junho de 2010 pode ser visto como um dia de recomeço, mas um recomeço não só dos vendedores informais da cidade, pois a cidade mudava também. O Camelódromo que existia na tradicional Avenida Rio Branco deixaria de existir e sua estrutura logo ficaria apenas na memória de quem passaria no local. Aos informais, restava o desejo de dias melhores, que a nova morada trouxesse desenvolvimento e que deixasse os problemas do lado de fora. O governo municipal também estava aliviado, pois tudo transcorreria como o esperado e, agora, a ideia era manter a rua sem novos vendedores.

Os primeiros meses de atividades seguiram um caminho diferente do esperado pelos vendedores informais, pois as vendas cresceram no comparativo com o Camelódromo<sup>83</sup>.

---

comerciantes informais por parte da Prefeitura, do não conhecimento destes critérios, bem como a impugnação de 14 nomes que ficaram fora do sorteio das bancas sem notificação individual. (19-20 jun 2010, p.15).

<sup>83</sup> Jornal A Razão afirma que, “Os novos empresários do Shopping Popular, agora batizado Shopping Independência, enfatizaram que há uma perspectiva de crescimento para os próximos meses e, principalmente, para as festas de final de ano. E as razões são muitas. A primeira é que cerca de 80 mil pessoas já visitaram o local nas últimas duas semanas” (15 jul 2010, p.08).

Muitos dos trabalhadores creditaram isso ao sentimento de novidade que gerara o novo estabelecimento. O vendedor Heitor Lopes afirma que, “foi uma surpresa para todos. O movimento era intenso mesmo, até gerava uma confusão, mas foi bem bom no sentido do lucro”. O vendedor José Mafalda (2012) afirma que “o meu sempre foi de perder a clientela, mas foi bem ao contrário. Mesmo que as vendas não estivessem boas para todos, o movimento cresceu muito”.

Contudo, logo no primeiro mês de funcionamento, uma tempestade causou danos no Shopping, danificando mercadorias e gerando prejuízos<sup>84</sup>. Questionados se a Prefeitura deveria arcar com as despesas, membros do governo municipal foram categóricos em afirmar que eles não tinham nenhuma responsabilidade, pois o Shopping, conforme acordado, seria gerido por uma empresa e essa, juntamente com os trabalhadores, teria de resolver estas questões.

Outro ponto de intenso debate foi a prática da fiscalização no Shopping Independência. A Receita Federal deixou claro que não iria permitir a comercialização de produtos sem procedência especificada, muito menos de contrabandos. A postura mais firme era diferente da antes aplicada no Camelódromo, pois a condescendência na fiscalização apresentou-se como um dos fatores que prejudicou as atividades no antigo centro<sup>85</sup>. A reclamação dos informais era que esse tipo de fiscalização não seria incumbência da Receita Federal e sim dos membros de um comitê formado pela empresa que geria o Shopping.

Aos poucos, a mudança passou a ser vista como benéfica pela maioria dos envolvidos, todavia, concordar com isso não impossibilitava o surgimento de reivindicações e descontentamentos sobre fragilidades do local.

Após os primeiros meses, as vendas ainda conviviam com a instabilidade, convivendo com crescimento e queda, da mesma forma que a maioria dos estabelecimentos enfrentava por momentos, inclusive os próprios informais na época onde desenvolviam suas atividades no antigo Camelódromo.

---

<sup>84</sup> Jornal A Razão noticia que, “Chuva trouxe prejuízos a comerciantes do Shopping Independência. Dezoito estandes foram atingidos por água e esgoto” (13 jul 2010, p. 01).

<sup>85</sup> Jornal A Razão noticia que “Receita Federal diz que Shopping será fiscalizado. [...] Passado um mês da inauguração do Shopping Independência, o receio dos informais de que as vendas caíam não se confirmou. Pelo contrário, a administradora do centro popular de compras estima que mais de 6 mil pessoas passem pelo prédio todos os dias, o que satisfaz os comerciantes lá estabelecidos. Mas o comércio de produtos de procedência ilegal, como DVDs e CDs pirateados, está na mira da Receita Federal de Santa Maria” (24-25 jul 2010, p.01).

Um dos principais pontos de descontentamento dos vendedores que rumaram para o Shopping Independência era a questão de infraestrutura do local, pois muitos alegavam que o espaço diminuto, o calor dentro do estabelecimento, o trânsito dos clientes seriam pontos negativos. Contudo, com o passar dos meses as reclamações perderam força e a mudança passou a ser comemorada, sendo um novo caminho a ser trilhado pelo setor informal da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado nas páginas anteriores tinha por objetivo principal a compreensão de como se deu a trajetória da informalidade na cidade de Santa Maria. O foco principal de análise foram as atividades de ambulantes, artesãos e camelôs, a suas principais características e peculiaridades.

Optamos por dividir o estudo em três fases distintas e, ao mesmo tempo, complementares, sintetizando-as da seguinte forma.

A primeira fase, que englobou o período de 1980 a 1991, momento primordial para o desenvolvimento inicial do trabalho informal nas ruas da cidade, tendo como motor propulsor as crises econômicas e trabalhistas que o país como um todo estava enfrentando, até a fundação do Camelódromo Municipal;

A segunda fase, compreendida entre 1991 até 2004 que analisou de que forma aconteceram as atividades informais no centro comercial da avenida Rio Branco (Camelódromo), nas ruas do centro da cidade, o seu processo de sucateamento, os conflitos que emergiram entre os envolvidos (trabalhadores informais e alguns empresários do setor formal, entre os informais e informais e entre os trabalhadores informais e governo municipal) e a proposta de transferência dos vendedores para um novo local: o Shopping Popular, depois batizado de Shopping Independência.

A terceira fase analisou o cenário de 2005 até 2011, reconhecido como um período de transição, principalmente no que tange à mudança dos vendedores informais para o Shopping, englobando desde os desdobramentos do projeto, a obra, os debates e a efetiva mudança para o novo local, além dos primeiros momentos no Shopping.

O crescimento da informalidade no setor trabalhista-urbano de Santa Maria surgiu como um resultado das crescentes complicações existentes no Brasil durante a década de 1980, todavia, antes disso, já existiam formas de trabalho informal na cidade, mas sem a mesma amplitude do período em análise no ensaio.

Neste contexto, a cidade de Santa Maria, importante centro econômico do interior do estado do Rio Grande do Sul e historicamente vinculada ao setor de prestação de serviços, sofre intensamente o golpe desferido pela crise, o que acarretou no aumento do desemprego.

Ainda neste contexto, a cidade que costumeiramente convivia com aumento populacional proveniente de intensas hordas migratórias passou a receber maiores

contingentes o que piorou ainda mais o quadro enfrentado, pois o período de recessão já acarretava diminutas vagas de trabalho, levando esses novos moradores a aumentar o grupo de desempregados. Os problemas não custaram a aparecer, problemas de infraestrutura, aumento da criminalidade, falta de moradia, intensa briga por vagas de emprego e outros tantos que transformavam e apunhalavam o “Coração do Rio Grande”.

A informalidade, por sua vez, surgiu como uma saída possível, um caminho a ser trilhado, uma tábua para o naufrago e, através dela, ampliou-se o raio de possibilidades daqueles que se viram fora da disputa pelas vagas no setor formal.

Como pode ser notado no decorrer do texto, privilegiamos vários estudos sobre o conceito de informalidade, não tratando o fenômeno como algo estanque e inserido em um modelo hegemônico.

Os primeiros anos de atividade nas ruas da cidade tinham como principais características uma massa de trabalhadores que dispunham de baixo investimento, a estrutura que comportava seus trabalhos era extremamente precária, já que, na sua totalidade, os vendedores praticavam suas vendas em ruas e esquinas do centro urbano, sem qualquer tipo de assistência e, como podemos notar, sem controle.

Além disso, a ausência de políticas que auxiliassem os indivíduos nestes momentos, e de medidas que possibilitassem uma melhor organização de seu trabalho são pontos comuns do momento. Em suma, em um primeiro momento, a informalidade era tida como um “problema passageiro”, uma medida cautelar para fugir das crises, algo que logo teria seu fim decretado.

Após anos de trabalho nas ruas da cidade, o setor passou a demonstrar maiores sinais de descontrole, pois o número de dependentes do mesmo e a heterogeneidade das atividades (mercadorias) comercializadas obteve grande expansão. Essa ampliação colocou os membros do setor informal na mira e no foco de outros segmentos da sociedade, principalmente do setor formal do empresariado local, agora vislumbrando-os como adversários em uma disputa desigual.

Neste contexto de conflito, a fundação do Centro comercial teve como uma de suas prerrogativas a ideia de retirar e regulamentar a informalidade na cidade, pois o fenômeno havia tomado uma proporção superior do que esperava o governo municipal. O Camelódromo surgiu, então, como uma forma de conter e atenuar os problemas advindos da inoperância do

governo municipal, tanto na construção de novos postos de trabalho, quanto na regulação da informalidade.

Podemos notar que, a partir deste momento, o setor informal passou a afastar-se do seu caráter passageiro e efêmero, sendo visto como um caminho que poderia ser explorado, desde que regulado pelo governo municipal. Contudo, devido às medidas políticas que não surtiram efeito, a informalidade, na cidade, convivia com um constante processo de expansão. O que ocorreu neste momento, em síntese, foi uma troca de agentes: saíram aqueles que foram transferidos para o Camelódromo e, no seu lugar, chegaram outros trabalhadores para as ruas da cidade.

Além disso, a própria organização interna do Camelódromo prejudicou o setor informal da cidade, pois a infraestrutura falha, o sistema interno, a venda de produtos proibidos e outros pontos causaram malefícios aos informais da cidade.

Os problemas e a incapacidade dos órgãos gestores da cidade nortearam os rumos do setor informal de Santa Maria. O complicador da vez era a antiga estrutura do Camelódromo e a permanência dos vendedores informais nas ruas. A missão do Shopping Popular, depois chamado de Independência, seria colocar ordem no caos.

Contudo, o que notamos no decorrer do projeto foi a mesma postura anterior ao Camelódromo, ou seja, pouco diálogo, decisões às pressas, lentidão e, principalmente, mínimo espaço decisório para os maiores interessados, os informais. A ideia não era somente tirar eles do antigo local, mas também, transformar os membros do setor informal em microempresários, o que já existia no projeto do Camelódromo, mas deixada em segundo plano no decorrer dos anos.

Este último momento encaixa-se no modelo da Nova Informalidade, ou seja, o abandono dos requisitos anteriores do setor e a ampliação e transmutação dos membros. Em suma, o setor informal não poderia ser erradicado como antes era esperado, ele deveria ser modificado e ser aproximado do setor formal. O Shopping Independência seria uma incubadora de negócios, isto é, os primeiros passos de uma caminhada que levaria a informalidade até ao setor formal.

Outra questão perene no ensaio foi acerca das relações envolvendo os comerciantes informais e os comerciantes/empresários do setor formal, as quais podemos definir com uma palavra: inconstância.



No início dos trabalhos nas ruas da cidade, na maioria dos casos, o setor formal do empresariado local não encarava os informais como adversários. A informalidade não era vista como um problema, até, em certos pontos, auxiliava na manutenção da ordem na cidade, vinculando ao pensamento de que ao menos estavam buscando uma maneira honesta para obter renda.

Contudo, com o crescimento do número de informais, a mudança do tipo de comercialização, a qual em muitos momentos assemelhava-se aos produtos vendidos pelos formais, a situação deixou de ser pacífica para apresentar contornos conflitantes.

Neste contexto, vale destacar que a pressão implementada pelos formalizados da cidade pode ser vista até como um combustível para as atitudes tomadas pelo governo municipal, pois, como fora mencionado, o setor de comércio da cidade dispunha de grande importância na economia, tal como na política da cidade.

Com o passar do tempo, em muitos casos, o trabalhador informal fora retratado com o “fora da lei”, aquele que se utilizou de artimanhas duvidosas para alcançar e desenvolver suas atividades. Com isso, ganha importância a força da mídia local, aparecendo como uma forma de ampliar o raio das reivindicações do setor mais abastado da sociedade. Consequentemente, as rugas existentes entre os setores tornaram-se constantes nos anos estudados. Em certos momentos, havia períodos de paz e tolerância, mas na maioria das vezes, as pressões e acusações davam o tom da relação.

Por sua vez, o setor informal também alimentou posicionamentos distintos acerca dos membros do setor formal do empresariado local. Com o passar do tempo, as reclamações advindas passaram a ser questionados pelos informais, os quais, em muitas situações, alegavam estar buscando uma forma de trabalho, não objetivando conflitos com nenhuma outra parcela da economia/sociedade local, gerando com essa mudança de postura, problemas e conflitos.

O episódio emblemático desta mudança de postura fora o conflito no centro da cidade entre a polícia e os vendedores informais. Vale ressaltar que as reações contrárias não foram direcionadas aos policiais, mas aos comerciantes formais, vistos como responsáveis pelos acontecimentos. Tornou-se comum, no decorrer das relações entre os grupos, que ambos direcionassem a “culpa” ao outro, ou seja, quando o setor formal ia mal, a culpa era da desregulação do informal e quando ocorriam pressões nos informais, a culpa recaía no setor formal.

Como pode ser visto no decorrer do texto, a relação entre os vendedores informais configura-se afastada e com divisões bem claras. Os três grupos analisados (ambulantes, camelôs e artesãos) dispunham de características bem definidas e que os afastava constantemente. Nem a fundação de uma associação fez com que o diálogo predominasse e que os caminhos fossem trilhados visando bem do setor.

Entre os mais afastados estavam os artesãos, primeiros trabalhadores informais que passaram a utilizar as ruas na virada da década de 1980 para vender seus produtos. Suas atividades não traziam grandes lucros, mas abriram espaços para aqueles que vieram depois deles, os ambulantes e os camelôs. Vale ressaltar que este grupo buscou caminhos que privilegiassem seus pares, ou seja, os artesãos, tendo associações e até contrariando o que a maioria do setor informal pegava como bandeiras. Como resultado disto, quando os camelôs e ambulantes passaram a ser os mais influentes participantes do setor informal, os artesãos perderam espaço decisório e chegaram a alegar fazer parte de outro tipo de informalidade, discurso este ignorado pelo Executivo Local, o qual os tratava como participantes do setor informal.

Em muitos momentos, os ambulantes e camelôs podem ser compreendidos como um segmento só, contudo, a diferenciação principal estava na questão espacial dos grupos, pois, enquanto os primeiros transitavam constantemente atrás de melhores condições, os demais privilegiavam a manutenção do espaço. Os produtos eram praticamente os mesmos, principalmente eletrônicos, relógios, rádios e etc.

No sentido de organização, ambos detiveram maior espaço que os artesãos, mas nem por isso, eram tratados como iguais pelo setor formal ou pelo Executivo local. Com o passar dos anos, os camelôs passaram a predominar nas ruas da cidade, já que, com sua característica sendo a manutenção do espaço de trabalho, conseguiam criar um tipo de clientela fixa, vista como uma forma de segurança.

Em suma, podemos acompanhar que as aproximações ocorreram mais abertamente entre os camelôs e os ambulantes, atitude que demonstrava a amplitude que tomou a informalidade nas ruas de Santa Maria, pois a realidade vivida no início dos anos 1980 era completamente diferente da mais atual, não apenas no quesito rentabilidade, mas na própria concepção de informalidade. Ser camelô, ambulante ou artesão não se configurava mais como uma saída para tempos difíceis, muitos dos membros do setor deixaram clara sua preferência pelo informal.

Vale destacar que, ao analisar todos os processos formativos do setor informal na cidade de Santa Maria, é impossível notar a riqueza envolvida na sua trajetória. As dificuldades enfrentadas em diferentes momentos não acabaram com o ímpeto deste grupo de buscar melhores condições de trabalho e vida. Desde o trabalho nas ruas, passando pelo Camelódromo e, finalmente, chegando no Shopping Independência, podemos notar o esforço e o orgulho desses trabalhadores.

Para finalizar o estudo em questão, deixaremos de lado os conceitos técnicos abordados durante o ensaio e abriremos espaço para a opinião daqueles que mais compreendem a informalidade.

Durante as entrevistas, sempre finalizamos os questionamentos com uma pergunta: Mas o que é ser informal?

Selecionamos algumas que estão explicitadas abaixo.

José Mafalda (2012) afirma que, “ser informal é ao mesmo tempo assustador e pleno. Nossa luta sempre foi constante e os resultados sempre apareceram”.

Vânia Peixoto (2014), “não me imagino fazendo outra coisa, ser vendedor me deu tudo que eu queria na vida, consegui ter casa, carro e dar estudos para os meus miúdos”.

Paulo Freitas (2015) afirma que, “nossa luta sempre foi por respeito e oportunidade e, graças a Deus, existe essa porta da informalidade, pois todos aqui queriam trabalho, mas não tínhamos chances, nem abertura, felizmente, achamos e lutamos por esse espacinho.

Carlos Peixoto (2015) afirma que “no início era uma medida de momento, com o passar do tempo fui colhendo os frutos do esforço e hoje me considero realizado”.

Marion Gonçalves (2015), “não sei bem o que dizer sobre o que é ser informal, mas te digo, gurizinho, sou muito orgulhosa disso tudo e tenho certeza que não para por aí, vamos seguindo”.

As atividades informais continuam a pleno vapor na cidade e os problemas, as rusgas, as soluções, as discussões e o trabalho não param de acontecer. Muitos dos desejos não foram alcançados, a tal sonhada formalização ainda está por atingir a maioria dos trabalhadores, as discontinuidades e mudanças estiveram e estarão sempre presentes, pois, adaptando o que disse Raul Seixas, vivemos nessa Metamorfose Ambulante.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVES, Maria Aparecida. “**Setor informal” ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, Vilson. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2014.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP. Edusc, 2006.
- BAHRY, T. R.; PORCILE, G. Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período de 1968-1999. In: **Revista de economia contemporânea**, IE UFRJ, v.8, n.1, 2004, p. 05-32.
- BARCELLOS, Tânia Maria Macedo. **Migrações no sul: caminhos para terras e cidades**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria (1797-1933)**. Santa Maria: UFSM, 1989.
- BELFIORE, Mariangela, WANDERLEY, Lúcia Bógus, YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.
- BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria do extinto Município de São Martinho 1781-1930**. 2º ed. Santa Maria: Globo, 1940.
- BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. **Colônia** v.1, Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: UNIJUI, 1999.
- CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

\_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas, IE/UNICAMP, n. 14, jun. 2000, p. 152-74.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

CARLOS, Ana F; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTEL. R. **Metamorfozes da Questão Social: Uma crônica do salário**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **O comércio informl e a cidade**. In: Simpósio de Geografia, 2., Uberlândia, 2003. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2015.

CORRÊA, Roselaine Casanova. **Cenário, Cor e Luz: amantes da ribalta em Santa Maria (1943-1983)**. Santa Maria: UFSM, 2005.

DEDECA, Claudio Salvadori. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil – anos 90**. Campinas: Unicamp, Cesitq/IE, 1998.

DUALIBE, Mônica Damous. **A informalidade das relações de emprego e a atuação da inspeção do trabalho: uma análise para o Maranhão contemporâneo**. São Luís, 2010.

FERNANDES, A. J; PAES, C. **A economia brasileira na década de 80: consequências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado**.

Disponível

em:<<http://www.egi.ua.pt/xxooaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflama%C3%A7%C3%A3o.PDF>>. Acesso em: 25/08/2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e História Oral. In: **Revista Topoi**: Vol. 03. n. 05 - URFJ.

Rio de Janeiro – RJ. jul-dez, 2002, p.314-332.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº3, p. 111124, maio-jun, 2000.

FIORUCCI, Rodolfo. História Oral, memória, história. In: **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010, p. 01-17.

KITAMURA, Camila K; MIRANDA, Mariana; FILHO, Vitor Ribeiro. **O comércio e serviços ambulantes: uma discussão.** Caminhos de Geografia – revista online. Uberlândia. v. 8, nº 23. p. 20-26. Disponível em: <  
<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15656/8855>>.  
 Acesso em: 13 de abril de 2015.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

KREIN, José Dari; Weishaupt Proni, Marcelo. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Escritória da OIT no Brasil. – Brasília: OIT, 2010.

KOUCHER, Ademir Barbosa. **Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmitificando a informalidade.** In: SILVA, Maria Ozarina da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006.

LOHN, Reinaldo L. **Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950).** In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 53, p. 297-322 – 2007.

LOSNAK, C. **Polifonia urbana: imagens e representações. Bauru 1950-1980.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.

MARTINE, George, MUELLER, Charles. **Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980.** In: **Revista de Economia Política,** vol. 17, nº 3, p.85-104, Julho-Setembro 1997.

MARTINE, George. **A evolução espacial da população brasileira.** In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.) **Federalismo no Brasil. Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: Fundap/Unesp, 1995. p. 61-91.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

MONTENEGRO, Antônio T. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada.** Coleção Caminhos da História, São Paulo: Contexto, 1992.

MONTESSORO, Claudia. **Centralidade Urbana e Comércio Informal**: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OLIVEIRA, Thiago H. **A trajetória recente do comércio informal em Santa Maria**: crônicas urbanas. Santa Maria, UFSM, 2010. Monografia do curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, 60 p.

PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria**: uma análise histórica sobre a CACISM. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1992, 85 p.

PINTO, Matheus R. **Comércio Informal**: para onde vamos? Santa Maria, Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. 2012. Monografia do curso de História. 70 p.

\_\_\_\_\_. **O comércio informal de Santa Maria em foco (1981-1991)**. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2014. Monografia do curso de Especialização em História do Brasil. 45 p.

POCHMANN, Márcio, **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz A História Oral Diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 14, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Tentando Aprender um Pouquinho Algumas Reflexões Sobre a Ética na História Oral**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n.º 15, São Paulo, Abr., 1997.

POSSEBON, Daniela. **Do Camelódromo ao Shopping Popular Independência**: uma breve história do comércio informal em Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2011. Monografia do curso de História, Universidade Federal de Santa Maria. 125 p.

REZENDE, Cyro. Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Contexto, 1999.

ROMERO, J. **América Latina, as Cidades e as Ideias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RIVERO, Patrícia Silveira. **Trabalho: opção ou necessidade?** : um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 85-91, 1996.

SCHULZ, Jéferson Réus da Silva [et. al]. **Análise socioeconômica do perfil dos microempreendedores individuais do Shopping Independência de Santa Maria-RS.** Revista Monografias Ambientais – REMOA. V.13, nº 5, dez, 2014. p. 3952-3962. Santa Maria, 2014. Disponível em: <  
<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/remoa/article/viewFile/15032/pdf>>.  
 Acesso em: 02 de maio de 2015.

SILVA, Maria; YAZBEK, Maria (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, Walter Franco Lopes da. **Economia Brasileira Contemporânea.** Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

SINGER, PAUL. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas.** 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

ULYSSEA, Gabriel. **Instituições e a informalidade no Mercado de Trabalho.** Estudos Econômicos. São Paulo, v. 38, nº 3, p. 525-556, julho-setembro, 2008. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/ee/v38n3/v38n3a04.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2015.

VIERO, Lia Margot; FIGUEIREDO, Vilma Dominga. **Uma Avaliação da População do Município de Santa Maria (RS): ênfase para as unidades distritais, 2000-2010.** In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP, Brasil, 2012. Disponível em:  
[www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[364\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[364]ABEP2012.pdf). Acesso em: 16 mar. 2013.

VIDAL, Raphael Ferreira. **Informalidade das relações de trabalho: aspectos teóricos e conceituais.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz, Maranhão. 2011 Brasil. Disponível em:  
 <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/TRANSFORMACOES\\_NO\\_MUNDO\\_DO\\_TRABALHO/INFORMALIDADE\\_DAS\\_RELACOES\\_DE\\_TRABALHO\\_ASPECTOS\\_TEORICOS\\_E\\_CONCEITUAIS.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/INFORMALIDADE_DAS_RELACOES_DE_TRABALHO_ASPECTOS_TEORICOS_E_CONCEITUAIS.pdf)>. Acesso em: 27 de abril de 2015.

VIUDES, Priscila. **Índios nas páginas d'O Progresso: representações da desnutrição infantil no jornal (2005).** Dissertação de Mestrado em História, UFGD, Dourados, MS, 2009. 132p.



WEBER, Beatriz, RIBEIRO, José Iran (Org.). **Nova História de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria, UFSM: 2011.

\_\_\_\_\_. **Nova História de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria, UFSM, 2012.

### Documentos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Municipal 4237/99. Santa Maria, 28 de junho de 1999. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/539873/lei-4237-99>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Ordinária Municipal 4291/00. Santa Maria. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2000/429/4291/lei-ordinaria-n-4291-2000-altera-o-texto-do-artigo-2-da-lei-municipal-4237-99-de-28-06-99-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Municipal 4847/05. Santa Maria. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Ordinária Municipal 2552/83. Santa Maria. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/1983/256/2552/lei-ordinaria-n-2552-1983-altera-as-tabelas-i-ii-e-iv-do-codigo-tributario-municipal-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Municipal 2237/81. Santa Maria. 30 de dezembro de 1981. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/546050/lei-2237-81>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Municipal 3853/94. Santa Maria. 16 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/541048/lei-3853-94>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei Municipal 3731/93. Santa Maria. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+194+da+Lei+3731%2F93%2C+Santa+Maria&c=1>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

### Jornais:

SECRETARIA municipal da Fazenda, não raras vezes tem recebido algumas reclamações. *A Razão*, 23 de janeiro de 1981, p.10. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

SECRETARIA municipal da Fazenda, não raras vezes tem recebido algumas reclamações. *A Razão*, 23 de janeiro de 1981, p.11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

NÃO surgem empregos na cidade. *A Razão*, 28 de maio de 1981, p.06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O comércio ambulante e seus similares. *A Razão*, 04 de dezembro de 1981, p.11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CÓDIGO de posturas será votado. *A Razão*, 25 de novembro de 1981, p.06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CRISE causa danos. *A Razão*, 20-21 de setembro de 1986, p.10. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PEQUENAS empresas sofrem com a crise. *O Expresso*, 27-28 de agosto de 1983, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

AS pessoas estão priorizando as mercadorias mais baratas. *O Expresso*, 23 de janeiro de 1990, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

AS pessoas estão priorizando as mercadorias mais baratas. *O Expresso*, 23 de janeiro de 1990, p. 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

AUMENTAM as reclamações. *O Expresso*, 09 de abril de 1990, p. 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

RECLAMAÇÕES contra os ambulantes. *O Expresso*, 10-11 de março de 1990, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

AMBULANTES atrapalham a cidade. *O Expresso*, 26-27 de janeiro de 1991, p. 11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÓDROMO em debate. *O Expresso*, 14 de junho de 1990, p. 08-09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

SECRETARIA municipal da Fazenda, não raras vezes tem recebido algumas reclamações. *O Expresso*, 23 de janeiro de 1990, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PARA os vendedores o Camelódromo não é uma boa solução. *O Expresso*, 01-02 de junho de 1991, p. 11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÓDROMO já tem prazo. *O Expresso*, 12-13 de janeiro de 1991, p. 11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÓDROMO: uma medida temporária. *O Expresso*, 26-27 de janeiro de 1991, p. 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

NÃO será tolerada vendas fora do Camelódromo. *O Expresso*, 30-31 de março de 1990, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O Camelódromo quase pronto. *O Expresso*, 01-02 de junho de 1991, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÓDROMO pronto. *A Razão*, 13 de agosto de 1991, p. 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

OS primeiros tempos de Camelódromo são melhores do que o esperado. *A Razão*, 28-29 de setembro de 1991, p. 14. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

AS atividades no Camelódromo. *A Razão*, 28-29 de setembro de 1991, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

ALUGUÉIS terão aumento de 90,5%. *A Razão*, 26 de setembro de 1991, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

INFLAÇÃO de outubro deve ficar em 19%. *A Razão*, 03 de outubro de 1991, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PESQUISA aponta 1991 como o pior dos últimos anos. *A Razão*, 31 de dezembro de 1991, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

ECONOMIA em crise. *A Razão*, 20 de março de 1992, p. 11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CRISE ECONÔMICA em Santa Maria. *A Razão*, 01 de janeiro de 1993, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

COMÉRCIO informal é opção para as compras de fim de ano. *A Razão*, 20 de dezembro de 1992, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

OS vendedores estão ocupando gratuitamente duas quadras da avenida Rio Branco desde dezembro. *A Razão*, 12 de janeiro de 1999, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

FISCALIZAÇÃO age no Camelódromo. *A Razão*, 21 de março de 1999, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

NOVO local para os camelôs. *A Razão*, 1 de abril de 1999, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

HÁ 15 mil desempregados na cidade. *A Razão*, 07 de abril de 1999, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

INFORMAIS contra a mudança. *A Razão*, 15 de abril de 1999, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

SANTA Maria ganha quatro mil moradores a cada ano. *A Razão*, 25 de novembro de 1999, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÔS em debate. *A Razão*, 10 de junho de 1999, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

FISCALIZAÇÃO retira ambulantes das ruas. *A Razão*, 19 de novembro de 1999, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CPI para investigar o Camelódromo. *A Razão*, 03 de março de 2000, p. 05. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investiga os camelôs. *A Razão*, 23 de março de 2000, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÔS devem ser transferidos. *A Razão*, 29 de março de 2000, p. 03 Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

NOVO lugar para os camelôs. *A Razão*, 30 de março de 2000, p. 05. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DENÚNCIAS de irregularidades no Camelódromo. *A Razão*, 05 de maio de 2000, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

EX-fiscal alugava bancas. *A Razão*, 21 de abril de 2000, p. 05. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DUAS famílias controlam 30% do Camelódromo. *A Razão*, 25 de maio de 2000, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CAMELÔS tomam conta do centro da cidade. *A Razão*, 06 de junho de 2000, p. 04. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

APÓS 18 meses, a situação volta a ser a mesma. *A Razão*, 15 de julho de 2000, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

FISCALIZAÇÃO apreende mercadorias no Camelódromo. *A Razão*, 20 de outubro de 2000, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O projeto do Shopping. *A Razão*, 25 de junho de 2005, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DIARIAMENTE, cerca de 300 pessoas procuram emprego no Sine da cidade. *A Razão*, 23-24 de junho de 2005, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PREFEITO recebe informais. *A Razão*, 27 de junho de 2005, p. 14. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

MUDANÇAS no centro da cidade. *A Razão*, 16 de julho de 2005, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

SHOPPING já tem lugar definido. *A Razão*, 18 de julho de 2005, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DISCUSSÃO sobre Shopping continua *A Razão*, 28 de março de 2006, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

OBRAS do Shopping já tem data final. *A Razão*, 22-23 de abril de 2006, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DÚVIDAS respondidas sobre o Shopping. *A Razão*, 30 de julho de 2006, p. 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PESQUISA sobre o perfil da informalidade no mercado de trabalho. *A Razão*, 05-06 de agosto de 2006, p. 13. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DIA de guerra no centro de Santa Maria. *A Razão*, 14 de novembro de 2005, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A ação da polícia visa manter a ordem. *A Razão*, 14 de novembro de 2005, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

INFORMALIDADE em discussão. *A Razão*, 15 de julho de 2006, p. 14. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PRÉDIO e obra do Shopping estão decididas. *A Razão*, 28-29 de julho de 2007, p. 14. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

INFORMAIS já aceitam a mudança. *A Razão*, 28-29 de julho de 2007, p. 15. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

GT explica os projetos. *A Razão*, 13 de setembro de 2007, p. 10. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

SÓ mais 3 meses na Rio Branco. *A Razão*, 07 de dezembro de 2007, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PREFEITURA quer ajudar os informais. *A Razão*, 04 de novembro de 2009, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

OBRA do Shopping em análise. *A Razão*, 20 de julho de 2009, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

EXECUTIVO local fez levantamento sobre os camelôs da cidade. *A Razão*, 20 de março de 2009, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

FISCALIZAÇÃO aumenta o controle. *A Razão*, 07 de setembro de 2009, p. 07. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PREFEITURA vai escolher a empresa que organizará o Shopping. *A Razão*, 20 de novembro de 2009, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

TÚNEL e Shopping Popular só para maio. *A Razão*, 09 de abril de 2010, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

ÚLTIMOS pontos a serem discutidos. *A Razão*, 23-24 de janeiro de 2010, p. 12. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

INFORMAIS não aceitam mudança. *A Razão*, 27 de abril de 2010, p. 11. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

PREFEITO visita o Camelódromo. *A Razão*, 07 de maio de 2010, p. 09. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

67 ambulantes já cadastrados. *A Razão*, 11 de maio de 2010, p. 10. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

INFORMAIS buscam informações. *A Razão*, 11 de junho de 2010, p. 03. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

DECIDIDOS os valores do Shopping. *A Razão*, 09 de junho de 2010, p. 10. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

BM reforçará desocupação. *A Razão*, 11 de junho de 2010, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

TRABALHADORES tentam impedir a mudança. *A Razão*, 19-20 de junho de 2010, p. 15. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

SHOPPING Independência. *A Razão*, 15 de julho de 2010, p. 08. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

CHUVA trouxe prejuízos a comerciantes do Shopping Independência. *A Razão*, 13 de julho de 2010, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

RECEITA Federal diz que Shopping será fiscalizado. *A Razão*, 24-25 de julho de 2010, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

### **Entrevistas Oraís:**

ARAÚJO, V. **Vilson Araújo**: depoimento [out. 2014]. Entrevistador: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 13, 36 min. Entrevista concedida ao autor.

BORGES, L. **Leonir Borges**: depoimento [fev. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 07, 55 min. Entrevista concedida ao autor.

BRITO, U. **Ulisses Brito**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 06, 54 min. Entrevista concedida ao autor.

CARRÉ, B. J. **José Barcellos Carré**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 10, 22 min. Entrevista concedida ao autor.

CASTRO, C. **Cláudio Castro**: depoimento [fev. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 09, 21 min. Entrevista concedida ao autor.

CHAGAS, V. **Volmar Chagas**: depoimento [nov. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 08, 54 min. Entrevista concedida ao autor.

CORRÊA, F. **Fabício Corrêa**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 13, 09 min. Entrevista concedida ao autor.

DIAZ, J. **José Diaz**: depoimento [fev. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 09, 12 min. Entrevista concedida ao autor.

DUTRA, C. **Cleci Dutra**: depoimento [fev. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 21, 00 min. Entrevista concedida ao autor.

FERREIRA, M. **Mário Ferreira**: depoimento [dez. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 20, 22 min. Entrevista concedida ao autor.

FRANCHI, M. A. M. **Miguel Antônio Montano Franchi**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2012. 20, 03 min. Entrevista concedida ao autor.

FREITAS, P. **Paulo Freitas**: depoimento [mar. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 18, 22 min. Entrevista concedida ao autor.

GAIGER, M. **Mário Gaiger**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2012. 50, 17 min. Entrevista concedida ao autor.

GONÇALVES, M. **Marion Gonçalves**: depoimento [mar. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 29, 02 min. Entrevista concedida ao autor.

JACQUES, H. **Heitor Jacques**: depoimento [out. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 29, 02 min. Entrevista concedida ao autor.

LOPES, H. **Heitor Lopes**: depoimento [mar. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 18, 25 min. Entrevista concedida ao autor.

MACHADO, C. **Carlos Machado**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 09, 01 min. Entrevista concedida ao autor.

MAFALDA, J. **João Mafalda**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2012. 25, 10 min. Entrevista concedida ao autor.

MESQUITA, G. **Guilherme Mesquita**: depoimento [mar. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 09, 22 min. Entrevista concedida ao autor.

PEIXOTO, C. **Carlos Peixoto**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 17, 02 min. Entrevista concedida ao autor.

PEIXOTO, M. **Maria Peixoto**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 28, 11 min. Entrevista concedida ao autor.

PEREIRA, J. **Jurandir Pereira**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 09, 46 min. Entrevista concedida ao autor.

PRADO, A. **Antônio Prado**: depoimento [fev. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 17, 53 min. Entrevista concedida ao autor.

PRATES, J. **Jorge Prates**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 18, 33 min. Entrevista concedida ao autor.

SACCOL, P. **Paulo Saccol**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 11, 21 min. Entrevista concedida ao autor.

SCHOREBDER, C. H. **Carlos Henrique Schorebder**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 09, 58 min. Entrevista concedida ao autor.

SILVA, C. O. **Carlos Otávio Silva**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 23, 01 min. Entrevista concedida ao autor.

SILVA, M. de L. **Maria de Lourdes Silva**: depoimento [out. 2014]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2014. 11, 11 min. Entrevista concedida ao autor.

TOLEDO, F. **Fátima Toledo**: depoimento [mar. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 06, 57 min. Entrevista concedida ao autor.

TOLEDO, V. **Vânia Toledo**: depoimento [mar. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 07, 16 min. Entrevista concedida ao autor.

UBALDO, P. **Pedro Ubaldo**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadores: Matheus Rosa Pinto. Santa Maria, 2015. 20, 05 min. Entrevista concedida ao autor.